

Dissertação de Mestrado

Título:

Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (curso Mestrado) da Universidade Federal de Juiz de Fora pelo aluno Fábio Francisco de Almeida Castilho.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Ribeiro de Oliveira.

Juiz de Fora, fevereiro de 2009.

Dissertação de Mestrado

Título:

Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918).

Autor: Fábio Francisco de Almeida
Castilho.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica
Ribeiro de Oliveira.

Juiz de Fora, fevereiro de 2009.

Sumário

Lista de Gráficos e Tabelas	6
Agradecimentos	7
Resumo	8
Abstract	9
Introdução	10
1º Capítulo: O Sul de Minas	23
1.1: População e representatividade política do Sul de Minas	23
1.2: Economia Sul Mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira	32
1.2.1: A economia sul-mineira e o Mercado Interno	32
1.2.2: A economia sul-mineira e a expansão cafeeira	37
1.2.3: As regiões clássicas do café: semelhanças e dessemelhanças	43
1.3: As Estradas de Ferro do Sul de Minas	47
1.3.1: Estrada de Ferro Minas e Rio	47
1.3.2: Estrada de Ferro do Sapucaí	54
1.3.3: Companhia Mogiana de Estrada de Ferro	58
1.3.4: Estrada de Ferro Muzambinho	59
1.4: O movimento imigrantista e os Núcleos Coloniais do Sul de Minas	62
1.4.1: Os Favores concedidos aos estrangeiros	69
1.4.2: O Aproveitamento dos Nacionais	72
1.4.3: Os Núcleos Coloniais	73
1.4.4: O movimento de entrada de imigrantes em Minas	79
2º Capítulo: A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: realidade escravista e assomos imigrantistas da elite local	87
2.1: O uso dos periódicos como fonte histórica	87
2.2: A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: realidade escravista e assomos imigrantistas da elite local	94
2.2.1: O Baependiano: Os liberais e o emancipacionismo	98
2.2.1.1: Resistência à campanha abolicionista	100

2.2.1.2: Atropelados por uma pedra: discursos pela indenização aos proprietários	106
2.2.2: Os Republicanos Evolucionistas da Gazeta Sul-Mineira	109
2.2.2.1: Visão do trabalho	110
2.2.2.2: 1º Momento: Radical e Intransigente	111
2.2.2.3: 2º Momento: A posição dos Republicanos Evolucionistas	117
2.3: Conclusão	122

3º Capítulo: Um caso nada singular: a abolição antecipada em Itajubá

	123
3.1: Um grupo de fazendeiros abolicionistas e seu periódico: A verdade	124
3.1.1: O paradigma paulista e a proposta imigrantista	127
3.1.1.1: A corda e o enforcado: O fim do escravismo e o elemento servil num momento de crise	132
3.1.1.2: A Necessidade de recuperar o braço nacional	138
3.2: A Comissão Libertadora	140
3.3: Matei e não me arrependo: a libertação em Itajubá pelo soslaio cativo	152
3.3.1: Negociação, diferenciação, adaptação e resistência nos cativeiros do sul de Minas: Onde andaré Clemente?	156
3.3.2: Festas populares	160
3.4: Conclusão	162
Conclusão	163
Anexos	166
Bibliografia	171
Fontes	177

Lista de Gráficos, Tabelas e Imagens

Introdução

Mapa 1: Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança	11
Mapa 2: Mapa geográfico do Sul de Minas	13

1ºCapítulo: O Sul de Minas

1.1: População e representatividade política do Sul de Minas

1.1.1: Minas Gerais: População Escrava, por regiões. 1873-1886	24
1.1.2: População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros	25
1.1.3: Distribuição da força de trabalho por categorias profissionais segundo sexo e condição, Sul de Minas Gerais – 1872	26
1.1.4: Perfil comparativo da Elite Política Mineira	27
1.1.5: Região de Base Política, por Legislatura Deputados Federais, 1890-1934	28
1.1.6: Mobilidade Inter-Regional de Deputados Federais em Minas Gerais (Região de Base vs. Região de Nascimento) por coorte, 1890-1934	29

1.2: A produção cafeeira no Sul de Minas

1.2.1: Percentual do Valor da Produção do Café no Conjunto das Exportações Mineiras (1899-1924)	35
1.2.2: Tabela Comparativa dos Percentuais das Exportações Mineiras	36
1.2.3: Participação da produção cafeeira da zona da mata na produção do estado de minas gerais (períodos selecionados)	43

1.3: As Estradas de Ferro do Sul de Minas

Mapa 3: As Estradas de Ferro do Sul de Minas	51
1.3.1: Tabela de receitas e despesas da Estrada de Ferro Minas e Rio (1895-1907)	53
1.3.2: Tabela de receitas e despesas da Estrada de Ferro Muzambinho (1895-1907)	61

1.4: O movimento imigrantista e os Núcleos Coloniais do Sul de Minas

1.4.1: Número de Entrada de Imigrantes em Minas Gerais, de 1886-1918	66
Gráfico 1: Entrada de Imigrantes em Minas Gerais (1886-1918)	66
1.4.2: População e Produção dos Núcleos Coloniais do Sul de Minas	75
1.4.3: População, Produção e Despesas dos Núcleos Coloniais Estaduais Localizados no Sul de Minas, de 1915 a 1918	76
1.1.4: População do Núcleo Colonial Inconfidentes, de 1910-1918	77
1.4.5: Produção e Despesas Totais dos Núcleos Coloniais de Minas Gerais	79
1.4.6: Entrada de Trabalhadores Imigrantes no Brasil em Períodos	80
1.4.7: Entrada de Trabalhadores Imigrantes em Minas em Períodos	81
Gráfico 2: Entrada de trabalhadores imigrantes em Minas em períodos	81

Agradecimentos

Ao longo deste trabalho contamos com duas bolsas de pesquisa, a primeira concedida pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, e a segunda auferida do Instituto Cultural Amílcar Martins ICAM/USIMINAS, e aqui fazemos nossos agradecimentos às duas instituições.

Devo um agradecimento especial à professora Mônica Ribeiro de Oliveira, pela sua orientação e, principalmente, pela sua sensibilidade de perceber onde o trabalho poderia ser melhorado e nas indicações de bibliografia e práticas de pesquisa. Agradeço especialmente sua sólida praticidade, respondendo com rapidez a todos os pedidos, colaborando com o rearranjo de datas e demais reviravoltas que ocorreram ao longo do trabalho.

Devo minha gratidão aos professores que participaram com a leitura atenta desta dissertação, Marcos Andrade, Jonas Queiroz e Cláudia Viscardi, pelo interesse demonstrado pelo trabalho, os questionamentos pertinentes e suas dicas e sugestões tão valiosas para a maturação do texto final. Minha gratidão é especial para com a professora Cláudia, que com sua extraordinária leitura de “raio-X”, apontou melhorias e contribuiu com novas questões que pretendo desbravar em trabalho próximo.

Agradeço também aos colegas do mestrado, juiz-foranos ou não, que dividiram todos os momentos, alegres e angustiantes, dessa profissão que escolhemos seguir.

Agradeço por fim minha família, meus pais, Fábio e Cecília, e minhas irmãs, Gabriela e Carolina, que tiveram paciência e compreensão, me cercando de carinho e coragem nos dois anos de duração da pesquisa e na minha volta para casa neste último ano de mestrado, depois de alguns anos que já não morávamos juntos. Penho aqui minha gratidão à Geórgia, que de forma tolerante e carinhosa acompanhou e participou da feitura deste trabalho. A todos minha gratidão e apreço.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o discurso da elite regional do Sul de Minas nos periódicos locais acerca da transição da mão-de-obra entre 1870 e 1918. Abordaremos o papel da imprensa regional e seu posicionamento político diante das diferentes opções aventadas para nova organização do mundo do trabalho num período de intensas transformações. Nesta contenda pesavam na decisão dos proprietários e políticos as opções pelo trabalhador imigrante, porém muito oneroso, ou o aproveitamento da mão-de-obra recém liberta, no entanto estigmatizada como indolente e morosa. Acreditamos que a análise de tão importante questão nos revelará quais os interesses e estratégias utilizados pelos grupos produtores e políticos para impetrar a transição da mão-de-obra em Minas. Através da análise dos diferentes projetos referente à transição da mão-de-obra na região, confiamos ser possível identificar os atores e seus discursos para melhor entender como se deu a modernização do mercado de trabalho no interior do país e a sua inserção no capitalismo mundial.

Por último, assinalamos a importância da região em evidência. O sul de Minas destacava-se por sua extensão demográfica e grande representatividade política, tanto no nível estadual, quanto nacional. Economicamente também se mostrava bastante dinâmica, devido a sua tradicional vocação agropecuária voltada para o abastecimento interno, e, por outro lado, conhecia a arrebatadora expansão cafeeira em seu território, acompanhada da expansão das ferrovias.

Abstract

This research has the aim of analyzing the speech of the regional elite of the South of Minas Gerais in the regional newspapers concerning the transition of the labor between 1870 and 1918. We will approach the function of the regional press and its political point of view due to the different options fanned for world of the world's new organization in a period of intense transformations. The options weighed in the proprietors and politics decision for the worker immigrant, however it very onerous, or the use of the labor newly frees, but stigmatized as indolent and slow. We believed that the analysis will reveal us which the interests and strategies used by the producing and political groups to petition the transition of the labor in Minas Gerais. Through the analysis of the different projects about the transition of the labor in the area, we entrusted to be possible to identify the actors and your speeches for best to understand as it felt the modernization of the labor market inside the country and your insert in the world capitalism.

We marked the importance of the area in evidence. The south of Minas Gerais stood out for it demographic extension and great political representation, so much in the level state, as national. Economically also dynamics was shown, due to your traditional agricultural vocation gone back to the internal provisioning, and, on the other side, the captivating expansion of the coffee in its territory, together of the expansion of the lines of iron was known.

Introdução

Em meados da década de 1970, uma coleção constituída por três importantes trabalhos trouxe grande contribuição para um maior entendimento da história do Brasil no período da chamada República Velha. Através de um estudo de recorte regional os brasilianistas responsáveis por esta coleção questionaram temas como o federalismo, a representatividade política, a urbanização, a industrialização e o próprio regionalismo. Foram eles: *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*, de John Wirth; *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira*, de Joseph Love e *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira*, de Robert Levine¹.

Para a nossa pesquisa maior relevância tem os trabalhos de J. Love e, principalmente, o de J. Wirth. O primeiro caracteriza o estado paulista como uma locomotiva, devido à dinâmica de sua economia, num primeiro momento impulsionado pela produção de café e em seguida pelo desenvolvimento de suas primeiras indústrias. Tal dinâmica conferiu ao estado paulista o papel de maior destaque na produção nacional e como a própria alcunha indica, responderia por operar a tração das demais partes da nação. Já o trabalho sobre Minas Gerais, sob o epíteto de Fiel da Balança, por possuir o estado à maior representatividade política do país, e, principalmente, devido a suposta neutralidade e coesão política de sua enorme bancada, composta de 37 deputados federais, contra apenas 22 representantes dos estados de São Paulo e Bahia e 17 do Rio de Janeiro e Pernambuco, principais estados com relevância política no âmbito nacional, além do Rio Grande do Sul, com 16 deputados².

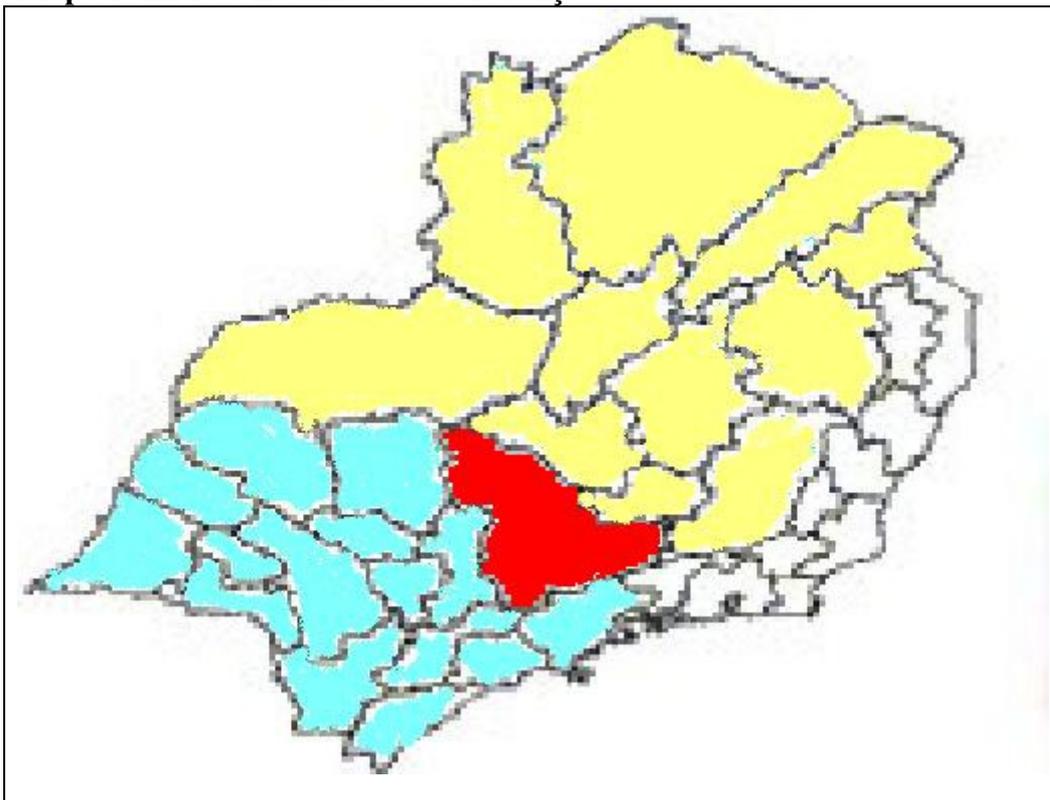
Nossa região de estudo, o Sul de Minas, está localizada na divisa dos dois estados, Minas e São Paulo. Embora pertença a Minas Gerais, sempre sofreu forte influência do estado vizinho³, que mais abastado embalou muitos dos sonhos de prosperidade da população sul-mineira.

¹ WIRTH, John D. **O Fiel da Balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 2ª ed. LOVE, Joseph. **A Locomotiva:** São Paulo na Federação Brasileira. São Paulo: Perspectiva, 1975. LEVINE, Robert. **A Velha Usina:** Pernambuco na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

² As alcunhas que designam cada uma das confederações não são criações dos autores, mas epítetos que os contemporâneos já conferiam a cada estado durante o período em estudo.

³ Esta influência se reflete não só no ponto de vista econômico, mas também no que tange aos pontos de vista social, cultural e político.

Mapa 1: Entre a Locomotiva e a Balança



Mapa 1: Entre a Locomotiva e a Balança: Mapa da região Sudeste do Brasil. Em amarelo o estado de Minas Gerais, em azul o estado de São Paulo e em vermelho a região que se quer destacar, o Sul de Minas.

Mapa modificado a partir de www.cnpqg.embrapa.br/zoneamento/sudeste/figura09.ipg.

Nosso recorte espacial, o “Sul de Minas”, a princípio, pode parecer pouco objetivo devido às inúmeras alterações geográficas administrativas que Minas Gerais sofreu ao longo do século XIX. A historiografia aponta para o constante “desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas”⁴, ocorridos devido à extrema maleabilidade da política administrativa mineira.

Por outro lado, existe a recomendação⁵ de que as fronteiras da região escolhida como objeto de pesquisa não sejam demasiadamente amplas, para que a documentação não se disperse. E que, além disso, é inviável tomarmos como base as fronteiras administrativas adotadas no presente ou no passado. Aconselha-se, ao contrário, que o pesquisador não se prenda a limites geográficos ou administrativos, mas defina seu recorte regional conforme os objetivos do trabalho.

⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.

⁵ BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Publicações Europa-América. 4ª edição. S.d.

De acordo com Ilmar Mattos a região não se distingue por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico. Deste modo, a delimitação de espaço e tempo de uma região se estabelece entre os agentes a partir de relações sociais⁶. Para o mesmo autor os critérios adotados na delimitação regional não podem ser somente físicos, mas devem derivar do entrecruzamento entre as dimensões espacial e temporal. Assim sendo, o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores.

Portanto, aqui, a região que se pretende abordar é o quinhão mineiro demarcado pelo rio Grande e que se confronta com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo através da Serra da Mantiqueira. Geograficamente corresponde a “uma vasta área entrecortada por vários caminhos que garantiram o acesso e possibilitaram a interconexão comercial das principais áreas escravistas do Centro-Sul”⁷. Mas não somente, acreditamos que ao definir “região” nos referimos a uma construção abstrata, elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ela se relacionam direta ou indiretamente. “A região é formada por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem a ela uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses”⁸. Assim, de acordo com Viscardi, a região é um *constructo* de seus agentes e suas fronteiras delimitativas são fluídas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Deste modo, cabe ao pesquisador, na definição dos limites de seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, levando em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles o que melhor se adéque aos seus objetivos de pesquisa.

A região aqui enfocada, o Sul de Minas, possuía uma identidade própria, partilhada por seus habitantes e reconhecida além de suas fronteiras. Com efeito, na imprensa do período e até nos relatórios de presidente de província/estado, existem referências contínuas a setores da elite política como provenientes desta região, o que comprova que esta divisão interna fazia parte da identidade cotidiana nas relações intra-

⁶ MATTOS, I. **Tempo saquarema**: a formação do estado imperial, 2ed, São Paulo: Hucitec, 1990.

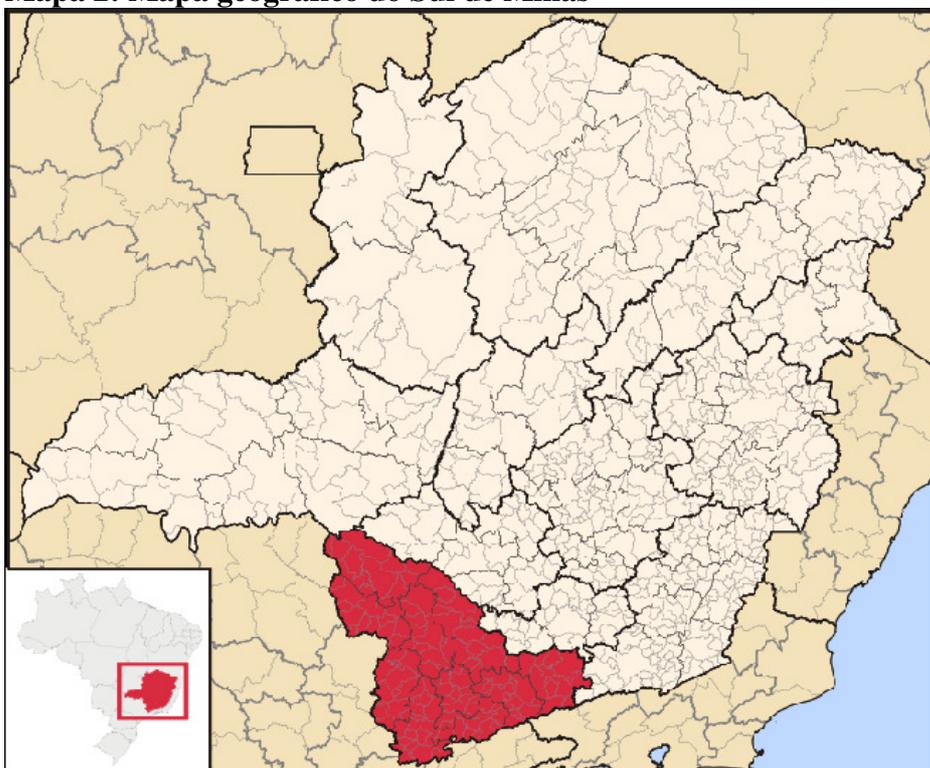
⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.

⁸ VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus**: revista de História, 1997, v 3, n 1.

elitistas. Portanto, como nosso objeto de análise contempla prioritariamente tais relações, esta delimitação interna ao estado de Minas será o recorte espacial adotado.

A escolha do Sul de Minas como objeto de estudo se impôs pelo menos por quatro fatores: primeiramente porque foram instalados vários núcleos coloniais na região⁹. Em segundo porque a mesma foi a segunda maior produtora de café em Minas, principal produto do país e historicamente associado à utilização da mão-de-obra estrangeira. Em terceiro lugar, por estar muito próxima de São Paulo, que utilizou largamente o braço imigrante e foi considerada por algum tempo como paradigma para os demais estados do país. E por último, por existirem poucos trabalhos que tentem esclarecer a questão da transição da mão-de-obra nesta região.

Mapa 2: Mapa geográfico do Sul de Minas



Mapa 2: Mapa geográfico de Minas Gerais em destaque o Sul de Minas.

Fonte: [imagens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-regiao](https://imgens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-regiao).

Embora o Sul de Minas fosse uma das regiões mais dinâmicas da província/estado, até então poucos trabalhos foram produzidos a fim de esclarecer como os processos históricos debatidos pela historiografia nacional se apresentaram na região.

⁹ Alguns deles são citados por Norma de Góes Monteiro em *Imigração e Colonização em Minas, 1889-1930*. São eles: Francisco Sales, em Pouso Alegre; Nova Baden, em Lambari; Itajubá, na cidade de mesmo nome; Inconfidentes, em Ouro Fino; Joaquim Delfino, em Cristina e Padre José Bento, também em Pouso Alegre.

Recentemente alguns trabalhos têm contribuído para suprir estas lacunas, como o de Marcos Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*, obra em que o autor desvenda o povoamento e mapeia a produção sul-mineira voltada para o abastecimento interno, além de apontar as estratégias da elite local para perpetuar-se no poder e controlar a população escrava num processo de constantes negociações na primeira metade do século XIX. Em *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*¹⁰, de José Oliveira e Lúcia Grinberg, temos informações sobre a origem e expansão cafeeira na região e a formação das primeiras famílias voltadas para a produção da rubiácea. No esteio destes dois trabalhos novos pesquisadores desenvolveram outros temas, sempre enfatizando a dinâmica e importância do estudo do Sul de Minas, como Ana Cristina Pereira Lage¹¹, em sua dissertação defendida na Universidade de Campinas analisou o contexto da implantação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha e as disputas políticas que estiveram presente nesta empreitada. Juliano Custódio Sobrinho¹², em sua dissertação recém defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, estudou o desenvolvimento do comércio voltado para o abastecimento interno localizado no município de Itajubá. O trabalho de Leonara Lacerda Delfino¹³, que será defendido brevemente na Universidade Federal de Juiz de Fora, desenvolve um estudo qualitativo e micro-analítico da formação e desenvolvimento de trajetórias familiares de cativos e libertos, oriundos de pequenas e médias posses de Pouso Alegre. Também a historiadora Maria Lúcia Prado Costa possui uma extensa bibliografia publicada pela FUNDAMAR – Fundação 18 de março, na qual a autora se debruça sobre diversos aspectos da história sul-mineira¹⁴.

Esses e outros trabalhos buscam elucidar temas obscuros da historiografia sul-mineira, que, evidentemente, dialogam com os temas discutidos no âmbito nacional. Contudo, ainda não foi realizado nenhum trabalho historiográfico sobre a transição da

¹⁰ OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

¹¹ LAGE, Ana Cristina Pereira. *A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX*. Campinas: Unicamp, 2007.

¹² CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, hierarquização social e posse de cativos em freguesia sul-mineira (1780-1850)*.

¹³ DELFINO, Leonara Lacerda. *Entre “Muros” e “Mosaicos”*: trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre, MG, 1845-1869).

¹⁴ Da mesma autora ver: "A Fábrica de Tecidos de Machado (1871-1917)", "Fazenda São Diogo, uma saga dos escravos libertos no Sul de Minas", "A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho - 1887-1910", "A transição da mão-de-obra escrava para a livre no Sul de Minas" e "Fontes para a História Social do Sul de Minas", publicados pela FUNDAMAR, entre 1989 e 2002. Ver bibliografia.

mão-de-obra na região no contexto de profundas rupturas na passagem do século XIX para o XX.

Nosso objetivo é discutir com base nos periódicos locais, como se deu a transição da mão-de-obra nesta região de limite geográfico: entre o modelo imigratório paulista e a alternativa mineira de aproveitar a abundante mão-de-obra nacional. Nesta contenda, o Sul de Minas oscilou, ora pendendo ao paradigma paulista, ora restringindo-se à proposta mineira, até o arrefecimento da proposta imigrantista e adesão definitiva ao aproveitamento do braço nacional.

Aqui encontramos nosso maior desafio: diferenciar estas opiniões referentes à transição da mão-de-obra no Sul de Minas. Em nossa incursão pelas fontes encontramos posições das mais variadas, que vão da resistência absoluta ao trabalhador imigrante, pois acreditavam que a imigração desfiguraria a identidade nacional, ameaçaria a mão-de-obra dos ex-escravos e a própria soberania nacional, até o apoio irrestrito, que considerava o imigrante a salvação da lavoura e elemento que poderia multiplicar a riqueza e o progresso da região. No entanto, ao longo do processo de transição da mão-de-obra e diante das incertezas quanto à importação de muitos trabalhadores estrangeiros, o braço nacional ganhou os postos abertos com a expansão cafeeira e o discurso da elite sobre seu aproveitamento foi constantemente alterado.

Identificar com clareza estes dois pólos e demais opiniões referentes à transição da mão-de-obra no Sul de Minas, com destaque para o processo de aproveitamento do nacional, é o principal escopo deste trabalho. Acreditamos que a solução deste problema passa pela definição dos grupos responsáveis pelas políticas de transição. Tentaremos localizar possíveis redes de ligação e formação de grupos através da análise dos editores dos periódicos locais, a fim de definir melhor o posicionamento de cada periódico, e conseqüente facção política envolvida na sua produção, quanto à transição da mão-de-obra. Dessa forma, tentaremos desvendar os fatores que impediram um grande desenvolvimento da imigração em Minas no contexto de formação do capitalismo no país e que levaram ao desenvolvimento de uma argumentação favorável ao nacional, ressaltando o discurso de legitimação e aproveitamento do mesmo trabalhador.

A historiografia percebe esta passagem dentro do amplo quadro da constituição do capitalismo no Brasil, ressaltando as transformações socioeconômicas e a transição de relações sociais do tipo “senhorial-escravista” para relações do tipo “burguês-

capitalista”¹⁵. Durante este período o Sul de Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia sul-mineira, trabalhos seminais, como o de Douglas Libby e Ana Lúcia Duarte Lanna, indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional regional¹⁶.

A abordagem destes temas implica na definição dos grupos responsáveis por tais alterações, ou seja, a definição de “elite”. O conceito de elite será utilizado como minoria organizada que dirige o restante da sociedade, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo. Esta minoria – a “classe política” ou “elite governante”- é composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas, ou seja, é composta por todos aqueles que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo. Por último, os membros da elite possuem algum atributo específico que os diferencia da comunidade e os habilita a monopolizarem as instituições de poder, esse fator de destaque pode ser a posse de terras ou títulos de bacharel, por exemplo¹⁷.

Esta noção de elite ressurgiu na historiografia com o chamado “renascimento” da História Política e da renovação de seus métodos e abordagens, como uma alternativa aos historiadores que questionavam os estudos tradicionais sobre o poder centrado nas biografias dos grandes personagens. A partir do uso deste conceito o estudo do tema assume uma abordagem mais dinâmica, que permite a consideração dos grupos, as estratégias em comum e os elementos que conferem identidade ao conjunto, bem como a diversidade de suas relações com a sociedade¹⁸. É neste campo que o presente trabalho se insere, buscando analisar o discurso da elite em seus periódicos, a fim de entender o seu papel na política e suas relações com a sociedade, por meio de suas redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

¹⁶ LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. Editora Brasiliense. 1988. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira**. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

¹⁷ Ver: BOBBIO, Norberto et Alii. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986 ou ainda: BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1974.

¹⁸ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

As fontes a serem analisadas são os periódicos das cidades que compõem a região do Sul de Minas. Estes jornais locais veiculam as principais discussões e pensamentos da sociedade do final do século XIX e início do XX. O referencial teórico que delimitou os conceitos deste trabalho teve como base à pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido¹⁹.

Através deste material investigaremos a trajetória política dos principais editores e proprietários de periódicos do Sul de Minas, bem como dos proprietários de terras e escravos ligados a eles. Pois, os mesmos tiveram participação política de destaque no contexto, seja através da divulgação de idéias em periódicos de sua propriedade, ou desempenhando funções administrativas no governo, como deputados, senadores ou até mesmo presidentes de estado.

Fundamental ao entendimento desse processo é a identificação dos membros desta elite, no que se refere aos principais grupos econômicos do país, os grandes negociantes e proprietários de terras e escravos, e as oligarquias regionais, estes grupos estavam reunidos em torno das questões políticas do período e estendiam sua esfera de influência não só para além dos limites provinciais, como em direção ao poder central²⁰.

Um exemplo esclarecedor é o de Júlio Bueno Brandão²¹; além de cunhado de Silviano Bueno Brandão, um dos principais políticos mineiro do período; também fora editor de alguns jornais na cidade de Campanha, dentre eles, “O Despertador”, entre 1886 e 1887 e “A Gazeta da Campanha”, no ano de 1891. Através de cartas trocadas entre os dois podemos perceber que Silviano manteve o comando político da região e tinha posição definitiva nas decisões eleitorais do período²². Assim como os Brandão muitos outros deputados e senadores, ou membros de suas famílias e pessoas próximas,

¹⁹ PALHA, Cássia Louro. **Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular**. Niterói: dissertação de mestrado, 2000.

²⁰ MARTINS, M. F. op.cit.

²¹ Júlio Bueno Brandão, posteriormente assumiria a presidência do estado em decorrência da morte de João Pinheiro e se elegeria para um segundo mandato em 1910.

²² Ver: RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

exerciam influentes atividades dentro dos periódicos locais e deixaram relatos que evidenciam a importância dos mesmos na vida política de Minas do período em análise.

Este e outros casos de influentes políticos que estiveram à frente de periódicos, como Américo Werneck, que editou a folha republicana *Gazeta Sul-Mineira*, o senador e líder político Francisco Bressane, que foi proprietário e editor de *O Colombo*, o deputado Amaro Carlos Nogueira, que foi editor e proprietário da folha *O Baependiano*, etc. Indicam que ao considerarmos o estudo destes indivíduos e dos projetos coletivos que davam movimento a estrutura política desvendaremos suas relações com a sociedade, suas redes de aliança, estratégia de negociação e perpetuação no poder. Será possível apontar os reais objetivos e a lógica que norteava a ação desta elite.

Outra fonte a ser considerada serão os Relatórios de Presidente de Província e Estado e os Relatórios Ministeriais da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, encaminhados anualmente para as Assembléias Legislativas. Estes relatórios traçam um panorama das realizações e das dificuldades encontradas pela administração, além de abordar os temas que eram considerados fundamentais para o desenvolvimento provincial e estadual. Estes documentos serão utilizados como fontes complementares, para nos ajudar a compreender os discursos encontrados na nossa fonte principal, os periódicos do Sul de Minas, e suas informações tiveram grande relevância para a formulação de tabelas utilizadas ao longo do trabalho.

O recorte temporal da presente pesquisa está relacionado com o início das discussões acerca da transição da mão-de-obra. Com o exame das fontes, percebemos que este debate se inicia na década de 1870, com o progressivo encaminhamento de fim do escravismo, mas é somente durante a década de 1880 que o tema da transição da mão-de-obra se torna mais freqüente nos periódicos do Sul de Minas, e alcança seu auge entre os anos de 1887 e 1888, com a proclamação da Lei Áurea.

Concomitante a este processo tem-se a expansão da malha ferroviária. Segundo Norma de Góes Monteiro, o surto ferroviário se deu a partir da década de 1870, e significou um impulso definitivo na economia cafeeira de Minas²³. Além disto, é na década de 1870 que chegaram ao Brasil as idéias científicas e evolucionistas, que ajudaram a definir o encadeamento do processo de modernização e de imigração para o país. Estas idéias postulavam a troca da mão-de-obra nacional pela européia, com a

²³ MONTEIRO, N. G. op.cit.

finalidade de branquear o país e torná-lo mais civilizado²⁴. Em 1871 também temos um importante marco na transição da mão-de-obra, com a Lei do Ventre Livre e a certeza do final da escravidão às discussões acerca da imigração se intensificam e novos projetos para solucionar o problema da mão-de-obra são apresentados.

O recorte com o qual trabalharemos estende-se até o ano de 1918, quando ocorreu uma virada na política interna mineira. Segundo Cláudia Viscardi, após um período marcado por intensas lutas intra-oligárquicas na primeira década da república, a partir de 1898 a situação se ameniza e com o governo de Silviano Brandão, o Sul de Minas ganharia destaque no cenário político interno, elegendo quatro dos cinco governadores até 1918²⁵. Este período, entre 1898 e 1918 ficou conhecido como “Hegemonia Sul - Mineira”²⁶.

No entanto, a baliza 1918 servirá como marco apenas para o primeiro capítulo, pois nele abordaremos aspectos da demografia, economia e política do sul de Minas, por considerarmos a chamada “hegemonia sul-mineira” essencial em um estudo sobre a região, principalmente por demonstrar seu valor político, tema caro para o pesquisador da região neste período.

No âmbito nacional, com o fim da Primeira Guerra Mundial, torna-se perceptível o avanço tecnológico, o aumento do comércio exterior, o crescimento populacional e o estreitamento das relações entre países. O período entre Guerras é, portanto, um momento de transição para uma nova ordem, o que ilustra uma concorrência paralela de instrumentos de mudança, mas também, de continuidade, caracterizando um rearranjo na estrutura de poder, acarretando transformações em todas as esferas de poder, das locais às nacionais²⁷.

²⁴ Ver: ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002. NEEDELL, Jeffrey D., **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SCHWARCZ, Lilian Moritz, **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. SEVCENKO, Nicolau, **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: editora da UNESP. 1999. MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade**: protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj. 1997. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia das Letras. 1996.

²⁵ Foram eles: Francisco Sales, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão e Delfim Moreira. A exceção foi João Pinheiro.

²⁶ A tese da “Hegemonia Sul Mineira” é bastante cara para este trabalho, pois temos como escopo entender as estratégias da elite regional que conseguiu construir e dar continuidade a este longo período, vinte anos, de domínio político sobre as demais regiões. Para maiores informações sobre disputas políticas internas de Minas ver: VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.

²⁷ CARONE, Edgar. **A república velha**: II Evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.

Por outro lado, nos capítulos seguintes, segundo e terceiro, nossa discussão se concentrará na contenda dos periódicos locais sobre a transição da mão-de-obra na região. Tema que sofre um arrefecimento já no início da década de 1890, quando a quantidade de artigos publicados diminui consideravelmente, pois a transição da mão-de-obra não mais incomodaria os representantes da elite local, por entenderem que o problema já estava solucionado, tornando-se desnecessário acompanhar os periódicos até 1918. Assim, rapidamente as políticas imigratórias foram descartadas e existiu um consenso local que o mais prudente a se fazer era adaptar o braço nacional recém liberto ao trabalho das lavouras. Portanto, nossas balizas cronológicas não serão estanques, as mesmas são mais extensas no primeiro capítulo, atingindo o ano de 1918, mas se retraem nos dois capítulos seguintes, se restringindo a 1888/1889, momento em que os periódicos analisados deixam de existir (caso do *Baependiano*), ou deixam de abordarem o tema da transição da mão-de-obra (caso das folhas *Gazeta Sul-Mineira* e *A Verdade*).

Nosso primeiro capítulo tentará suprir algumas lacunas historiográficas sobre o sul de Minas no final do século XIX e início do XX, embora, evidentemente, não temos a pretensão de encerrar os temas que serão abordados, nosso intuito é apenas o de fazer alguns apontamentos sobre a história de tão vasta área ainda pouco desvelada. Este capítulo será dedicado a análise de alguns processos que estavam ocorrendo no país e na região, e está dividido em quatro tópicos: O primeiro apresenta dados da demografia da região e sua destacada representação política, com influência no âmbito estadual e até nacional. No segundo abordaremos o âmbito econômico com apontamentos sobre a sobrevivência de uma economia tradicional voltada para o abastecimento interno desde o século XVIII e também o desenvolvimento da cafeicultura na região em finais do século XIX e início do XX. Processo que foi acompanhado da expansão da malha ferroviária sul-mineira, que destacaremos no terceiro tópico. Por último, nos deteremos na questão da transição da mão-de-obra no estado, com o surgimento da proposta imigrantista e a criação de vários núcleos coloniais que foram instalados no Sul de Minas.

O segundo capítulo será dedicado à visão dos fazendeiros por meio de dois periódicos, *O Baependiano*, folha liberal e emancipacionista e *A Gazeta Sul-Mineira*, de posicionamento republicano e abolicionista. A escolha destes periódicos, e do terceiro, *A Verdade*, abordado no terceiro capítulo, se justifica por serem folhas que adotaram posturas diversas diante da transição da mão-de-obra e de outras questões políticas que

se apresentavam no momento. Além disso, trata-se de material inédito, ainda não abordado em nenhum trabalho conhecido por nós, diferente de outros periódicos da região que já foram visitados por outros pesquisadores. Através da demonstração que os proprietários de terras e escravos estavam diretamente envolvidos na produção e edição destes jornais, buscaremos compreender o discurso quanto à solução do problema da mão-de-obra, passando por todas as propostas aventadas, como a discussão pela imigração subvencionada ou espontânea, qual etnia deveria ter preferência na escolha dos fazendeiros, a utilização do braço nacional, etc²⁸. Enfim, pretendemos discutir o posicionamento dos fazendeiros diante das diferentes propostas que surgiram e a sua tomada de decisão a favor de cada proposta possível, com destaque para a recuperação e aproveitamento do nacional. Por último, ressaltamos nossa opção metodológica, de voltarmos-nos, primordialmente, para as fontes primárias, dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado.

O terceiro e último capítulo volta-se para um evento ocorrido na cidade de Itajubá, onde uma comissão formada por membros da elite local anteciparam a libertação dos escravos no município e freguesias. A análise deste evento, nada singular na história do país, nos permite compreender o discurso e as estratégias da elite para impetrarem a transição da mão-de-obra sem grandes abalos sociais e principalmente, não prejudicar a colheita em suas lavouras. Neste capítulo ainda faremos o esforço de identificar a ação dos cativos que participaram do processo, enfatizando o quão complexo era o mundo do trabalho neste momento de transição da mão-de-obra cativa para a livre. Assim, destacaremos a participação de pessoas comuns, que espontaneamente, em seu cotidiano de negociações, participaram de tão importante processo. Deste modo, se no segundo capítulo destacamos os grados da sociedade, editores de jornais que também desempenham funções políticas, no terceiro capítulo veremos o homem comum no seu cotidiano.

É neste apanhado de questões que pretendemos apresentar nossa contribuição, através da análise dos diferentes projetos referente à troca da mão-de-obra no Sul de Minas, acreditamos ser possível identificar os atores e seus discursos para melhor entender como se deu a modernização²⁹ do mercado de trabalho no interior do país e a

²⁸ Destaca-se que esta discussão começou muito antes de 1888.

²⁹ O conceito de modernidade estará associado ao de progresso e de suas manifestações na área industrial, técnica e científica que, desde o século XVIII, orientaram processos de transformações sociais, políticas e culturais como os de urbanização, racionalização, secularização, democratização, entre outros. Essa definição aponta para identificação da idéia de modernidade com as características político-históricas e

sua inserção no capitalismo mundial. Através da análise da representatividade dos fazendeiros e o espaço de manobra que a classe política possuía poderemos averiguar quais os interesses e estratégias utilizados pelos grupos produtores e políticos para impetrar a transição da mão-de-obra em Minas. Por outro lado, ainda demonstraremos que a questão não esteve apenas nas mãos da elite, como a própria pode ter acreditado, mas a solução de tão importante tema passou por intensas negociações cotidianas com os trabalhadores das fazendas.

com o processo de formação, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista-industrial, tão facilmente vislumbrado no campo do trabalho. Ver: BOBBIO, N. et Alii. Op.cit.

Capítulo I: O Sul de Minas

1.1: População e representatividade política do Sul de Minas.

A historiografia demonstra que para além do papel da expansão cafeeira e das ferrovias³⁰ também foi capital a condição demográfica, que possibilitou uma participação relevante dos principais atores políticos de Minas no desenvolvimento do processo de transição da mão-de-obra. Aqui, tentaremos enfatizar o papel do Sul de Minas no encaminhamento político das mudanças em curso. Procuraremos verificar o papel das elites neste complexo quadro de mudanças, neste sentido, se fizeram necessárias considerações sobre o recrutamento dos políticos da região, a importância da composição demográfica sulina e demais dados que melhor expliquem o contexto do Sul de Minas no final do século XIX e início do XX. Inicialmente será necessário entender toda esta estrutura político-demográfica para enfim nos determos no problema da mão-de-obra.

Quanto à densidade demográfica das regiões mineiras, de acordo com o censo de 1872, o Sul de Minas possuía uma população ativa de 352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos. Esta população escrava colocava o Sul de Minas como dono do terceiro maior plantel escravista de toda província, perdendo apenas para as Zonas Mata e Metalúrgica, com 94.559 e 90.148 escravos respectivamente. Mas se levarmos em consideração a população livre destas duas regiões, 279.778 e 383.601, respectivamente, percebemos que, proporcionalmente, o Sul de Minas possuía mais escravos que a Zona Metalúrgica. Ressaltamos ainda que a população livre do Sul de Minas era um pouco maior que a da Zona da Mata³¹.

³⁰ Ambos os processos serão discutidos oportunamente nos dois itens que se seguem.

³¹ Censo da População Mineira em 1872 Apud LIBBY, D. C. op.cit.

Tabela 1.1.1: Minas Gerais: População Escrava, por regiões. 1873-1886.

Regiões	1873		1880		1884		1886	
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%
Metalúrgica-Mantiqueira	95.401	24.9	63.160	19.5	51.820	17.3	49.436	17.3
Mata Sul	100.776	26.3	100.248	30.9	106.939	35.8	104.360	36.4
	81.511	21.3	71.682	22.1	63.982	21.4	61.270	21.4
Alto Paraíba	189.493	4.8	11.616	3.6	10.443	3.5	9.998	3.5
Oeste	33.711	8.8	29.806	9.2	24.440	8.2	23.152	8.1
Triângulo	7.996	2.1	9.436	2.9	5.921	2.0	5.522	1.9
S. Francisco - Montes Claros	7.983	2.1	8.325	2.6	7.574	2.5	7.411	2.6
Paracatu	2.639	0.7	1.714	0.5	1.587	0.5	1.548	0.5
Jequitinhonha-Mucuripe-Doce	34.160	8.9	28.551	8.8	26.225	8.8	23.794	8.3
Total	382.640	100.	324.538	100.	298.931	100.	286.491	100.

Fonte: COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a História Social do Sul de Minas: Os trabalhos de Paraguaçu e Machado (1850-1900)**. Fundação 18 de março. 2002. p. 33.

A grande concentração de mão-de-obra escrava no Sul de Minas indicava que a transição para a mão-de-obra livre não se daria de forma simples na região, algumas de suas principais cidades contavam com o seguinte plantel durante o período que vai de 1876 a 1885:

Tabela 1.1.2: População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros:

Municípios	1876		1883		1885	
	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%
Alfenas	4.170	5.6	5.022	8.0	4.495	7.7
Ayruoca	3.564	4.8	3.092	4.9	2.654	4.5
Baependy	7.248	9.7	6.306	10.0	3.877	6.6
Cabo Verde	1.510	2.0	1.510	2.4	1.385	2.4
Caldas	2.391	3.2	2.720	4.3	2.492	4.3
Campanha	6.750	9.1	3.379	5.3	5.422	9.3
Carmo de Rio Claro	-	-	1.227	1.9	1.227	2.1
Christina	4.547	6.1	5.599	8.9	4.610	7.9
Dores da Boa Esperança	4.764	6.4	2.455	3.9	2.477	4.2
Itajubá	4.496	6.0	3.960	6.3	4.048	6.9
Jaguary	1.070	1.4	1.172	1.8	1.069	1.8
Lavras	8.380	11.2	6.322	10.0	5.417	9.3
Passos	4.065	5.4	5.623	8.9	4.792	8.2
Pouso Alto	-	-	2.439	3.9	2.282	3.9
Pouso Alegre	4.075	5.4	3.465	5.5	2.227	3.8
S. José do Paraíso	4.164	5.6	1.890	3.0	1.778	3.0
S. Gonçalo	-	-	37	0.05	151	0.2
S. Sebastião do Paraíso	3.598	4.8	3.814	6.0	3.537	6.1
Três Pontas	5.997	8.0	2.817	4.4	2.313	4.0
Ouro Fino	3.574	4.8	-	-	1.694	2.9
Total	74.363	100.	62.849	100.	57.947	100.

Modificado a partir de: COSTA, M.L.P. op.cit. p. 36.

A elevada população cativa dos municípios do Sul de Minas comprova a importância econômica da região, envolvida no abastecimento inter e intraprovincial desde o século XIX, processo analisado no próximo item. No entanto, mesmo as cidades sul-mineiras com maior concentração de escravos não se comparavam ao extenso plantel de Juiz de Fora, na Zona da Mata, que com uma produção cafeeira bastante desenvolvida detinha 20.713 cativos trabalhando em seu município no ano de 1880³².

Quanto à distribuição da força de trabalho no Sul de Minas, a mesma dividia-se da seguinte maneira:

³² Fonte: O Baependiano, primeiro de agosto de 1880, p.2.

Tabela 1.1.3: Distribuição da força de trabalho por categorias profissionais segundo sexo e condição, Sul de Minas Gerais – 1872.

Sexo		Homem	Mulher
Profissionais liberais, proprietários e outros.	Livres	186	49
Indústria e comércio		237	14
Artesão e operários de profissão declarada		402	2.338
Agricultura		3.346	2.279
Assalariados sem profissão declarada		2.434	394
Serviço doméstico		333	2.743
Sem ocupação		4.692	3.726
Total de Livres		11.630	11.543
Profissionais liberais, proprietários e outros.	Escravos	2	-
Indústria e comércio		-	-
Artesão e operários de profissão declarada		180	455
Agricultura		1.405	1.035
Assalariados sem profissão declarada		303	133
Serviço doméstico		868	601
Sem ocupação		1.238	1.032
Total de escravos		3.996	3.256
Total Geral		15.626	14.799

Adaptação de LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** Editora Brasiliense. 1988.

Já o quadro da população relativa de todo o estado, com base no censo de 1920, demonstra que a população do Sul de Minas era a segunda maior do estado, com 25,67 habitantes por quilômetro quadrado, ficando atrás apenas da Zona da Mata, com 30,60, mas muito a frente das demais regiões, o Centro e o Oeste respectivamente terceiros e quarta zona contavam com apenas 13,00 e 12,30 habitantes por quilômetro quadrado³³.

³³ RESENDE, M. E. L.op.cit.

Tais condições refletiam nas ambições de mando político das zonas mais dinâmicas do estado, Mata e Sul, que passaram a ter maior participação no novo jogo político. Segundo análise de David Fleisher³⁴, a região do Sul de Minas teve grande importância como base política dos presidentes de província, senadores e de deputados federais, a região seria a terceira neste aspecto, o que lhe conferiu uma crescente importância no desenvolvimento das iniciativas governamentais. Ver tabela:

Tabela 1.1.4: Perfil comparativo da Elite Política Mineira

Região de base política	Presidentes 1890-1933	Vice-Pres 1890-1933	Dep.Fed. 1890-1937
Norte	0.0	10.0	7.8
Jequitinhonha	0.0	10.0	3.9
Rio Doce	5.6	10.0	3.0
Mata	22.2	30.0	25.0
Metalúrgica	22.2	10.0	31.0
Sul	38.9	20.0	19.8
Oeste	11.1	10.0	6.9
Triângulo	0.0	0.0	2.1

Fonte: FLEISHER, D. op.cit. p.48.

O que confere a supremacia das regiões Metalúrgica, Mata e Sul, percebida na tabela, é o fato de possuírem a maior parte da população de Minas e ainda seus principais recursos econômicos, mas ao longo do período em análise estas proporções não serão estanques. A Zona Metalúrgica, por exemplo, recebeu o impulso da nova capital (inaugurada em 1898) e o crescimento da indústria siderúrgica após 1900, assim a região apresenta a maior representação geral (30,3%). Porém, foi superada pela Mata nas legislaturas 10^a, 12^a, e 13^a³⁵, pois a representação da Zona da Mata se manteve bastante consistente ao longo do período, após o seu ponto mais baixo na primeira legislatura. Após um declínio na segunda legislatura, o Sul teve pequeno aumento na nona legislatura e voltou a sua posição de destaque na 13^a legislatura em diante³⁶. Ver tabelas:

³⁴ FLEISHER, D. op.cit.

³⁵ As 15 legislaturas analisadas são: 1^a: 1890-1893; 2^a: 1894-1896; 3^a: 1897-1899; 4^a: 1900-1902; 5^a: 1903-1905; 6^a: 1906-1908; 7^a: 1909-1911; 8^a: 1912-1914; 9^a: 1915-1917; 10^a: 1918-1920; 11^a: 1921-1923; 12^a: 1924-1926; 13^a: 1927-1929; 14^a: 1930; 15^a: 1933-1934.

³⁶ FLEISHER, D. op.cit.

*Observa-se que na tabela sobre a mobilidade inter-regional de deputados federais em Minas Gerais (região de base vs. região de nascimento) por coorte, 1890-1934 os sinais:

+% = Entrada líquida de deputados nascidos em outras regiões.

-% = Saída líquida de deputados para outras regiões.

0.0% = Entrada igual a saída.

Tabela 1.1.5: Região de Base Política, por Legislatura Deputados Federais³⁷.

Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Média
Norte	7.1	10.3	12.8	16.3	7.5	10	9.5	10.5	5.1	6.7	7.3	8.1	8.1	8.1	4.3	7.5
Jequitinhão	4.8	5.1	5.1	4.7	7.5	7.5	7.1	7.9	5.1	6.7	4.9	2.7	2.7	0	2.2	3.7
Rio Doce	2.4	2.6	0	4.7	0	0	2.4	2.6	2.6	2.2	2.4	0	0	0	4.3	2.9
Mata	14.3	20.5	20.5	18.6	22.5	27.5	23.8	26.3	25.6	31.1	24.4	29.7	32.4	27	19.6	24.1
Meta	28.6	25.6	38.5	30.2	37.5	32.5	33.3	28.9	28.2	26.7	29.3	29.7	27.0	29.7	37.0	30.3
Sul	23.8	17.9	10.3	14.0	12.5	12.5	14.3	18.4	23.1	17.8	19.5	18.9	24.3	29.7	21.7	19.1
Oeste	11.9	15.4	12.8	11.6	12.5	7.5	4.8	2.6	5.1	4.4	7.3	8.1	2.7	2.7	8.7	6.6
Triângulo	0.0	2.6	0.0	0.0	0.0	2.5	4.8	2.6	2.6	2.2	2.4	0.0	2.7	2.7	0.0	2.1
Região	7.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.6	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0	2.2	3.7
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (N)	42	39	39	43	40	40	42	38	39	45	41	37	37	37	46	24.1

³⁷ =Ambas as percentagens são zero (i.e. 0.0% menos 0.0%).
³⁷ FLEISCHER, D. op.cit.p.40.

Tabela 1.1.6: Mobilidade Inter-Regional de Deputados Federais em Minas Gerais (Região de Base vs. Região de Nascimento) por coorte, 1890-1934³⁸.

Região	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12/13	14	15
Norte ^e	+2.1	-3.3	+13.3	-5.3	+7.7	+11.8	-22.2	-3.3	-	-9.1	-7.7	0.0	+15.9	-3.4
Jequití	-0.2	-1.1	-1.0	-5.3	0.0	-0.9	-	-	-	+9.1	-	-	-	-3.4
Rio Doc	-0.2	+4.8	-	0.0	-7.7	-	+10	-	-	-9.1	-	-10	-5.9	+3.4
Mat ^a	+12.3	+15.7	-3.1	0.0	0.0	+17.3	-3.3	-3.3	-11.7	+27.3	+20	+23.5	+3.4	+3.4
Metalu	+0.2	-5.6	+24.6	+15.8	+15.4	+27.3	+20	+16.7	+11.7	+18.2	+7.5	+20	+17.6	+17.2
Sul	-5.0	-2.3	-1.0	-5.2	-7.7	-20.9	-2.2	-10.0	-1.7	+9.1	+15.3	0.0	+29.4	-3.4
Oeste ^e	+1.7	-1.1	+5.6	+5.3	-	-	-	-	-1.7	-	+7.7	-10	-11.8	-3.4
Triângulo	-	+4.8	-	-	-	+9.1	-	+9.9	-	-	-	-	-	-

³⁸ FLEISCHER, D. op.cit. p.41.

O caso do Sul de Minas é digno de atenção, pois densamente povoado, com intensa produção agrícola e na época “mais ligado economicamente e culturalmente às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o Sul parece ter produzido mais futuros deputados (20% nascidos na região) do que as outras regiões”³⁹. De acordo com Fleischer, a estrutura de oportunidades políticas não podia oferecer carreiras políticas a todos os aspirantes nativos. Por outro lado, a proximidade da região com as Faculdades de São Paulo e Rio de Janeiro facilitou a aquisição de características preferidas como critério para o recrutamento político, em especial do PRM⁴⁰.

Na tabela acima o percentual negativo indica que a região é “exportadora” de futuros deputados, isto é, que migraram para outras regiões para estabelecer suas bases políticas. Portanto, o Sul foi um grande “ninho” de futuros políticos, mas logo alçavam vôo para as demais regiões do estado. Mas cabe a pergunta, eleito por outras regiões, como agiria o deputado nascido no Sul de Minas? Ele viraria as costas para a região ou continuaria a atender as demandas dos agentes mais influentes da mesma, lembrando que, na sua maioria, os deputados eleitos eram familiares desses mesmos “poderosos” do Sul de Minas. Acreditamos que a fidelidade e defesa de interesses prevaleceram nas relações entre políticos e elite proprietária, embora alguma margem de manobra estes políticos pudesse ter.

No clássico *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Hollanda afirma que durante o Império “eram ainda os fazendeiros escravocratas e seus filhos profissionais liberais que monopolizavam a política (...) elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos”⁴¹. Por esta senda, David Fleisher comprovou através de um estudo quantitativo que os políticos mineiros representavam os interesses da elite agrária⁴². Por outro lado, através de um estudo prosopográfico, Cláudia Viscardi conferiu relativa autonomia à classe política, afirmando que ela não atendia diretamente os interesses hegemônicos do café⁴³.

Estes estudos mais acurados de Cláudia Viscardi demonstram a expressão política do Sul de Minas quando se observa as facções mineiras que vigoravam no período. Sempre com caráter personalístico estes grupos estavam divididos em três bancadas: Francisco Sales (salistas) e Silviano Brandão (silvianistas ou viuvinhas),

³⁹ FLEISCHER, D.V. op.cit.

⁴⁰ Cabe-nos mencionar que as regiões Sul e Mata foram sempre as mais bem representadas dentro da Comissão Executiva do PRM. Ver também: RESENDE, M. E. L. op.cit.

⁴¹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1984. p.41.

⁴² FLEISHER, D. op. cit.

⁴³ VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, p. 89-99.

ambos do Sul de Minas e a terceira facção era sediada nas vertentes, sob a orientação de Bias Fortes (biistas).

Neste momento, entre 1898 e 1918, consolidou-se a chamada *Hegemonia Sul-Mineira*, quando as facções desta região concentraram-se num esforço de distribuir o poder entre elas e impedir ameaças de outras áreas, principalmente da Zona Mata. Desta forma, o poder foi distribuído entre os silvianista, que assumiram o controle do estado com a presidência de Silviano Brandão e através da indicação do Presidente da Câmara Federal, enquanto os salistas garantiram o controle da comissão executiva do PRM. De acordo com Viscardi, esta união interna viabilizaria a indicação do primeiro presidente nacional do Sul de Minas, Wenceslau Brás.

No próximo item desse capítulo passaremos por um mapeamento da economia sul-mineira, marcada por um amplo leque de produtos voltados para o abastecimento interno e pelo desenvolvimento da cafeicultura na região, principal responsável pelo fomento do processo de modernização da mão-de-obra em toda província.

1.2: Economia Sul Mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira.

1.2.1: A economia sul-mineira e o Mercado Interno

Ao abordamos a região do Sul de Minas no final do século XIX nos deparamos com uma demografia dinâmica, marcada pela grande concentração de mão-de-obra cativa. Ao voltarmos nossos olhos para esta característica da região nos questionamos o que proporcionou tal condição demográfica, ou melhor, qual o elemento de produção que atraía e fixava esta abundante massa trabalhadora? A resposta desta questão está alicerçada na tradicional produção de alimentos e criação de animais da região que abastecia o mercado intra e interprovincial desde os finais do século XVIII e exigia uma volumosa mão-de-obra.

Embora este tema ultrapasse nosso recorte temporal, consideraremos alguns aspectos desta produção, pois a mesma ainda permaneceu viva no final do século XIX e também foi responsável pela formação de riqueza de algumas famílias que ainda controlavam a política no período em análise.

Os números encontrados pela bibliografia especializada indicam a importância da mão-de-obra escrava nas fazendas do Sul de Minas, cifras que se aproximavam dos índices das áreas agroexportadoras⁴⁴. Diante desta constatação, Marcos Andrade procurou caracterizar as fazendas sul-mineiras e buscou desvendar as atividades econômicas mais comuns na região que demandavam uma mão-de-obra tão volumosa. Com este escopo o autor mapeou a economia local através da análise de centenas de inventários, a fim de identificar a atividade produtiva da região na primeira metade do século XIX.

Segundo Marcos Andrade, as famílias fazendeiras e proprietárias de escravos fizeram fortuna no sul de Minas tendo como principais atividades econômicas o agro pastoreio e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno – gado, porcos, carneiros e produtos como queijo, toucinho e a produção de fumo. Para trabalhar nestes empreendimentos a mão-de-obra escrava foi largamente utilizada. Nas palavras do autor, “o cenário que se vislumbra é caracterizado por grandes propriedades

⁴⁴ Ver: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979. LIBBY, D. C.op.cit. GRAÇA FILHO, A. A. op.cit. ANDRADE, M. F.op.cit.

e, logicamente, por grandes escravarias”⁴⁵. Em sua pesquisa Andrade pôde constatar que:

“a economia sul-mineira esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais. Um grande proprietário escravista poderia ser dono de engenho, pecuarista, produtor de alimentos, dono de lavra e comercializar parte de sua produção nas vilas e nos distritos mais próximos e, em especial, na Corte. A origem da riqueza estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro também era negociante.”

Marcos Andrade ainda assinala a importância do termo de Campanha no cenário sul-mineiro, tanto pela sua diversidade de empreendimentos realizados, como pelo crescimento populacional verificado na primeira metade do século XIX, especialmente da população escrava. O autor também ressalta o nível de concentração de posse de cativos nas mãos de alguns poucos senhores e o número de proprietários dedicados a produção de açúcar, rapadura e aguardente. As fazendas escravistas, nas palavras do autor, “consorcia(vam) diversas atividades – ao mesmo tempo em que se criava gado, cavalos, porcos e ovelhas, plantava-se arroz, milho e feijão, sendo que muitos desses produtos destinavam-se ao comércio inter e intraprovincial”⁴⁶.

Assim, a atividade agropecuária se expandiu significativamente pelo Sul de Minas e garantiu “a sobrevivência de pobres e sitiados e fizeram a fortuna de grandes fazendeiros”.

Segundo Andrade, com base no estudo de inventários, a importância que as atividades agrárias possuíam na região pôde ser constatada pelo grande número de proprietários qualificados como agricultores, pecuaristas e agropecuaristas, e ainda pela produção de alimentos e pela criação de animais.

“As evidências encontradas são de que quase todos os segmentos estavam envolvidos em atividades ligadas à produção de gêneros para o consumo e para o abastecimento interno, com destaque reiterado para a comercialização de gado, porcos e fumo, com destino certo: a praça mercantil carioca. Como já foi verificado, os grandes proprietários escravistas dispunham de mais recursos e estavam mais integrados à economia de abastecimento”⁴⁷.

Por último, algumas considerações a respeito do comércio do sul de Minas com outras praças também é revelador da economia da região na primeira metade do século

⁴⁵ ANDRADE, M.F. op.cit.

⁴⁶ ANDRADE, M.F. op.cit.

⁴⁷ ANDRADE, M.F. op.cit, p. 48.

XIX. Pois, as grandes fazendas mineiras não eram auto-suficientes e a origem da riqueza estava relacionada à diversificação de várias atividades. Entretanto, assinala Marcos Andrade, que o cotidiano das fazendas esteve sempre associado ao das vilas, dos arraiais, do comércio a beira de estradas e com outras províncias, o autor ressalta que a “dependência dos artigos importados começava com a mão-de-obra, vinda da África, e passava por vários outros produtos, como o sal e os instrumentos agrícolas, fundamentais para tocar os negócios das fazendas”⁴⁸.

Assim, o plantio de cana, a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Era em torno dessas atividades que se montava a estrutura das grandes unidades escravistas, compostas pelas “casas de vivenda”, pelas senzalas, pelas benfeitorias e as plantações. Para sua execução, a mão-de-obra escrava foi fundamental. Parte do excedente da produção açucareira ou da criação de animais podia ser comercializada nos mercados locais, regionais ou mesmo fora da província.

Este era o quadro econômico que se apresentava na primeira metade do século XIX, no entanto, mudanças significativas ocorreram na região ao longo da segunda metade do século, principalmente devido à expansão cafeeira que chegou a região por volta de 1870, provocando profundas modificações na economia sul-mineira. Embora o tradicional abastecimento interno não tenha desaparecido imediatamente, sua importância se reduziria.

Segundo Cláudia Viscardi, em finais do século XIX, com o café passando a ser produzido no Sul e Mata mineiros, “com uma percentagem mínima de aproximadamente 30% e 70%”⁴⁹ respectivamente, a dedicação ao mercado interno, que englobava a produção de alimentos para a sustentação da cafeicultura e para subsistência, diminuiu. De acordo com a autora, “esta economia tinha peso insignificante para a receita do estado no final do século XIX e início do XX, principalmente se comparada à receita fiscal oriunda do café”. Viscardi também assinala a importância da rubiácea para Minas Gerais:

“O café tinha uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Ele era responsável pela quase totalidade da receita fiscal do estado. Os excedentes dele provenientes foram responsáveis

⁴⁸ ANDRADE, M.F. op.cit.

⁴⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, PP. 39-56.

pela diversificação econômica de sua região de origem, que veio a ser a mais industrializada de Minas no período. Os estudos que comprovam a existência de uma forte economia cafeeira no estado com base na grande concentração de terras e na relativa monetização da economia se contrapõem a todos os outros até então realizados em torno da economia mineira”⁵⁰.

De acordo com Viscardi, mesmo sendo o “mosaico mineiro” composto de grande diversidade econômica interna, a base de sustentação econômica do estado era o café. E este era produzido em larga escala em latifúndios escravistas em moldes semelhantes, porém em menor escala, aos paulistas.

1.2.1: Percentual do Valor da Produção do Café no Conjunto das Exportações Mineiras (1899-1924)

Períodos	Valor exportado (contos)	Valor do Café (contos)	Percentual do café sobre o total
1889/1893	99.982,450	71.628,535	71,64
1894/1898	186.687,546	128.164,206	68,65
1899/1903	156.343,563	93.228,506	59,63
1904/1908	136.043,725	64.619,539	47,49
1909/1913	191.802,771	84.682,079	44,15
1914/1918	282.952,735	84.909,415	30,00
1919/1923	550.796,920	241.233,057	43,79
1924/1926	939.768,502	505.095,723	53,74
Médias	318.047,277	159.195,133	52,39

FONTE: ALVIM, Aristóteles. Confrontos e deduções. IN: Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil (1727-1927), Secretaria da Agricultura, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p.80 a 83. Apud PIRES, op. cit.

⁵⁰ Idem. Ver também: PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870. IX Seminário sobre a Economia Mineira.** Cedeplar, 2000. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Formação de núcleos agro-exportadores cafeeiros: os modelos paulista, fluminense e mineiro.** São Paulo: ABPHE, 2001.

1.2.2: Tabela Comparativa dos Percentuais das Exportações Mineiras

Produtos	1888 (%)	1898 (%)	1908 (%)	Médias (%)
Café	78	68	38	61.33
Outros produtos agrícolas	3	4	12	6.33
Pecuária	12	18	35	21.66
Produtos minerais	s/d	7	7	7
Total	93	97	92	94

FONTE: JACOB, R. *Minas Gerais no Vigésimo Século*, Rio de Janeiro: Gomes, Irmão e C. 1911, v. 1 p. 411-412. Apud PIRES, op. cit.

Por esta senda, à produção cafeeira é atribuído o fenômeno de crescimento das cidades médias brasileiras (em especial aquelas localizadas no interior de São Paulo e Minas). O fenômeno da urbanização, “responsável por transfigurar vilarejos em concentrações consideráveis de gentes e casas”, que vinha se acentuando no país desde meados do Império. Este processo ocorreu concomitantemente à abolição efetiva do tráfico de escravos e graças a fatores vários, entre eles a libertação de capitais comprometidos com o comércio de cativos e a hegemonia alcançada pela produção cafeeira, iniciava-se o desenvolvimento das cidades situadas no “Brasil caipira”⁵¹.

“Por volta de 1852, vilazinhas e lugarejos localizados na porção interiorana do país eram tomados por uma avalanche de transformações. O que poucos anos antes eram apenas parcos aglomerados de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordavam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir a *benesses do progresso*, acordados que foram pelo aroma forte e instigante de uma bebida dadivosa como o café e atingidos pelo imaginário alimentado em torno do moderno”⁵².

O café trazia consigo a eletricidade, o automóvel e o telefone, os tecidos finos, o calçamento das ruas e a construção de palacetes, teatros e outras “novidades”. Portanto, a economia do sudeste brasileiro em finais do século XIX foi marcada pela expansão cafeeira, acompanhada por uma ideologia progressista de modelo francês que

⁵¹ Ver: DOIN Et ali, José Evaldo. *A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do CEMUMC*. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, nº 563, PP. 91-122. 2007.

⁵² Idem.

determinaria os caminhos do *progresso e civilização*. O sul de Minas não esteve alheio a este processo, principalmente quando o café começou a se expandir pela região e lentamente caminhou para se tornar o seu principal produto no século XX. Nosso escopo do próximo item será a introdução cafeeira no Sul de Minas, embora reconheçamos que a economia da região no período em estudo também foi marcada pela sobrevivência da economia voltada para o abastecimento interno, ainda significativa na economia da região, pois característica tão marcante, que já durara séculos, não seria descartada da noite para o dia.

1.2.2: A economia sul-mineira e a expansão cafeeira

“Nada preocupa mais instantaneamente os governos do que o café, que representa, antes de tudo, uma enorme soma de capital imobilizado, além de constituir essa cultura a mais considerável fonte de riqueza pública e particular e mais da metade dos recursos que formam a receita do Estado⁵³”.

Neste item abordaremos a produção cafeeira do Sul de Minas, além da grande relevância do produto observada no trecho acima, a cultura do café sempre esteve, historicamente, associada à transição da mão-de-obra e a vinda de trabalhadores imigrantes para o Brasil.

A história da cafeicultura no Sul de Minas Gerais é uma história recente se comparada aos demais modelos destinados a agroexportação de café que conhecemos no país, entre eles o complexo do Vale Paraíba Fluminense, o modelo paulista e em Minas o modelo da Zona da Mata.

Nosso intuito é discutir a chegada e propagação do café por toda região. Na data baliza de nossa pesquisa, 1870, a produção de café ainda não era a principal da região, mas ao longo do período em evidência, 1870 a 1918, o café ganhou forças e o Sul de Minas se tornou uma das principais regiões produtoras do estado, e num período posterior, 1960, a maior produtora do país. Nossas fontes, os periódicos locais, discutem temas relevantes à produção e a sua expansão, mas não fornecem com exatidão informações preciosas do funcionamento da cafeicultura na região, como o tamanho das propriedades, a quantidade exata da produção anual, qual a proporção da mão-de-obra utilizada, ou ainda, se existiam plantações de alimento dentro das fazendas de café; mas através de profunda pesquisa bibliográfica acreditamos suprir algumas destas lacunas.

⁵³ Relatório de Presidente de Estado. Francisco Sales, 1903, p56. In.: uchicago.edu

Como o Sul de Minas é uma região pouco estudada, tomamos como principais referências trabalhos que discutem o tema para a Zona da Mata⁵⁴. Não que o processo tenha sido o mesmo nas duas regiões, ao contrário, ocorreram de forma bastante diversa, mas para nossa explanação tais trabalhos serão essenciais, e onde houver diferenças serão assinaladas por nós. Alguns trabalhos encontrados sobre o Sul de Minas também foram de fundamental importância, entre eles, *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*⁵⁵ e *Introdução e expansão do café na região Sul de Minas*⁵⁶.

A cafeicultura no Sul de Minas se expandiu pelos municípios de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no Vale do Rio Sapucaí, em fins do século XVIII⁵⁷. Na segunda metade do século XIX, o café ganharia espaço mais para o Norte e o Oeste, alcançando Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso e Campo Belo. Ao Leste, as fazendas de café avançariam pelas localidades de Monte Santo de Minas, São João da Fortaleza (hoje Arceburgo), Santa Bárbara das Canoas (Guaranésia) e Cabo Verde. Todas estabelecidas como extensão da expansão do Oeste paulista⁵⁸.

A rubiácea segue sua expansão pelo Sul de Minas na Freguesia de Dolores de Guaxupé, em 1875, quando alguns fazendeiros dessa freguesia firmaram contratos com prestadores de serviço para o plantio de lavouras de café. Embora já existissem cafeeiros em algumas propriedades da região, destinados ao consumo de famílias, lavouras maiores e com interesse econômico foram plantadas somente a partir daquele ano. Pois foi neste momento, que pela primeira vez, os produtores locais fecharam contratos detalhados sobre o sistema em que as lavouras deveriam ser formadas, assim como as obrigações, os direitos e os valores de pagamento ajustados com os trabalhadores. Segundo Oliveira e Grinberg, “terras férteis em abundância e quase a custo zero, mão-de-obra ociosa, expansão das linhas ferroviárias e, principalmente, um longo período de preços atraentes do café explicam a rápida expansão cafeicultora no Sul de Minas⁵⁹”.

Como foi dito, no Brasil alguns modelos precederam a produção agro-exportadora do Sul de Minas, vejamos, de maneira sintetizada, as principais características e as semelhanças entre cada um deles:

⁵⁴ Em especial: PIRES, A. op.cit. OLIVEIRA, M. R. op.cit. OLIVEIRA, M. R. op.cit.

⁵⁵ OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

⁵⁶ FILLETO, Ferdinando e ALENCAR, Edgar. “Introdução e expansão do café na região Sul de Minas”. **Revista de administração da UFLA**, v.3.n.1, jan.-jun. 2001.

⁵⁷ FILLETO, F. & ALENCAR, E. op.cit.

⁵⁸ OLIVEIRA, J.G.R. & GRINBERG, L. op.cit.

⁵⁹ OLIVEIRA, J.G.R. & GRINBERG, L. op.cit.

O modelo mais antigo é o do Vale Paraíba Fluminense, que esteve vinculado aos altos investimentos de capitais de ‘grosso trato’ sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro, que foram reinvestidos nas fronteiras abertas da região⁶⁰. Durante todo o período imperial, a província do Rio de Janeiro manteve a hegemonia na produção cafeeira. Em 1880, os fazendeiros fluminenses respondiam por 60% da produção nacional, contra 25% de Minas, 10% de São Paulo e 5% do Espírito Santo⁶¹. Mas, nos anos finais do Império, o plantio de café no Rio de Janeiro entrou em decadência, causado pelo desgaste do solo em decorrência da erosão e do surgimento de pragas⁶², e ainda pelo processo de envelhecimento dos cafezais e escassez de matas virgens⁶³ ocorrido no final do XIX e início do XX.

Outro importante modelo foi o do lado ocidental do Vale Paraíba, na parte paulista, ali “a acumulação prévia originária de atividades agrícolas anteriores, como o açúcar e a produção de alimentos, sem uma intervenção direta de capitais e agentes mercantis⁶⁴” foi responsável pela transição para uma economia agro-exportadora. Mônica Oliveira assinala que na província paulista os menores custos de produção do café teriam aberto as possibilidades de acumulação a um amplo contingente de população. Assim, nos primórdios da cafeicultura paulista existiu a participação de pequenos e médios produtores com utilização de mão-de-obra doméstica.

Já na Mata Mineira o processo foi diverso, pois:

“o modelo de transição processado nesta região vinculou-se, historicamente, à província de Minas, num movimento centrífugo de dispersão de suas elites dentro dos limites da sua própria província. Essas elites estavam vinculadas, tradicionalmente, à mineração e, posteriormente, às redes de abastecimento do Centro-Sul. Incorporaram, com o decorrer das décadas do século XIX, novas fronteiras, apropriando-se do crescimento vertiginoso da cultura cafeeira no Sudeste e dos altos preços alcançados por ela nos mercados internacionais.⁶⁵”

Isto é, partiu de investimentos produzidos internamente na província mineira, em outras comarcas geograficamente distantes, mas interligadas por rotas de comércio em direção à Corte do Rio de Janeiro. Seus agentes mercantis instalaram-se em matas virgens da Zona da Mata, dando origem a montagem de um núcleo agro-exportador cafeeiro. Mônica Oliveira afirma que a economia mercantil de alimentos e de animais

⁶⁰ OLIVEIRA, M. R. op.cit. 2001.

⁶¹ VISCARDI, C.M.R. op.cit. 2001.

⁶² OLIVEIRA, J.G.R. & GRINBERG, L. op.cit.

⁶³ PIRES, A. op.cit. Apud.: Mônica, M.R. op.cit. 2000.

⁶⁴ OLIVEIRA, M.R. op.cit. 2000.

⁶⁵ OLIVEIRA, M. R. op.cit. 2000.

praticadas anteriormente ao café não possibilitavam a geração de excedentes a serem transferidos para a atividade agro-exportadora e que somente uma acumulação anterior, fora dos limites da recente fronteira agrícola da Mata, seria capaz de promover um salto qualitativo para a grande produção cafeeira⁶⁶ - foram elas, as atividades de produção e comercialização de alimentos e pecuária, própria das unidades pertencentes à Comarca do Rio das Mortes⁶⁷.

Assim, a implantação da lavoura cafeeira na Zona da Mata Mineira não significou um avanço da fronteira da cafeicultura fluminense e a mesma não se constituiu uma extensão daquele sistema agrário, ao contrário, possuiu um ritmo próprio, alimentado pelo amplo movimento interno da província mineira.

Vistos estes modelos, nos debruçamos sob a chegada e expansão da rubiácea no Sul de Minas. Ao longo da segunda metade do século XIX a cafeicultura começou a deixar o Vale Paraíba e se expandir pelas regiões paulistas do Oeste Velho (Campinas) e poucos anos depois invadiria o Oeste Novo (Ribeirão Preto) com grandes plantações. Havia largas extensões de terras férteis e de boa topografia. Na província de São Paulo a mão-de-obra escrava vinha sendo substituída pela corrente imigratória européia, composta principalmente de italianos, devido a Lei do Ventre Livre e os constantes movimentos abolicionistas. No mesmo contexto a rápida expansão da rede ferroviária facilitou enormemente o escoamento das produções⁶⁸.

A expansão dos cafezais não parou nas divisas de São Paulo: as plantações avançaram pelos municípios do Sul de Minas, embora em escala menor se comparada às novas regiões paulistas. Desse modo, diferentemente do ocorrido na Zona da Mata, a expansão da cafeicultura no Sul de Minas foi, de fato, o resultado de uma expansão ainda mais voraz em outra região, no nosso caso, o Oeste Paulista. Processo que implicaria na aproximação comercial das duas regiões.

Conforme Oliveira e Grinberg, a região Sul sempre foi muito ligada ao estado de São Paulo, pois desde a metade do Século XIX “levava sua produção em carros de boi até as estações ferroviárias no interior paulista, rumo ao Porto de Santos⁶⁹”. A produção

⁶⁶ OLIVEIRA, M.R. op.cit.2000.

⁶⁷ Ver também: GRAÇA FILHO, A. A. op.cit2.

⁶⁸ SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo.** Campinas: Editora da Unicamp. 1991.

⁶⁹ OLIVEIRA, J.G.R. & GRINBERG,L. op.cit. p. 18.

de café nestas localidades se ampliaria com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1890⁷⁰.

Inicialmente os fazendeiros do Sul de Minas possuíam atividades econômicas diversificadas: investiam na lavoura do café, mas continuavam criando gado – um negócio rendoso e com mercado menos instável, no final do século XIX, a principal atividade econômica local ainda era a pecuária. Além disso, em todas as fazendas, os trabalhadores, empregados a partir do sistema de colonato, cultivavam suas roças de alimentos e criavam porcos destinados ao consumo doméstico.

No texto *A Saga dos cafeicultores no Sul de Minas* encontramos diversos depoimentos que confirmam a assertiva acima e corroboram com a idéia de que no interior das fazendas voltadas para a produção de café para exportação também existiam espaços para a produção de alimentos para a subsistência, em especial dos colonos:

“Lá na Santa Maria (fazenda da família) viviam muitos italianos. Lembro que havia um que cuidava da horta de verduras, um italiano desses caprichosos. Tinha tudo quanto era espécie de verdura, fruta – o pomar era excelente. Naquela época – estou falando de 1930 para trás (...) -, os pagamentos eram feitos anualmente. Os colonos tinham sua roça de milho, feijão, arroz, seus porcos, suas vacas, os cavalos e a agricultura de subsistência. O toucinho, normalmente, eram eles que produziam⁷¹”.

O Sul de Minas era uma área de fronteira, rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Segundo Oliveira e Grinberg:

“em alguns casos, eram famílias de agricultores apenas em busca de terras novas. Em outros, eram familiares de proprietários de casas comissárias ou de casas bancárias. Como as terras eram baratas, alguns imigrantes italianos que trabalhavam originalmente como colonos, depois de guardarem algum capital e recorrerem ainda a parentes, conseguiram se tornar proprietários. Outros fazendeiros começaram como tropeiros ou carroceiros, transportando sacas de café em lombo de burros. Posteriormente, investiram em terras, transformaram-se em produtores, mas alguns não deixaram de comercializar, justamente para financiar a sua própria atividade agrícola. Da mesma forma, funcionários de casas comissárias, encarregados de comprar o café diretamente dos fazendeiros, poupavam e investiam em terras, e se tornavam produtores⁷²”.

⁷⁰ Ver item: As Estradas de Ferro no Sul e Minas.

⁷¹ Depoimento de Celso Ferraz de Araújo. Apud. OLIVEIRA, J.G.R. & GRINBERG, L. op.cit. pp.80-82.

⁷² OLIVEIRA, J.G.R. & GRINBERG, L. op.cit. p. 20. Neste trabalho os autores entrevistam membros de famílias cafeicultoras do Sul de Minas provenientes de cada uma destas diversas origens.

Esta expansão do café no Sul de Minas gerou expectativas de prosperidade e sempre embalados pelo sonho da fortuna recente do Oeste Paulista, previram alguns visionários:

“Como tudo acompanha a moda o café caiu em moda e peço aos céus que, em Itajubá, essa moda avassale todos os centros, todas as grotas, onde a geada esteja em desuso.”(...) “ Lá, no interior o cafezal, que dizem ser o eldorado de São Paulo, sem dúvida alguma o é; neste caso cada cafeeiro é um torrão; ao som do aço da enxada e da voz das italianas(...).

Naquele paraíso do pomo cafeeiro, a vida desliza-se magnífica e, em todas as fisionomias, encontra-se o animo como a sintetização do progresso e que voa conquistando as matas frondosas da Pátria Paulista.

A locomotiva corre parelha com o grito de avante, que reboa alegremente em todos os cantos da zona que é a principal fonte de riqueza deste florescente Estado. Lá o calor do café produz um movimento vertiginoso, que tem sua explicação na mecânica do comércio e cujos efeitos preparam um futuro soberbo à classe dos lavradores. A Itajubá segundo, o desenvolvimento que vai tendo sua cultura de café, cabe, em um futuro próximo, um galardão de glória e, quem sabe, a supremacia das cidades sul-mineiras.

E nem se diga que esta preposição é ousada, por quanto a natureza dos fatos assim estão prezagiando.

Em Itajubá o animo já vai se apoderando dos lavradores e isto terá como desfecho a riqueza do município cuja natureza do solo é o maior elemento que, a par do trabalhador inteligente, traz como consequência forçada o seu desenvolvimento”⁷³.

O artigo acima toca em cinco elementos centrais do presente trabalho, são eles: a expansão cafeeira no Sul de Minas, o uso da mão-de-obra italiana, a presença da ideologia do progresso e da modernização no discurso dos periódicos locais, a disputa pela hegemonia da região, e o constante viés comparativo com São Paulo. A cidade de Itajubá, como outras da região, investiu na produção de café e no braço estrangeiro a fim de *civilizar-se* e conhecer um progresso tal qual o encontrado nas cidades paulistas e fluminenses. Este viés comparativo é constante nas fontes pesquisadas e refletem uma preocupação dos mineiros de se guiarem pelo paradigma de estados vizinhos, isto se explica pela proximidade da região a estes estados e de a mesma não possuir nenhuma cidade pólo que pudesse servir de exemplo, por isso, no contexto da busca pelo desenvolvimento, escolheram modelos em outros estados.

1.2.3: As regiões clássicas do café: semelhanças e dessemelhanças.

Para determinarmos a extensão e os limites da produção cafeeira do Sul de Minas se fez necessário entender a produção da Zona da Mata, maior produtora da rubiácea na província. Assim desvelaríamos qual região era responsável por qual

⁷³ Correio do Povo (Itajubá, 02/08/1891). -Diretor: João Dias Pereira. Proprietário: João Dias e irmãos.

quinhão da produção total do café em Minas Gerais, pois a Zona da Mata foi responsável por todo o cultivo da província em um primeiro momento, até, aproximadamente 1880, quando, enfim, passou a dividir a responsabilidade pela produção mineira com a região Sul, ver tabela:

1.2.3.1: Participação da produção cafeeira da zona da mata na produção do estado de minas gerais (períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

PIRES, op.cit * para 1886 e 1888 - dados relativos à exportação; para zona da Mata os dados se referem a Minas Gerais sem a “Zona de Santos”, ou seja, o Sul de Minas; como as duas regiões são responsáveis por praticamente o total da produção do estado acreditamos que estes dados assim se aproximam muito da produção da Mata mineira.

O desenvolvimento da produção da Zona da Mata pode ser resumido da seguinte forma:

“Em meados de XIX, a Mata era responsável por 99% da produção mineira de café. Principal região cafeeira do estado até 1920, com uma produção de 81.000 arrobas em 1829/1830, essa região terá um crescimento de produção para aproximadamente 2,5 milhões de arrobas em 1870/1871. Em 1890, 75% da receita de todo o estado advinha de suas taxas pela produção cafeeira. Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais. Essa região e o Sul, maiores produtores de café da província desde o final do século XIX, serão responsáveis por 86% do total da produção de Minas. A região matense sofreu uma queda em relação ao sul da província no final do século passado (XIX), quando da expansão da lavoura desse produto para essa região, embora a Mata continuasse tendo a maior produção até o início desse século (XX), com cerca de 60% do total do estado⁷⁴”.

Já na pesquisa de Anderson Pires encontramos importante referência ao desenvolvimento da cafeeira do Sul de Minas e a sua relevância comparada à produção da Zona da Mata, que somadas nos dão a produção total mineira:

“Nos anos 70, a produção mineira era a segunda do país. Suas exportações representavam 27% das nacionais. Até aquela data, a quase totalidade do café exportado era produzido na zona da Mata. A partir do final da década de 80 o café passou a ser cultivado com maior intensidade no Sul de Minas (...); com

⁷⁴ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo obre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)**. Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.

isto, aumentou o peso do produto sul mineiro no cômputo total das exportações. Até o final do Império, a maior parte do café exportado vinha da zona da Mata. De uma participação de cerca de 20% das exportações no início da década de 90, **o café sul mineiro passou a 30% do valor total exportado nos primeiros anos do século XX, mantendo-se nesta posição até 1930.** A zona da Mata continuou como a região produtora principal. (...)”⁷⁵. (grifo nosso).

Todos os autores consultados são unânimes em afirmar que a Zona da Mata foi responsável por toda produção mineira por um longo período. Estes autores também comungam com a idéia de que a partir de 1880, Mata e Sul se tornam as maiores produtoras de café do estado, para não dizer únicas em toda Minas Gerais. E que somente a partir de 1893, quando o Sul de Minas se torna responsável pela produção de um oitavo do café exportado do estado, é que começa a ameaçar a posição de produtora hegemônica da Zona da Mata⁷⁶. Também salientamos que existiram distinções entre os interesses da Zona da Mata e do Sul quanto à expansão cafeeira, pois o próprio surgimento do café na região sulista não era resultado da expansão do café da Zona da Mata, ao contrário, o fluxo de comércio das duas regiões era diferente: O Sul vinculava-se ao porto de Santos e a Mata ao porto do Rio de Janeiro⁷⁷.

A produção de café em Minas, ao longo de todo período analisado, enfrentou diversas crises, mas em geral contou com elementos favoráveis para o seu bom desenvolvimento. Para o Presidente de Estado Jacques Bias Fortes a alta dos preços do café fez com que toda a lavoura se dedicasse exclusivamente a este gênero. Daí proviria o exagero dos preços de gêneros alimentícios enfrentado na última década do século XIX em quase todos os municípios, pois em todos os anos ocorria verdadeiro êxodo da mão-de-obra em direção à zona cafeeira, “abandonando aquela onde se cultivam de preferência os cereais, resultando nesta carência considerável de braços⁷⁸”.

O café, mesmo enfrentando algumas crises, no final do período em análise, mantinha sua posição de excelência e com apoio político as duas regiões manteriam suas produções por um longo tempo:

⁷⁵ GIROLETTI, D. (1987). **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro. p. 70. Apud.: PIRES, A. op.cit.

⁷⁶ BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

⁷⁷ SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

⁷⁸ Relatório do Presidente de Província de 1895, Chrispim Jacques Bias Fortes, pp.18-22. In.: uchicago.edu

“O café matem a sua posição excepcional de termômetro de nossa situação econômica. Este abençoado produto que nos tem tornado prósperos e constitui a base da riqueza do Estado é a mais copiosa fonte de receita pública.(...) As zonas da Mata e do Sul de Minas, que se desentranham hoje nas mais variadas produções, têm sabido guardar fidelidade à lavoura cafeeira, que as enriqueceu, e conservarão, sem dúvida, a posição alcançada à custa de longos anos de indefenso labor (...). Embora se abram largos horizontes à produção cafeeira nas terras virgens dos Vales do Mucuri e Rio Doce, seria um crime esquecer, neste momento, as regiões clássicas do café, cujo futuro reclama toda a atenção dos poderes públicos (...). Cumpra ao governo ajudar a lavoura a remodelar os métodos até aqui seguidos, difundindo o uso de máquinas e adubos e o ensino dos preceitos da agronomia moderna⁷⁹”.

Segundo Maria Resende, a expansão da cafeicultura na Mata e no Sul e o transporte ferroviário foram os principais fatores econômicos do século XIX em Minas Gerais. A invasão cafeeira deslocou a vida econômica da província em direção ao Sul do estado⁸⁰. Assim, a cafeicultura foi decisiva na aceleração de mudanças que vinham se operando no território mineiro há muito tempo.

Com esta expansão da cafeicultura teve início à dinamização da vida econômica na Mata e no Sul, inicialmente possibilitada pelas novas vias de transporte abertas pela cafeicultura que estimulou novos setores. No entanto, lembra a autora, que o sistema ferroviário, implantado em Minas Gerais a partir de 1869, como decorrência da expansão cafeeira, beneficiou apenas parcelas do território, essencialmente o sudeste e sudoeste da província. Este crescimento regionalizado provocou um interno desequilíbrio econômico entre as regiões. Somado ao problema da desorganização do trabalho em 1888 a província acabou por se dividir entre regiões cafeicultoras, Mata e Sul, que passaram a exigir mão-de-obra e amparo governamental, e regiões estagnadas, que exigiam Estradas de Ferro para dinamizar suas produções locais.

Conforme Ana Lúcia Duarte Lanna, toda a rede ferroviária da Zona da Mata foi construída tendo como objetivo a comercialização do café. Neste momento acreditou-se que as soluções para o tão almejado progresso e para a diversidade econômica passavam, necessariamente, pela integração de todas as regiões. Estimulado pelo aumento das exportações o governo aprovava todos os pedidos de concessões e mesmo as regiões que não fossem diretamente beneficiadas com a expansão das vias férreas votavam a favor das concessões, acreditando que os lucros oriundos do café

⁷⁹ Relatório de Presidente e Estado, Arthur Bernardes, 1919.

⁸⁰ RESENDE, M. E. L. op.cit.

“enriqueceriam a província rapidamente, e possibilitariam um investimento futuro para a construção de suas próprias ferrovias⁸¹”.

Portanto, a partir de 1870, destacam-se algumas mudanças qualitativas na atividade cafeeira. Como o incremento na construção de ferrovias, que visava reduzir os altos custos com transportes. A partir daí, as cidades desenvolvem-se, caracterizam-se a formação de consciências regionais mais fortes, que originariam sérios atritos entre os poderes provinciais e as regiões de Minas⁸².

Apesar da forte representação política dos cafeicultores, eles não detêm o controle total do poder do Estado. As demais regiões, notadamente a mineradora, continuam a ter um peso político muito grande. Assim, ao mesmo tempo em que os auxílios para o café eram concedidos, também eram estipuladas taxações variadas de modo que o orçamento provincial/estadual apoiava-se nos lucros auferidos nesta atividade⁸³. Ou seja, abrem-se pressupostos para questionarmos se o governo teria consistentemente favorecido os interesses corporativos da cafeicultura. Evidentemente, sem negarmos a posição hegemônica da mesma no Estado brasileiro.

Este problema advém do fato de, embora, Minas se constituir numa unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, ser na verdade a soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas bastante diferenciadas entre si. John Wirth assinalou que tal característica pode ser avaliada em um duplo aspecto: de um lado, na unidade mineira, o desenvolvimento de cada região se constituiu numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos; e, além disso:

“aquelas regiões que fariam parte daquele “todo”, **se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam** (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro)”⁸⁴. (Grifo nosso).

⁸¹ Mas este apoio das demais regiões se dará de forma tensa, ansiosas em reverter os lucros auferidos na atividade cafeeira em seu próprio benefício sempre cobravam, de forma rígida, o esperado retorno por parte das províncias produtoras de café. Ver: LANNA, A. L. D.op.cit.

⁸² LANNA, A.L.D. op. cit.

⁸³ LANNA, A.L.D. op. cit.

⁸⁴ WIRTH, J. D.op.cit.

1.3: As Estradas de Ferro do Sul de Minas

“É o dia 12 deste mês em que pela vez primeira o carro do progresso transpôs as raias do nosso município, e o cavalo dinâmico que come o carvão, vomita chamas e devora o espaço, depois de haver saciado a sede nas águas do Atlântico, pisou ofegante o solo baependiano, em seu caminhar delirante para o *Far West* brasileiro, à procura dos tesouros minerais e vegetais que naquela misteriosa região só esperam a mão do homem para colhê-lo⁸⁵”.

Ao longo deste item nosso intuito será apresentar o desenvolvimento das principais vias férreas que cortaram o Sul de Minas no período em evidência. Para tanto utilizaremos, em especial, o trabalho de Vasco de Castro Lima⁸⁶, na verdade, um opúsculo comemorativo dos cinquenta anos da Estrada de Ferro Sul de Minas completados na data de publicação do livro, em 1934. Outro texto bastante utilizado será *As Ferrovias em Minas Gerais*⁸⁷, por ser uma obra que sintetiza os principais acontecimentos que marcaram a evolução das estradas de ferro em Minas, e por fornecer informações preciosas como duração das obras e traçado das ferrovias. Além dos periódicos locais que acompanhavam com grande interesse os avanços da rede ferroviária na região.

Por um longo período na historiografia mineira o estado foi apresentado como uma “colcha de retalhos”, que tinha suas sub-regiões nada ou pouco interligadas devido, principalmente, às péssimas condições de transporte que a província oferecia⁸⁸. Tal constatação encontra eco em alguns periódicos do Sul de Minas que cobravam melhores condições de transporte para promover o comércio entre as regiões de Minas e com outros estados:

“A falta de boas estradas para os principais municípios do Sul de Minas, é o principal obstáculo à abundância de víveres por preços mais moderados nos mercados desta cidade e de outras do Norte de São Paulo.

O impulso que poderia dar aquela parte da província de Minas a feitura e conservação de boas vias de comunicação, já na livre exportação de gêneros que necessita de outros mercados, seriam de incalculáveis vantagens, que aferiria não só à riqueza particular, como a fazenda nacional.

Terrenos feracíssimos para cultura do milho, feijão, arroz, fumo e mesmo para o café como tivemos ocasião de ver no importante município de Ouro Fino, Campo Místico e outros, hoje na maior parte incultos, porque não recompensariam os esforços do lavrador, pela carestia e dificuldades do transporte aos mercados consumidores, em breve os veríamos arroteados e

⁸⁵ O Baependiano, 15 de abril de 1883. p. 1.

⁸⁶ LIMA, Vasco de Castro. **A Estrada de Ferro Sul de Minas**. 1884-1932. São Paulo: Copas. 1934.

⁸⁷ PIMENTA, Dermeval José, ELEUTÉRIO, Arysburg Batista e CARAMURU, Hugo. **As Ferrovias em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.

⁸⁸ Ver: WIRTH, J. D.op.cit.

lavrados fazendo a riqueza de seus possuidores, animados pela pronta extração do produto e lucros que sem dúvidas lhe haviam de vir ⁸⁹”.

Embora descrições como a encontrada em *O Mineiro* persistam em alguns periódicos de início da década de 1870, a partir daí, com a chegada da estrada de ferro, o tema transporte ganha ares de expectativa e progresso que chegavam à região. As ferrovias traziam promessas de melhora da produção e dos meios de vida:

“Se, como creio, dentro em pouco tempo vai ser este município um dos mais florescentes de nossa província, pela magnífica irradiação de suas linhas férreas e outros meios de comunicação: se tudo nos anuncia o advento de nova era de prosperidade e de engrandecimento ⁹⁰”.

O aparecimento das ferrovias impulsionaria todos os meios de produção e produziria principal alteração na lavoura cafeeira. O surto do café, além de modificar fundamentalmente as condições de transporte, repercutiu também na economia do país, com a valorização das terras próximas às ferrovias, decadência de cidade e regiões mais afastadas, imposição da monocultura e favorecimento da urbanização, dentre outros aspectos marcantes no processo.

Com efeito, o surto ferroviário alteraria radicalmente as feições da economia cafeeira e sua estruturação no território nacional. Tendo como vetores as linhas da estrada de ferro, surgiria a rede urbana, definindo-se em grande parte em função da ferrovia os municípios que desempenhariam as funções de centros e pólos regionais ⁹¹.

A questão dos transportes sempre esteve relacionada à produção, ao desenvolvimento da lavoura, e por conseqüência, também foi associada à transição da mão-de-obra. Exemplo disto está na opinião do periódico *Gazeta Sul-Mineira*, que defensora da imigração acreditava que:

“Sem estradas de ferro não há riqueza, portanto não há instrução, pois que esta, sem dúvida alguma, esta na relação direta da prosperidade pública; sem o transporte barato não há lavoura nem comércio, porque ninguém planta desde que não pode enviar os seus produtos no mercado consumidor, tirando lucro; e sem lucro não há incentivo, e sem incentivo não há progresso, e sem progresso não há riqueza, sem rapidez de comunicação não há imigrantes (...), não há, portanto, transformação no trabalho (...). Em uma palavra, sem estrada de ferro tudo esta perdido; o sul de Minas dentro em breve será um cadáver ⁹²”.

⁸⁹ *O Mineiro*, 17 de julho de 1874. Periódico da cidade de Pouso Alegre.

⁹⁰ *Gazeta de Lavras*, 23 de março de 1888.

⁹¹ SEMEGHINI, U. C.op.cit.

⁹² *A Gazeta Sul-Mineira*, 05 de fevereiro de 1888. Periódico da cidade de Santa Rita do Sapucaí.

Dessa forma, a chegada da ferrovia representou verdadeira transformação na economia do Sul de Minas. No processo de produção, ela permitiu o aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar perdas. A ferrovia facilitou também o deslocamento da mão-de-obra, requisito essencial na formação do mercado de trabalho.

Nos Relatórios de Presidentes de Estado de Minas Gerais podemos perceber a preocupação do poder público com a questão das estradas de ferro, e a sua importância para o desenvolvimento do estado, como nos trechos:

“Outrora uma das causas que influíam para a desvalorização de nossos produtos era a dificuldade de vias de comunicação, de sorte que era explicável que os nossos agricultores ou se limitassem a pequenas produções, apenas suficiente para o consumo local, ou de preferência se entregasse a culturas cujos produtos por seu alto preço, pudessem suportar as despesas de transporte; hoje, porém, que o estado já possui 1,811k136 de estradas de ferro favorecidas pelo estado e 878k164, favorecidas pelo governo Federal, e outras ainda em vias de exploração e construção, desaparecem felizmente estas razões⁹³.”

“É o nosso estado atravessado por 3.458 quilômetros de estradas de ferro em tráfego. Esse grande aumento da extensão das vias férreas trouxe a valorização de terras, a multiplicação das culturas, e, como consequência, o extraordinário desenvolvimento da produção agrícola⁹⁴.”

Tendo em vista a economia e a sociedade brasileira na segunda metade dos oitocentos, Welber Santos assinala que o fim do tráfico atlântico de escravos e as leis que colocavam um fim gradual na escravidão implicaram na mudança dos padrões de investimentos de muitos proprietários. “Nesse momento, muitos fazendeiros pararam ou reduziram a implementação de suas escravarias, num típico movimento de descrédito com a escravidão⁹⁵.” Isto é, o ceticismo na longevidade da instituição escravista fez com que muitos fazendeiros e proprietários de escravos, detentores de enormes fortunas, mudassem seus investimentos. Santos atribui a esta mudança de investimentos o momento de transformação da elite mineira, bem como um momento de transformação da economia e sociedade brasileiras⁹⁶.

⁹³ Relatório do Presidente de Província de 1895, Afonso Augusto Moreira Pena, p. 20. In.: uchicago.edu.

⁹⁴ Relatório do Presidente de Província de 1901, Francisco Silviano de Almeida Brandão, p. 5. In.: uchicago.edu.

⁹⁵ SANTOS, Welber. São João del Rei e a Estrada de Ferro Oeste de Minas. IN.: **Anais do 1º Seminário de pós-graduandos CEO/PRONEX**. Unirio, Rio de Janeiro. 2007.

⁹⁶ Ver também: FRAGOSO, J. e MARTINS, M. Fernanda. Grandes negociantes e elites políticas nas últimas décadas da escravidão (1850-1880). IN.: FLORENTINO, M. e MACHADO, C. **Ensaio sobre a escravidão**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

Tal relação, entre investimento em estradas de ferro e fim da escravidão, também foi percebida pelos periódicos locais:

“Com a chegada radiante das locomotivas, máquinas prodigiosas que não olham para o passado, coincidindo com o desaparecimento da escravidão (...) vamos entrar resolutamente na senda do progresso”⁹⁷.

Por último, ressaltamos que as estradas de ferro do Sul de Minas também serviram como um forte atrativo de mão-de-obra, inclusive estrangeira, pois em 1897 foram introduzidos 770 imigrantes italianos, que se localizaram entre as estações de Itajubá e Silviano Brandão⁹⁸ com o fim único de prestar serviços a Companhia Ferroviária Minas e Rio.

Como foi dito, à medida que o café se tornava produto básico em várias cidades do Sul de Minas, foram construídas as ferrovias. As principais linhas férreas da região foram: Estrada de Ferro Minas e Rio, Estrada de Ferro Sapucaí, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Muzambinho⁹⁹. Vejamos com mais cuidado a construção e evolução de cada uma dessas estradas.

⁹⁷ Gazeta de Lavras, 23 de março de 1888.

⁹⁸ Relatório do Presidente de Província de 1897, Chrispim Jacques Bias Fortes, p.43.

⁹⁹ O traçado das ferrovias obedeceu, principalmente, ao interesse da área econômica do café. O mesmo se verificou também em São Paulo, como é sabido. Ver: MONTEIRO, N. G.op.cit.

1.3.1: Estrada de Ferro Minas e Rio

No ano de 1874 o governo da Província de Minas expediu a Lei nº 2.062, de 4 de outubro do mesmo ano, autorizando-o a contratar a construção de uma estrada de ferro que, partindo de Cruzeiro, na província paulista, se dirigisse à confluência dos rios Verde e Sapucaí. Dessa autorização originou-se a Estrada de Ferro Rio Verde, cuja concessão foi dada pelo governo Imperial, em 1875, ao Brigadeiro Couto de Magalhães e a Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá¹⁰⁰.

Foi estabelecido que o ponto de partida fosse à cidade de Cruzeiro e o terminal seria, em uma primeira etapa em Três Corações e, posteriormente avançaria até as proximidades de Varginha.

Para promover a construção da estrada organizou-se em Londres, em 1874, a companhia inglesa denominada *The Minas and Rio Railway*. Iniciada a construção em 21 de abril de 1881, o trecho compreendido entre Cruzeiro e Túnel Grande, localizado na Serra da Mantiqueira, foi inaugurado em 5 de março de 1883. A obra completa da estrada, compreendendo o trecho entre Cruzeiro e Três Corações, foi inaugurada em 14 de junho de 1884, correndo o trem especial com a presença do Imperador e diversas autoridades do Império e da Província¹⁰¹.

A Minas e Rio foi a primeira estrada férrea a penetrar o Sul de Minas e ainda teria um prolongamento pelo Vale do rio Verde até atingir seu ponto terminal em Juréia, em 28 de agosto de 1908, onde se entroncou com a Estrada de Ferro Mogiana.

Esta ferrovia, de 170 quilômetros de extensão, tinha início na estação de Cruzeiro e passava por outras oito estações: Perequê, Passa Quatro, Capivari (hoje Itanhandu), Pouso Alto, Fazendinha (Carmo de Minas), Soledade, Contendas (Conceição do Rio Verde) e Três Corações¹⁰². O custo da estrada foi fixado em Rs 15.495:253\$085, apresentava seis túneis, um viaduto e oito pontes, sendo a mais importante a do Rio Lambari, no Km. 156, com um vão de 26 metros¹⁰³.

A escolha da cidade de Cruzeiro como ponto de partida foi controvertida, pois como o próprio nome da linha indica, a estrada deveria ligar a Província do Rio à de Minas, partindo da estação de Rezende, situada na Estrada de Ferro D. Pedro II. Entretanto, estudos posteriores indicaram que seria mais vantajoso se a ligação fosse feita em Queluz, ficando depois definitivamente modificado para Cruzeiro o ponto de

¹⁰⁰ Relatório do Presidente de Província de 1874, José Maria Correia de Sá, p.21. In.: uchicago.edu.

¹⁰¹ LIMA, V.C. op.cit.

¹⁰² PIMENTA, D.J. ELEUTÉRIO, A.B. e CARAMURU, H. op. cit.

¹⁰³ LIMA, V.C. op.cit.

partida. Segundo Vasco de Castro Lima, essa alteração do traçado para Cruzeiro foi obtida pela influência do Major Manoel de Freitas Novais, importante líder político do Sul de Minas¹⁰⁴. Este dado nos indica o interesse da região em estreitar laços com São Paulo, direcionando suas estradas de ferro, e conseqüentemente sua produção para aquela província. Através da influência personalista reforçavam-se os laços entre Sul de Minas e São Paulo.

Em trabalho de 1934, Vasco Lima afirma que a Minas e Rio seria uma das vias férreas de mais intenso tráfego do país se a política não lhe houvesse perturbado a diretriz. Esta linha tinha o objetivo de ligar à Corte ao vasto sertão do Triângulo Mineiro, porém, em seu avanço desagradou aos interesses regionais das principais influências políticas do Sul de Minas, que impediram seu desenvolvimento.

De 1891 a 1908, a receita, despesa e saldo da Minas e Rio foram os seguintes:

**1.3.1: Tabela de receitas e despesas da Estrada de Ferro
Minas e Rio (1895-1907)**

Ano	Receita	Despesas	Saldo
1887	729:192\$470	498:506\$900	230:685\$570
1888	781:305\$810	512:896\$760	268:415\$050
1889	808:126\$940	523:478\$750	282:648\$190
1890	922:672\$910	729:675\$240	192:997\$670
1891	1.092:149\$000	822:301\$000	169:848\$000
1892	1.274:310\$000	1.131:575\$000	143:237\$000
1893	1.357:583\$000	1.061:371\$000	296:212\$000
1894	1.398:933\$000	1.207:888\$000	191:045\$000
1895	1748:438\$070	1.520:089\$900	228:348\$170
1896	1.774:466\$000	1.636:960\$520	117:505\$480
1897	2.045:305\$490	1.751:449\$120	293:856\$370
1898	1.744:603\$880	1.586:105\$740	159:498\$140
1899	1.792:225\$560	1.578:229\$340	213:996\$220
1900	1.786:460\$040	1.541:916\$460	244:543\$580
1901	2.076:293\$770	1.569:265\$770	507:030\$000
1902	1.457:069\$900	921:055\$964	536:011\$936
1903	1.934:531\$161	1.304:320\$000	630:211\$071
1904	1.693:632\$761	1.198:762\$029	494:870\$735
1905*	1.746:787\$590	1.675:570\$764	73:216\$826
1906	2.040:163\$680	1.879:379\$414	160:790\$262
1907	1.966:768\$948	1.295:500\$545	671:266\$403
1908	1.904:319\$640	1.332:033\$541	572:286\$099

Fonte: Relatório Ministerial de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas. De 1895-1907.

¹⁰⁴ LIMA, V.C. op.cit.

A tabela acima demonstra que o investimento na construção e manutenção de Estradas de Ferro era lucrativo, principalmente em uma região em que o café, produto de exportação, começava a se expandir e despontar na produção nacional¹⁰⁵. No entanto, como veremos a seguir, as empresas fundadas e dirigidas por companhias nacionais não obtiveram o mesmo êxito que a Minas e Rio, de capital londrino.

1.3.2: Estrada de Ferro do Sapucaí

A sociedade anônima denominada Estrada de Ferro do Sapucaí tinha por fim a construção, uso e gozo da ferrovia que, partindo do ponto mais conveniente da estrada Minas e Rio, terminasse nos limites da província de Minas com São Paulo, no município de Ouro Fino, nos termos do contrato celebrado pelos engenheiros Carlos Euler Junior e Raimundo de Castro Maia com o governo de Minas, em 12 de novembro de 1887¹⁰⁶. A Companhia Viação Férrea Sapucaí foi organizada em 15 de março de 1888, com o objetivo de construir tal estrada que, partindo da Estação de Soledade, na Estrada de Ferro Minas e Rio, atingiria os limites de São Paulo¹⁰⁷.

O primeiro trecho foi inaugurado em 15 de março de 1891 compreendendo o espaço entre Caxambu e Cristina, com 61 quilômetros. A 27 de junho foi inaugurado o trecho de Cristina a Maria da Fé, com 20 km; e a 25 de setembro o espaço de Maria da Fé a Itajubá, com 28 quilômetros. A primeira seção da Sapucaí ficou com 109 quilômetros de linha em tráfego, compreendendo as seguintes estações: Caxambu, Soledade, Silvestre Ferraz, Ribeiro, Cristina, Maria da Fé e Itajubá¹⁰⁸. Em 1897 ela atingiria, no quilômetro 297, a Estação de Sapucaí, em seu ponto terminal, entroncando-se ali com a Estrada de Ferro Mogiana¹⁰⁹.

Com a inauguração da estação de Itajubá, aumentaram a importação e exportação, pois passou a entrar pela estrada grande parte dos produtos que sempre haviam sido conduzidos de Itajubá, Vargem Grande e Santa Rita do Sapucaí para as estações paulistas de Cachoeira e Lorena¹¹⁰.

¹⁰⁵ * A queda no lucro deste ano se justifica devido às obras na Serra da Mantiqueira e ao alto custo do material rodante. Ver: Relatório do Ministro do Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, pp. 379-382. In.: uchicago.edu.

¹⁰⁶ Relatório do Presidente de Província de 1887, Machado Portella, p.46.

¹⁰⁷ A construção da Estrada de Ferro Sapucaí e toda a disputa política envolvida na mesma foram acompanhadas com grande interesse pelo periódico de Itajubá, A Verdade. Os editores da folha estavam convencidos da importância de uma linha férrea para o desenvolvimento da região e desempenharam verdadeira campanha pela sua execução. Ver: A Verdade, SIA-APM.

¹⁰⁸ LIMA, V.C. op.cit.

¹⁰⁹ PIMENTA, D.J. ELEUTÉRIO, A.B. e CARAMURU, H. op. cit.

¹¹⁰ PIMENTA, D.J. ELEUTÉRIO, A.B. e CARAMURU, H. op. cit.

As pretensões da Estrada de Ferro Sapucaí não eram pequenas, é o que podemos afirmar com a leitura do trecho seguinte, retirado do relatório do ano de 1892, assinado pelo seu presidente interino, Dr. Paulo César de Andrade:

“Uma vez concluída a linha tronco com os três ramais em território mineiro, a Cia Viação Férrea Sapucaí será uma das mais prósperas, senão a mais próspera empresa de viação Férrea no Brasil.

Basta considerar que ela tende a trazer diretamente ao porto do Rio de Janeiro, não só quase todas as produções dos vales do Rio Grande, Rio Verde e Rio Sapucaí, no sul do estado de Minas Gerais, que são de admirável uberdade, e onde a cultura do café e outros gêneros vai se desenvolvendo extraordinariamente, mas ainda, o que é mais importante, deve atrair, pela sua ligação com a rede da Cia Mogiana, a maior parte da produção da imensa zona cafeeira do Estado de São Paulo que se dirige hoje para o porto de Santos, percorrendo linhas de bitolas diferentes e pertencentes a empresas diversas, sujeita, portanto a baldeações e a fretes elevados.

Com o transporte do café daquela região, virá necessariamente o de outras mercadorias.

O movimento de cargas daquela companhia eleva-se a cerca de 200.000 toneladas por ano. Admitindo-se que metade apenas dessa quantidade seja atraída pela Companhia Viação Férrea Sapucaí terá esta um movimento de perto de 100.000 toneladas percorrendo toda a linha, o que a taxa média de 50000 dará a renda anual de 5.000:000\$000.

Ajuntando-se o movimento de passageiros e o das mercadorias, próprio da zona da companhia, a renda excederá a 10.000:000\$000 por ano, e tenderá a crescer, porque a região a que vai servir é quase toda nova. A despesa anual não atingirá a 3.000:000\$000.¹¹¹”

Em 1895, novas estações foram entregues ao tráfego, eram elas: Pouso Alegre, em 25 de março; Borda da Mata, em 1º de agosto; Francisco Sá, em 17 de dezembro; e a de Baependi, em 28 de setembro.

Os principais produtos exportados eram: café, pelas estações de Afonso Pena, Itajubá, Pouso Alegre, Piranguinho, Borda da Mata e Francisco Sá; fumo das estações de Afonso Pena, Itajubá, Pouso Alegre, Piranguinho, Cristina, Maria da Fé, Olegário Maciel, S. Ferraz e Ribeiro; gado suíno, de Pouso Alegre e Olegário Maciel; queijos, de Caxambu e Baependi; águas minerais de Caxambu; e toucinho, de Piranguinho, Cristina, Maria da Fé, Olegário Maciel, Baependi, Silvestre Ferraz e Ribeiro¹¹².

Segundo Vasco Lima, a exportação dos produtos “da principal zona cafeeira do Sul do Estado de Minas, na parte servida pela Sapucaí¹¹³”, se fazia, antes, inteiramente para o porto de Santos. Depois, porém, das aberturas da estação de Ouro Fino e Silviano Brandão, a metade desta produção começou a ser escoada para o mercado do Rio de Janeiro. De acordo com o autor, toda a produção do extremo Sul de Minas só não

¹¹¹ LIMA, V.C. op. cit. p. 44 e 45.

¹¹² LIMA, V.C. op.cit.

¹¹³ LIMA, V.C. op.cit.

passou a buscar o mercado do Rio, devido às antigas relações comerciais dos exportadores com a praça de Santos e aos melhores preços que os cafés obtinham ali¹¹⁴. Indicando, mais uma vez, a antiga e constante relação entre os dois estados.

Conforme Pimenta, a renda de passageiros da Sapucaí teve grande aumento graças às estas relações comerciais entre os municípios do Sul de Minas e o Oeste de São Paulo, Campinas e capital¹¹⁵.

Mas no seu período de funcionamento a Estrada de Ferro do Sapucaí enfrentou graves problemas, principalmente de ordem financeira.

A partir de 1894 encontramos diversas menções dos presidentes de estado informando e enfatizado a necessidade de ajudar as estradas férreas do Sul de Minas, principalmente as estradas de ferro Sapucaí e Muzambinho, apesar da crise financeira em que se encontrava o estado. Estas estradas mereciam subsídio devido à importância que a região assumia quanto a sua produção cafeeira na mesma década:

“Durante o ano findo, foi insignificante o movimento de construção de estradas de ferro, fato determinado pelas más condições financeiras em que se acham todas as empresas de viação do Brasil”.

“Colocadas às companhias concessionárias em tão triste situação, tínhamos de optar entre suspensão completa das construções de nossas linhas férreas, inclusive as que se destinam a satisfazer imperiosas exigências da lavoura e comercio, ou auxiliá-las eficazmente, fora dos moldes até então adotados em nosso país.” (...)

“Dentro dos limites estatuídos, isto é, de não excederem o prazo das garantias e das taxas de juro destas as combinações financeiras que o governo houvesse de praticar, tenho por enquanto fornecido auxílios a companhia Sapucaí e resolvido prestá-los à Muzambinho, que percorrem riquíssima zona mineira, já em grande desenvolvimento no que toca à lavoura e indústria pastoril.”¹¹⁶

Outro governo a se preocupar com a situação da Estrada de Ferro Sapucaí foi o de Silviano Brandão, político natural do Sul de Minas:

“A necessidade de contrapor o auxilio do Estado a crise que entorpecia o desenvolvimento da viação férrea determinou a decretação da Lei nº64, de 1893, pela qual ficou o governo autorizado a fazer adiantamento de capitais a empresas de caminhos de ferro”(…).

“Tais empréstimos eram graduados de modo a não excederem certo limite anualmente e ficarem garantidos com a hipoteca das linhas.(…)”

Mais da metade do capital adiantado, ou 12.564:412\$051, destinou-se ao desenvolvimento ou conclusão de linhas sul-mineiras, como as estradas de Sapucaí e Muzambinho (...) não foram infrutíferos os sacrifícios feitos com esses empréstimos.

¹¹⁴ LIMA, V.C. op.cit.

¹¹⁵ PIMENTA, D.J. ELEUTÉRIO, A.B. e CARAMURU, H. op. cit.

¹¹⁶ Relatório do Presidente de Província de 1894, Afonso Augusto Moreira Pena , p.17. In.: uchicago.edu.

Basta lembrar que a região mais favorecida, a do sul do estado, quase triplicou a sua produção no espaço de cinco anos, especialmente quanto ao café. Tomando por base unicamente o café exportado pelo porto de Santos e que paga imposto na recebedoria respectiva, vemos que a exportação por aquele porto foi de 7.351.904 quilogramas e em 1898 foi de 19.214.918 quilogramas¹¹⁷.”

Segundo Lima, “na sua vida toda”, a Estrada de Ferro Sapucaí, mesmo a época de sua formação, esteve sempre “a braços com as maiores dificuldades financeiras”. No seu início, foi somente com os auxílios prestados pelo governo do estado que conseguiu executar os serviços a que estava obrigada com o mesmo governo. “Mas a infelicidade da Sapucaí não ficou nisso, apenas. Eram tão imperiosas as suas necessidades que se viu na lamentável contingência de vender, em 1892, vinte dos seus vagões fechados e consentir que a Companhia Empreiteira vendesse sete quilômetros de trilhos que já estavam em Soledade”¹¹⁸. Foi a partir de então que o governo do estado veio em socorro da companhia, para atender aos interesses da população do Sul do Estado.

A Estrada de Ferro do Sapucaí também enfrentou greve de seus funcionários. Conforme Lima, tendo a Minas e Rio suspenso o fornecimento de carvão, em 12 de março de 1899, o tráfego da Sapucaí ficou paralisado, por três dias, de 13 a 15 do mesmo mês, entre Soledade e Ouro Fino. Por efeito dessa paralisação, o pessoal da via permanente quis se constituir em greve, exigindo seus vencimentos que estavam atrasados em três meses. Porém, restabelecido o tráfego, cessou o movimento grevista, tendo sido dispensados os principais autores da greve¹¹⁹.

Já em 1906, durante o governo de Francisco Sales, tentando minorar a crise e se apoiar no desenvolvimento do café na região, a Estrada de Ferro Sapucaí oferecia “50% de redução do frete do café em coco e a adoção de transporte livre de frete para as sementes, mudas, máquinas agrícolas, gado de raça e volumes em retorno contendo vasilhames e sacos para exportação de produtos¹²⁰”. Estas e outras medidas foram tomadas para combater os déficits acumulados.

Por último, façamos algumas considerações sobre a definição dos traçados das estradas de ferro do Sul de Minas tomando por base menções encontradas nos periódicos locais sobre o traçado da E.F.Sapucaí. Tal definição passou a ser intensamente debatida nesses jornais a partir do momento em que o projeto foi

¹¹⁷ Relatório do Presidente de Província de 1899, Francisco Silviano de Almeida Brandão, p.27. In.: uchicago.edu.

¹¹⁸ LIMA, V.C. op.cit.

¹¹⁹ Idem

¹²⁰ Relatório do Presidente de Província de 1906, Francisco Antonio de Sales, p.65. In.: uchicago.edu.

apresentado na Assembléia Provincial. Cada zona do Sul de Minas defendia seus interesses e colocava em evidência as vantagens de seus municípios e o peso político de cada um de seus principais representantes. Este item foi crucial para definir o traçado das ferrovias. Os redatores da Gazeta Sul-Mineira, Thomaz Delfino, Américo Werneck e Francisco Bressane, todos donos de relativa influência política na região e no estado; reconheciam a utilidade de um ramal da Estrada de Ferro do Sapucaí na região do Rio Verde, que se entroncasse em Caldas com a E.F. Mogiana, mas refletiam:

“Não aplaudiremos, entretanto, o traçado proposto porque o julgamos prejudicial aos interesses do Sul de Minas. Na verdade não compreendemos uma estada de ferro à margem de um rio navegável, qual é o Sapucaí, desde Itajubá até muito além de Pouso Alegre. Quer como monstruosidade econômica, quer como absurdo em engenharia, esta extensão do traçado necessita ser corrigida. Até a Cristina estamos em pleno acordo com o projeto. Mas chegando a estrada a Cristina, somos do parecer que ela deva bifurcar, lançando um braço para Itajubá, e outro para as Águas Virtuosas (Lambari), seguindo daí com facilidade para Pouso Alegre e Caldas. Diversas são as vantagens desse traçado¹²¹”.

Os editores ainda argumentam que com o traçado por eles sugerido a estrada de ferro atenderia uma zona maior da província, privada de meios naturais, além de não prejudicar a zona compreendida entre Pouso Alegre e Itajubá, pois a região já era servida por navegação fluvial. Seja como for, as paixões individuais tentavam ganhar ares de interesse geral de toda região¹²² no discurso destes periódicos, representantes de interesses bem definidos. Neste caso, os pedidos dos redatores, influentes políticos, um de Lambari (Werneck) e outro de Campanha (Bressane), não foram atendidos, por estarem em descompasso com interesses ainda mais poderosos, das cidades de Itajubá e Pouso Alegre e seus respectivos líderes políticos. Os embates entre periódicos locais e situação política serão abordados com mais vagar nos próximos capítulos.

1.3.3: Companhia Mogiana de Estrada de Ferro

A Companhia Mogiana foi organizada em 1872, na província de São Paulo, com o objetivo de ligar Campinas a Mogi-Mirim, aproveitando os favores de uma lei daquele ano que autorizava o governo a conceder privilégios e garantia de juros à empresa que a construísse¹²³.

¹²¹ A Gazeta Sul-Mineira, 11 de outubro de 1885.

¹²² Ver: HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

¹²³ PIMENTA, D.J. ELEUTÉRIO, A.B. e CARAMURU, H. op. cit.

Embora em seus primeiros anos de funcionamento a rede Mogiana tenha se restringido ao tráfego interno paulista, a partir do último quinquênio do século ela avançou sobre Minas Gerais, em especial no triângulo mineiro e no Sul do estado.

A Mogiana lançou vários ramais para atender à produção agrícola do Sul de Minas, canalizando-a para São Paulo, de onde, em retorno, viriam os produtos manufaturados. O ramal de Cascavel a Poços de Caldas, com extensão de 75 quilômetros, foi inaugurado em primeiro de outubro de 1886. Em 1888 ela atinge Jaguará, na linha de Franca, juntando-a com a Sapucaí. Pela terceira vez ela atinge Minas, com o ramal de Guaxupé, inaugurado em 15 de maio de 1904, com 45 quilômetros, prolongando-se até Tuiuti, cuja estação foi inaugurada em 11 de dezembro de 1914, onde se entroncava com a Muzambinho. Em primeiro de agosto de 1898, a Mogiana ligou suas linhas às da Rede Mineira de Viação, na estação de Sapucaí, através do ramal de Itapira¹²⁴.

Exemplo de desenvolvimento do comércio possibilitado pela extensão da Mogiana no Sul de Minas foi relatado em entrevista a José Oliveira e Lúcia Grinberg:

“Com o desenvolvimento da cultura de café, principalmente depois que a Mogiana veio para cá, Guaxupé tornou-se um pólo comercial muito importante. Com isso, vieram muitos sírios com o seu comércio e formou-se aqui uma colônia síria bem grande¹²⁵”.

1.3.4: Estrada de Ferro Muzambinho

O Presidente da Província de Minas promulgou a Lei nº 3.420, de 30 de agosto de 1887, concedendo privilégio para construção de uma estrada de ferro que, partindo das divisas daquela Província com a de São Paulo, município de Muzambinho, fosse terminar em São Joaquim da Serra Negra, município de Alfenas¹²⁶.

O Decreto Imperial nº 10.101, de 1º de dezembro de 1888, concedeu privilégio e garantia de juros para a construção de um ramal da Minas e Rio, que terminasse na cidade de Campanha, com um sub-ramal para as Águas Virtuosas do Lambari. Mas por decreto nº 419, de 23 de maio de 1890, o Governo Provisório declarou caduca essa concessão. Aberta concorrência para os referidos serviços, foi aceita a proposta da

¹²⁴ LIMA, V.C. op.cit.

¹²⁵ Entrevista de Celso Ferraz de Araújo, de Guaxupé. In.: OLIVEIRA, J. G. R. & GRINBERG, L.op.cit. p.121.

¹²⁶ Relatório do Presidente de Província de 1888. In.: uchicago.edu.

Muzambinho que, pelo decreto nº 846, de 11 de outubro de 1890, obteve concessão para aquelas construções¹²⁷.

No dia 31 de dezembro de 1888, foi celebrado o contrato com o engenheiro Albino Paranhos, para a construção da estrada. O primeiro trecho da Muzambinho foi inaugurado em 1892, partindo de Três Corações e passando por Varginha.

A historiadora Maria Lúcia Prado Costa assinala que a “evolução desta estrada (Muzambinho) esteve intimamente ligada com as demais ferrovias que disputavam tanto o potencial econômico do Sul de Minas como também para poderem se beneficiar de poderes políticos para a implementação da região”¹²⁸. Isto porque, segundo a historiadora, o Sul de Minas fora privilegiado politicamente, já que outras zonas, como o Leste de Minas, enfrentavam uma grave crise com a decadência da suas principais linhas férreas¹²⁹. Segundo Maria Costa, “os recursos no Congresso estadual para a região, então cafeeira, foram alocados para o Sul de Minas, uma vez que esta região parecia oferecer um ‘boom’ cafeeiro”¹³⁰, o qual também necessitava de linhas para o seu escoamento¹³¹.

Maria Costa também assinala que os traçados das linhas sugerem mais um caráter político do que um resultado do desenvolvimento cafeeiro. Portanto, o trabalho da autora vem demonstrar que o jogo político foi um fator de maior relevância do que o pretensioso ‘boom’ cafeeiro na história das ferrovias do Sul de Minas.

No entanto, Maria Costa assinala que a idéia de construção dessas linhas era a de levar para o Rio a produção dos centros de gados e outras riquezas da região e evitar “o avanço paulista na absorção deste mercado”¹³². Não concordamos com esta interpretação da autora, pois não só a Muzambinho, como todas as outras estradas que compunham a rede ferroviária do Sul de Minas, jamais tentaram fugir do alcance paulista, ao contrário, foram ao encontro do mesmo. Ao longo de nossa pesquisa a região do Sul de Minas sempre buscou a máxima aproximação possível com o estado de São Paulo e em momento algum tentou fugir da sua órbita de influências.

¹²⁷ LIMA, V.C. op.cit.

¹²⁸ COSTA, Maria Lúcia Prado. **A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho**. Campanha: Fundação 18 de março – Fundamar. 1995.

¹²⁹ No exemplo citado acima, do Leste de Minas, sua principal estrada de ferro, a Leopoldina, chegou a apresentar um déficit de 107:577\$770, pois sua receita do ano de 1896 foi de apenas 22:590\$240, enquanto sua despesa foi de 130:168\$010. Ver: Relatório Ministerial de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ministro Joaquim Muintinho 1896. In.: uchicago.edu.

¹³⁰ COSTA, M.L.P., op.cit.

¹³¹ Ver também: RESENDE, M. E. L. op.cit. LANNA, A. L. D. op.cit.

¹³² COSTA, M.L.P., op.cit.

Com efeito, a região sempre sofreu forte influência política, econômica e cultural da província vizinha. Com a análise da construção das principais linhas férreas do Sul de Minas confirmamos essa dependência, pois todas elas estão voltadas para o território paulista, tornando a ligação entre o Sul de Minas e São Paulo ainda mais intensa.

Voltando a Estrada de Ferro Muzambinho, a mesma também passou por inúmeras crises financeiras até ser incorporada a Minas e Rio em virtude do decreto nº 7.091, de 27 de agosto de 1908. Durante todo seu período de funcionamento a estrada apresentou déficit em seu movimento financeiro e dependeu da ajuda do Estado para continuar funcionando.

1.3.2: Receitas e despesas da Estrada de Ferro Muzambinho (1895-1907)

Ano	Receita	Despesas	Déficit
1895	64:421\$360	98:595\$379	34:174\$819
1896	131:309\$150	251:071\$167	119:762\$017
1897	140:265\$490	255:832\$174	115:566\$684
1898	131:610\$470	235:224\$087	103:6137\$617
1899	149:665\$770	247:238\$440	97:572\$670
1900	141:781\$071	276:002\$297	134:221\$226
1901	136:617\$470	262:787\$303	126:169\$833
1902	151:444\$760	251:360\$814	99:916\$054
1903	151:270\$980	254:888\$980	103:618\$000
1904	130:362\$150	248:297\$155	117:935\$005
1905	119:943\$040	229:085\$679	109:142\$639
1906	143:763\$990	257:009\$043	113:245\$053
1907	152:453\$140	257:071\$443	104:618\$303

Relatório Ministerial de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas. De 1894-1907. Único ano que apresentou saldo foi em 1894, com receita de 193:488\$710; despesas de 165:459\$197, portanto obteve saldo de 28:029\$513.

1.4: O Movimento Imigrantista e os Núcleos Coloniais do Sul de Minas

“Entre vários outros, é também este (colonização) um serviço de muita importância para nosso estado. Dotado de vastas extensões de terras fertilíssimas, nas quais se podem desenvolver as mais variadas culturas, e em que grande parte jazem incultas pela carência de braços suficiente para cultivá-las, o estado de Minas oferece campo vasto para o desenvolvimento deste serviço, de relevância incontestada, e que já levou um publicista americano a afirmar, referindo-se a países novos, que ‘governar’ é ‘povoar’”.

(...) “trata-se, é fato, de um serviço, por sua natureza, dispendioso, com o qual parecem que se perdem no presente, não raro, somas avultadas, mas os resultados que se colhem em futuro não remoto, compensam largamente o sacrifício que é feito pela geração presente (...). O Governo de Minas não se tem descurado, nesses últimos tempos, do assunto, no qual vai empregando os recursos que pode dispor, incrementando e desenvolvendo por esse modo tão utilíssimo ramo do serviço público¹³³”.

Embora a transição da mão-de-obra já fosse um tema dos mais discutidos a partir de 1870, foi com o fim do trabalho escravo, em 1888, que a proposta imigrantista como solução para a questão ganhou maior relevância em Minas Gerais. A província procurou manter a mão-de-obra cativa até os dias finais do escravismo, para, enfim, tomar atitudes que tentassem solucionar o problema.

Neste item utilizaremos em larga escala os relatórios de Presidente de Província/Estado e do Ministério da Agricultura/ Indústria, Viação e Obras Públicas para averiguarmos o movimento de entrada dos imigrantes em Minas e funcionamento dos Núcleos Coloniais. Veremos como a proposta imigrantista cresceu no meio político e como o seu desenvolvimento culminou na instalação de diversos Núcleos Coloniais por todo estado, inclusive com o aproveitamento da mão-de-obra nacional. De acordo com nosso recorte espacial, daremos principal atenção aos Núcleos que se fundaram no Sul do estado.

Em 1870, o então presidente de província, José Maria de Sá Benevides, afirmava que nada de importante havia ocorrido sobre o assunto da colonização estrangeira, devido à falta de leis especiais na província e a falta de “pensamentos diretos” do Governo Geral. Ponderava que a colonização e o aproveitamento dos braços nacionais, que “vivem ociosos”, eram necessidades administrativas da província, que atendidas dariam enorme impulso à prosperidade “material e moral” de Minas.

¹³³ Relatório do Presidente de Estado, Júlio Bueno Brandão, de 1911. p. 31. In.: uchicago.edu.

“ o objeto que reclama mais urgentemente vossa atenção (relatório entregue à Assembléia Legislativa, dirigido ao senador Manoel Teixeira de Souza) e prontas medidas legislativas é, sem dúvidas, a indústria agrícola, a qual implica ainda duas questões graves e vitais: o desaparecimento gradual e visível do trabalho escravo, e a colonização (do trabalhador estrangeiro)”. (...) “A emancipação é um fato que o tempo e a ordem das coisas tem se encarregado de realizar, entretanto que a colonização nesta província nem ainda teve começo¹³⁴”.

Assim, sob o receio do fim do escravismo, surgiram as primeiras propostas de colonização com utilização da mão-de-obra imigrante no território mineiro como solução da crise que se aproximava. De acordo com as preocupações do Presidente de Província José Benevides, era preciso preencher o vazio deixado pelo desaparecimento do braço escravo. No entanto, à colonização estrangeira não era apresentada como uma solução única, também era preciso combater a rotina e a emigração da população laboriosa mineira para os sertões de Minas e para as províncias de Goiás e Mato Grosso. Tais medidas exigiam a imposição de uma disciplina rígida ao trabalhador nacional.

Acreditava-se que a emancipação traria desequilíbrio econômico e graves conseqüências, pois o número de alforrias por testamento, de acordo com o presidente da província, era muito alto em Minas, que somado a mortalidade dos escravos e a esterilidade das escravas caminhavam para extinção gradual do elemento servil. É importante frisar que no início da década de 1870 a proposta de introdução de trabalhadores estrangeiros já era mencionada pelos governantes, mas de forma minorada diante da utilização da mão-de-obra nacional, apenas posteriormente a proposta imigrantista ganharia forças.

Outro ponto fundamental para o bom desenvolvimento da colonização, já percebido no início da década de 1870, era a localização de Núcleos Coloniais próximos as Estradas de Ferro, que proporcionaria transportes aos colonos. Mas não só, a localização dos Núcleos próximos às linhas férreas garantiria trabalho para os colonos nos primeiros tempos antes da primeira colheita, além de contribuir para o desenvolvimento das próprias ferrovias. De acordo com Sá Benevides, dessa forma se solucionava o principal embaraço para o desenvolvimento da imigração na província, a falta de estradas para transporte dos colonos¹³⁵.

¹³⁴ Relatório do Presidente de Estado, José Maria Correia de Sá Benevides, de 1870. p .9. In.: uchicago.edu.

¹³⁵ Relatório do Presidente de Estado, José Maria Correia de Sá Benevides, de 1871. p. 44. In.: uchicago.edu.

Já na década de 1880, algumas leis voltadas para a atração de trabalhadores imigrantes foram postas em prática em Minas. A principal delas foi a Lei nº 2.819, de 24 de outubro de 1881¹³⁶, que pretendia auxiliar a substituição do trabalho servil pelo do imigrante europeu, concedendo favores pecuniários aos proprietários de fazendas e a uma firma comercial do Rio de Janeiro para a introdução de colonos estrangeiros¹³⁷.

Nesse momento os políticos do período davam preferência à imigração espontânea, o trabalhador espontâneo era mais bem visto do que o trabalhador que chegava com sua passagem paga pela província, pois este chegava “embaraçado por contratos¹³⁸”. Além de que o camponês europeu que deixasse sua pátria somente pelo estímulo do trabalho, “pela fecunda e nobre ambição de melhorar e progredir¹³⁹” era considerado um hóspede útil, enquanto o colono contratado não era visto desta maneira.

O período foi marcado pela decretação de várias leis autorizando a entrada de milhares de famílias de imigrantes em Minas¹⁴⁰, mas em sua grande maioria acabavam não se efetuando. O que levava os presidentes de estado a formularem longas justificativas, que tentavam explicar os motivos da reduzida entrada apesar dos enormes esforços empreendidos. As promessas de introdução eram feitas com grande entusiasmo, seguidas de forte propaganda, mas sem o resultado esperado deixava nossos políticos em situação de embaraço diante da opinião pública.

Um exemplo foi durante o governo de Afonso Pena, que no relatório de 1894 anunciou, com grande alarde, uma lei que seria fundamental para o desenvolvimento da imigração em Minas, foi a lei nº 32, de 18 de julho de 1892, que celebrava contrato autorizando a introdução de milhares de famílias européias e trabalhadores asiáticos. Mas no ano seguinte informava que o cólera na Europa e a revolta da esquadra brasileira no Rio de Janeiro, impossibilitaram tal progresso para Minas. Quanto à vinda de asiáticos seria sob condição de fiscalização para evitar a introdução de homens “viciosos e vagabundos” em vez de trabalhadores.

Assim, os discursos dos políticos mineiros ganhavam ares de escusa diante da pequena introdução de trabalhadores, esse mesmo tom ganhou o discurso do presidente seguinte, Bias Fortes:

¹³⁶ Esta lei foi proposta por Amaro Carlos Nogueira, importante político liberal da região, defensor das propostas imigrantistas também era proprietário e editor de um dos principais periódicos do Sul de Minas, O Baependiano, folha que analisaremos no próximo capítulo.

¹³⁷Relatório do Presidente de Estado, Antonio Gonçalves Chaves, de 1884. p. 67. In.: uchicago.edu.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Sobre a legislação de impulso à imigração ver: MONTEIRO, N. G.op.cit.

“Começa o serviço da imigração a produzir resultados que apareceu a epidemia (...) o que obrigou o governo a sustar a vinda de novos imigrantes”(...). “De acordo com a lei nº32, que regula o serviço de introdução de imigrantes em Minas, firmou o governo com o Sr. Camil Cresta, em data de 1 de dezembro de 1894, novo contrato para a introdução de 10 mil imigrantes¹⁴¹”.

Como pôde ser observado no trecho acima, a alternância entre justificativas e promessas não cumpridas é constante nos relatórios de todos os presidentes do período. Embora durante o governo de Bias Fortes (1894-1898) se tenha conhecido a maior introdução de imigrantes em Minas¹⁴². O presidente defendia e acreditava na instalação de Núcleos Coloniais como medida capaz de incrementar a produção mineira. Não por acaso, o Núcleo Colonial que mais se desenvolveu no período foi o *Rodrigo Silva* localizado em Barbacena, cidade natal e principal base política de Bias Fortes, afirmava que:

“Nem só de meios fáceis e rápidos de transporte das mercadorias, senão também de trabalhadores carece nossa indústria agrícola. Para atender a esta última necessidade, e acudir às justas e freqüentes reclamações da lavoura de nosso estado, tem o governo empregado todos os esforços no sentido de atrair o imigrante estrangeiro”. (...) “esta se fazendo atualmente a introdução de imigrantes com muita regularidade, e em condições que asseguram a boa escolha do imigrante e fixação deste no nosso território”. (...) “As condições de bem estar oferecidas aos imigrantes recém-chegados, a salubridade de nosso clima, as vantagens que remuneram o trabalho agrícola entre nós, a presteza com que são atendidas as queixas e reclamações dos colonos, muito vão contribuindo para assegurar a permanência deste entre nós, e para a atração de maior número de trabalhadores de procedência estrangeira¹⁴³”.

¹⁴¹ Relatório do Presidente de Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, de 1895. p22. In.: uchicago.edu.

¹⁴² Ver tabela referente ao número de entrada de imigrantes em Minas Gerais. O governo de Bias Fortes, 1894-1898, foi o período de maior desenvolvimento da imigração em Minas. Evidentemente não contou para o bom desenvolvimento da imigração apenas a predisposição do presidente, mas muitos outros fatores que iremos averiguar neste item e ao longo da dissertação.

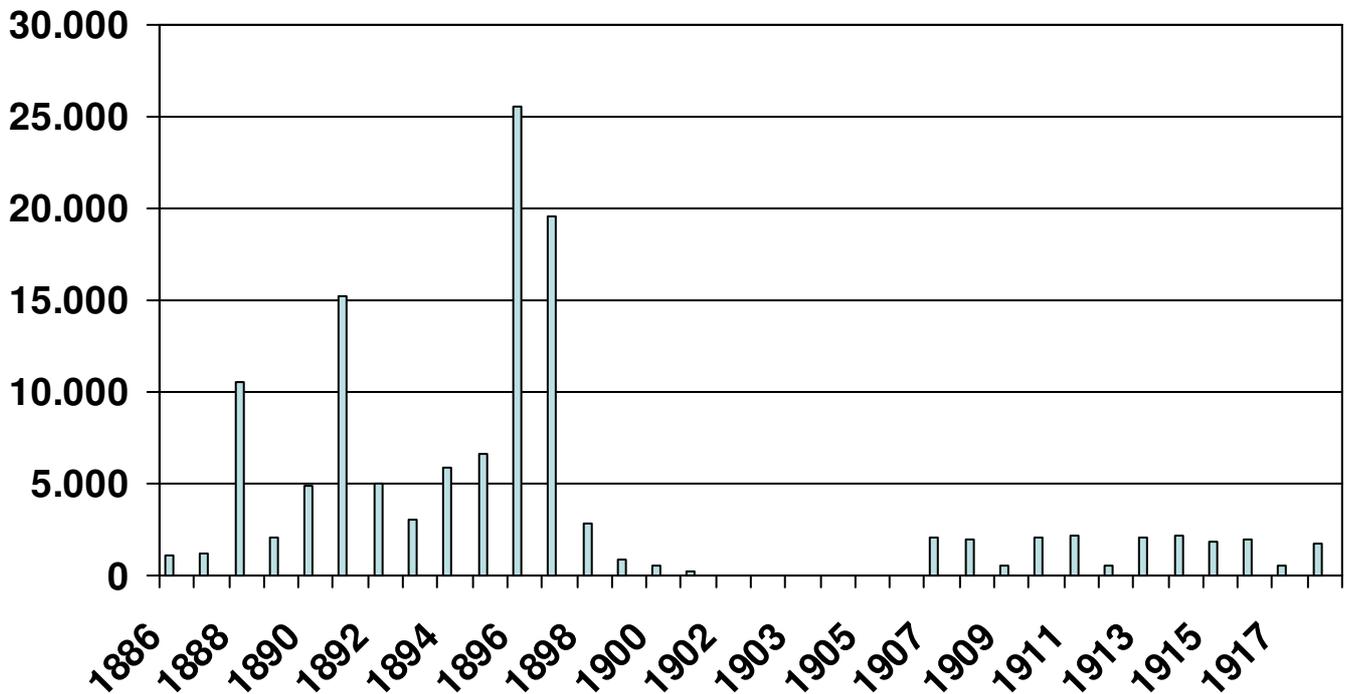
¹⁴³ Relatório do Presidente de Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, de 1896.p.29. In.: uchicago.edu.

1.4.1: Número de Entrada de Imigrantes em Minas Gerais, de 1886-1918:

Ano	Nº. Entradas	Ano	Nº. Entradas
1886	1.087	1899	823
1887	1.184	1900	511
1888	10.535 ¹⁴⁴	1901	187
1889	2.072	1902	52
1890	4.896	1907	2.030
1891	15.197	1910	1.940
1892	5.047	1912	543
1893	3.082	1913	2.024
1894	5.869	1914	2.145
1895	6.631	1915	1.795
1896	25.578	1916	1.940
1897	19.578	1917	576
1898	2.825	1918	1.691

Fontes: Relatório de Presidente de Província/Estado, de 1886 a 1918. Não temos dados sobre o período entre 1903 e 1906, embora, de acordo com o que é informado nos relatórios a entrada foi muito reduzida ou quase nula.

Gráfico 1.4.1: Entrada de Imigrantes em Minas Gerais (1886-1918)



¹⁴⁴ Destacamos que em 1888, com o relativo impacto da abolição da escravatura, ocorre uma entrada significativa, mas em seguida a imigração para Minas se retrai novamente e mantém uma média regular até o ano de 1896, quando conhece um novo salto significativo.

Mas após o impulso recebido, principalmente no governo de Bias Fortes, a imigração volta a se retrair e no início do século XX a entrada de trabalhadores estrangeiros em Minas se torna irrisória.

“Ainda no ano de 1901, foi insignificante o movimento migratório, por subsistirem os motivos que impedem o restabelecimento da concessão de passagens para os imigrantes destinados a este estado (...). O número dos introduzidos ascendeu, todavia, a 187, ou mais 51 que no ano anterior, em que vieram para Minas 136. **Em sua maioria se destinavam aos Núcleos Coloniais**¹⁴⁵”. (Grifo nosso).

O número de fatores que justificam a pequena entrada de imigrantes em Minas, principalmente se levarmos em conta o discurso agudo e a intensa propaganda efetuando por alguns políticos a favor da imigração estrangeira, é grande. Mas os dois principais motivos que melhor explicam o baixo número é, primeiramente, o desinteresse dos fazendeiros¹⁴⁶ - como frisamos no trecho acima os trabalhadores que vinham para Minas se concentravam em Núcleos Coloniais financiados pelo estado ou pela União e não para a fazenda de particulares, como acontecia em São Paulo.

Mas outro importante fator que elencamos é quanto à intensidade do apoio do governo da União, pois enquanto o Governo Geral pagou todos os encargos com a introdução de trabalhadores estrangeiros a entrada de imigrantes em Minas se manteve com uma média regular. Porém, nos períodos em que o estado não pôde contar com tal apoio o mesmo número teve grande queda. Como pôde ser verificada no gráfico acima, entre 1891 e 1897 a imigração para Minas se manteve alta, seguida por um período de forte queda, 1898-1906; para em seguida, entre 1907-1914, se regularizar novamente, mas sem a mesma força do primeiro momento. Os motivos desta oscilação serão discutidos com maior propriedade ao final deste capítulo.

De maneira insistente, o tema da introdução de imigrantes voltava à baila acalentado pelos principais políticos do período, para corroborarem com sua argumentação afirmavam ser clamores dos fazendeiros e industriais os pedidos para a introdução de novos trabalhadores, a fim de impulsionarem suas produções, mesmo décadas depois do fim do escravismo:

“Para atender às necessidades da lavoura e das indústrias, traduzidas em constantes reclamos dos fazendeiros e dos proprietários de fábricas e também,

¹⁴⁵ Relatório do Presidente de Estado, Joaquim Cândido da Costa Sena, de 1902. p. 41. In.: uchicago.edu.

¹⁴⁶ Este tema, do desinteresse dos proprietários mineiros em investirem na contratação em massa de imigrantes, é muito bem trabalhado por LANNA, A. L. D.op.cit.

para povoar os Núcleos Coloniais do estado, o governo, em 31 do último, contratou a introdução no estado de 4.000 famílias de agricultores das nacionalidades italiana, alemã, austríaca, suíça, holandesa, dinamarquesa, russa e polaca e também de operários práticos nos diversos ofícios das artes mecânicas e industriais¹⁴⁷”.

Estas 4.000 famílias acertadas com o contratante, Sr. Wilhelm Broseniu, deveriam ser compostas por 20.000 indivíduos. O contratante também deveria fazer propaganda eficaz com descrições do estado mineiro, suas riquezas, suas vias de comunicação, indústrias, artes, etc; enfatizando vantagens e garantias que as leis mineiras ofereciam aos imigrantes.

Este último acordo assinado pelo governo Julio Bueno Brandão fecha, de forma paradigmática, como foi o funcionamento das políticas de tentativa de introdução de imigrantes no território mineiro. Neste contrato ficou acordado que o estado pagaria 5:000\$000 por 50 famílias introduzidas, pagos depois do período de adaptação de 60 dias. O transporte marítimo seria feito pela União através da *'Internationale See Transport Compagnie Hayen e Cia'*, de Hamburgo. Previam entrada de mil famílias em 1913. Também autorizava a empresa a trazer imigrantes espontâneos.

Portanto, a partir de 1913, graças ao empenho e organização do Estado, Minas inauguraria uma nova era na contratação de trabalhadores estrangeiros que avultariam no estado a partir desse importante marco. Mas de acordo com o relatório de 1914 o sonho desabara antes mesmo de começar, um lamentável acidente caiu como um banho de água fria no governo mineiro. Vejamos o desenrolar da trama nas palavras do próprio Presidente de Estado:

“O contratante seguiu imediatamente para a Alemanha, afim de dar início ao serviço, e o Estado, cumprindo a obrigação assumida, obteve do Governo da União autorização para dar , em 1913, passagem nos portos de Bremen e de Hamburgo a 1.000 famílias que fossem apresentadas pelo referido contratante. Este, porém, chegando à Alemanha e iniciando os seus trabalhos de propaganda com a publicação do primeiro folheto, foi, devido a má interpretação das autoridades daquele país e como aliciador clandestino de imigrantes, processado, ficando assim impossibilitado de dar execução ao contrato e obrigado a voltar ao Brasil¹⁴⁸”.

Portanto, as políticas não eram devidamente levadas a termo até por certo amadorismo, tanto por parte dos governantes do estado, quanto por parte daqueles que eram contratados para fazê-lo. A exceção, como veremos, foi quando o serviço esteve a

¹⁴⁷ Relatório do Presidente de Estado, Júlio Bueno Brandão, de 1913. p. 36. In.: uchicago.edu.

¹⁴⁸ Relatório do Presidente de Estado, Júlio Bueno Brandão, 1914. p.46. In.: uchicago.edu.

cargo da União, e durante este período Minas soube tirar proveito da situação e incrementar sua corrente imigratória com o aproveitamento dos gastos federais. Mas antes de nos determos no tema referente à entrada de imigrantes em Minas - último item-, vejamos antes os favores concedidos aos trabalhadores estrangeiros, o funcionamento dos Núcleos Coloniais localizados no Sul de Minas e a conjuntura que levou ao aproveitamento dos braços nacionais mesmo dentro dos Núcleos Coloniais projetados para receber trabalhadores estrangeiros. Para enfim desvendarmos o que esteve por trás da oscilação do movimento de entrada de imigrantes em Minas Gerais, que já levou a historiografia a considerá-lo um movimento fracassado¹⁴⁹.

1.4.1: Os Favores concedidos aos estrangeiros

A concessão de importantes favores era tida como a pedra angular para despertar o interesse dos trabalhadores estrangeiros e fazer as políticas migratórias se desenvolverem no país e em Minas. Portanto, tornava-se de grande interesse do Estado promover, da forma mais correta possível, o alojamento, agasalho e demais ajudas a adaptação destes trabalhadores no estado.

A construção de hospedarias por todo estado foi uma das marcas desta política. O objetivo destes edifícios era abrigar os imigrantes recém-chegados, fornecendo-lhes moradia e alimentação, até que fossem levados até seus destinos derradeiros, em Núcleos Coloniais ou fazendas particulares. No governo de Bias Fortes se concluiu a construção da nova hospedaria em Belo Horizonte e iniciou as obras de duas outras, uma em Vista Alegre, próxima a Estrada de Ferro Leopoldina e outra na Estação de Soledade, à margem da Estrada Sapucaí¹⁵⁰. Além da primeira hospedaria do estado, a Horta Barbosa, em Juiz de Fora, que já se encontrava em pleno funcionamento¹⁵¹.

Não só a construção de Hospedarias cabia ao governo. Muitos outros favores eram essenciais para a adaptação do trabalhador recém chegado ao Brasil e em Minas em especial a colocação no mercado de trabalho, sejam nos Núcleos Coloniais, fazendas particulares ou na economia urbana:

“É indispensável que ao imigrante seja garantida plena liberdade de escolher o lugar e o modo de seu estabelecimento. Qual quiserá estabelecer-se por sua

¹⁴⁹ WIRTH, J. D. op.cit. PETRONE, Maria Tereza Shorer. *Imigração*. IN: FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano: Sociedade e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002. COSTA, Emilia Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁵⁰ Relatório do Presidente de Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, de 1896. p.31. In.: uchicago.edu.

¹⁵¹ Quanto a Hospedaria Horta Barbosa ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora: 1854/1920**. Dissertação de mestrado. Niterói. UFF, 1991.

conta (...). Nesse caso carece de adiantamentos para a subsistência dos primeiros tempos. Qual preferirá começar pelo aluguel de seus serviços por salário, sistema de parceria ou outro meio que na prática mostrar-se mais útil aos interesses recíprocos empenhados”.(...) “Colocados em terrenos adjacentes às estradas em construção, os imigrantes admitidos de preferência nos respectivos trabalhos ganharão aí meio de subsistência para si e suas famílias, até que possam nas suas lavouras encontrar a desejada independência”.(...) “Finalmente os peritos em alguns ofícios ou arte mecânica deverão ter plena liberdade de estabelecer-se nos pontos do Império, para os quais convidarem seus interesses¹⁵²”.

O dinheiro despendido na introdução de bons trabalhadores não era visto como perdido, pelo contrário, acreditava-se que, em pouco tempo voltaria ao tesouro “centuplicado pelo aumento da produção e conseqüentemente das transações comerciais¹⁵³”.

Já a fundação dos Núcleos Coloniais determinava os seguintes serviços preparatórios: levantamento topográfico, medição e demarcação de lotes rurais e urbanos, construção de casas e galpões para hospedagem de imigrantes, reformas e ampliações necessárias, estudo de estradas na extensão, preparo de terrenos nas sedes e em lotes rurais, roçada e derrubada de matas, ensaio de culturas e outros serviços que se fizessem necessários¹⁵⁴.

Os auxílios aos imigrantes começavam no momento da chegada dos trabalhadores e se estendiam até as formas de pagamento dos lotes em Núcleos Coloniais. Assim, imediatamente após as visitas das autoridades fiscais, sanitárias e policiais, interpretes da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento penetravam a bordo dos vapores chegados e ministravam aos imigrantes os esclarecimentos de que precisassem e ofereciam-lhes desembarque, hospedagem e demais auxílios regulamentares. Os serviços de desembarque para as localidades de destino e o despacho aduaneiro das bagagens eram levados a termo “com a maior solicitude, presteza e boa ordem¹⁵⁵”.

Depois, no escritório da imigração ou nas diversas hospedarias dos estados, mais completas informações eram fornecidas, ainda eram prestados os meios de transporte até as estações de destino. Além disso, eram cedidos aos que se destinassem à agricultura transporte em carros até aos núcleos e hospedagem e pernoite durante a viagem, em casas construídas para esse fim. Nos núcleos se dispensavam, durante os

¹⁵² Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1870. p. 31. In.: uchicago.edu.

¹⁵³ Idem. p. 32.

¹⁵⁴ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1909. p. 39. In.: uchicago.edu.

¹⁵⁵ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1910. p. 33. In.: uchicago.edu.

primeiros dias hospedagem em galpões apropriados, até que cada família escolhesse um lote, e em cada um havia uma área de terreno desbravada para facilitar o início da cultura, havendo na maioria dos lotes uma casa já construída. Colonos havia, entretanto, que preferiam lotes sem casa para construí-las a seu gosto¹⁵⁶.

Ao agricultor acompanhado de família era facilitada a compra do lote rural a prazo, ou à vista. Os chefes de família poderiam obter um novo lote, desde que a família contasse pelo menos cinco pessoas aptas para o trabalho, ou que a cultura do primeiro lote tivesse sido cuidadosamente desenvolvida. A necessidade de recursos para proverem à sua subsistência, ao espaço de tempo que decorreria entre a chegada e a primeira colheita, facultava-se serviço a salário ou por empreita em obras ou trabalhos dos núcleos¹⁵⁷.

Os serviços médicos e farmacêuticos, e bem assim os do correio e de instrução primária, eram organizados logo depois da chegada dos primeiros imigrantes¹⁵⁸.

Os favores oferecidos pelo governo passaram por importante remodelação na década de 1910, quando tão somente eram admitidos, nos Núcleos Coloniais Federais, colonos brasileiros em número equivalente a 10% do de estrangeiros localizados, ficando estabelecido que, logo que a quantidade de lotes adquiridos por imigrantes fosse superior a 300, poderia ser organizada uma seção contígua, exclusivamente para nacionais. Em 1911 subiu para 30% e em 1915, para 50%. Em 1915, sem corrente imigratória, o governo estendeu os seguintes favores aos nacionais¹⁵⁹:

- transporte de pessoas de família, bagagem e instrumentos agrícolas da capital federal ou capital dos estados para as colônias;
- hospedagem no Núcleo Colonial por tempo de escolha do lote;
- trabalhos em obras do Núcleo, até primeira colheita;
- sementes gratuitas e principais ferramentas de trabalho;
- concessão, por baixo preço e mediante pagamento a vista ou a prazo, sendo primeira prestação efetuada no fim do terceiro ano de localização, de um lote rural de 25 hectares, com ou sem casa;
- alojamento provisório para os que queiram construir a casa por conta própria;

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1918. p. 264. In.: uchicago.edu.

- assistência clínica e medicamentos, fornecidos, gratuitamente, durante primeiro ano de residência no núcleo;
- instrução primária gratuita para as crianças.

1.4.2: O Aproveitamento dos Nacionais

Como já foi mencionado, em 1915 o governo da União estendeu aos trabalhadores nacionais alguns dos favores que eram concedidos aos trabalhadores estrangeiros. À medida que a entrada de imigrantes oscilava nas primeiras décadas do século XX, alguns políticos começaram a vislumbrar a idéia de aproveitar a mão-de-obra nacional nos Núcleos Coloniais. A idéia foi posta em prática a partir de 1904, com Francisco Sales.

“Nestes últimos meses, em consequência da lastimável seca que flagela alguns estados do norte da República, a população, que não dispõe de recursos e que vive no labor diário dos pontos vitimados pela inclemência do tempo, tem-se retirado quase em massa em busca de trabalho e recursos para sua subsistência” (...). “Tendo o governo informado ao Ministério da Justiça que se prontifica a colocar no estado os irmãos do norte que se quisessem abrigar em Minas, já algumas levas têm entrado e sido colocadas convenientemente em fazendas agrícolas. Estamos prontos a receber a quantos nos quiserem procurar para minorar seus sofrimentos¹⁶⁰”.

Outro político a apoiar a introdução de nacionais nos Núcleos Coloniais foi Delfim Moreira, pois no seu período de governo a imigração estava suspensa devido a Primeira Guerra Mundial. No ano de 1918 entraram 48 famílias de estrangeiros, com 214 pessoas, mais 362 avulsas, totalizando 576 indivíduos. A pequena entrada de imigrantes no ano foi acrescida de “71 famílias brasileiras com 341 pessoas e mais 595 avulsos, no total de 936, que de outros pontos do Brasil vieram para o estado. Assim, a lavoura de Minas teve o concurso de 1.512 imigrantes espontâneos¹⁶¹”. Dessa forma Minas Gerais aumentava a quantidade de mão-de-obra disponível em seu território, sem precisar recorrer aos altos valores que implicava a imigração estrangeira.

Os relatórios do Ministério da Agricultura também davam notícias do problema da mão-de-obra nacional e do seu aproveitamento em Núcleos Coloniais:

“foram também agasalhados no estabelecimento (hospedaria da Ilha da Flores) 1.190 nacionais, emigrados do estado do Ceará por motivo da seca, que no último ano assolou aquele estado.” (...) “O estado de abatimento em que

¹⁶⁰ Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano Almeida Brandão, de 1904. p.72. In.: uchicago.edu.

¹⁶¹ Relatório do Presidente de Estado, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, de 1918. In.: uchicago.edu.

chegavam aqui os retirantes cearenses obrigava-os a uma longa permanência na hospedaria, antes de poderem sair para os diversos destinos¹⁶²”.

A média de permanência destes emigrantes foi de seis dias, com o custo médio de 12\$782 por dia, enquanto o imigrante europeu ficava um dia com custo de 2\$059¹⁶³.

De 16 de julho a 26 de dezembro de 1915 chegaram ao Porto do Rio de Janeiro 19 levas de flagelados da seca do Nordeste, composta de 4.661 indivíduos. Desses a Intendência de Imigração encaminhou para a lavoura particular e para os Núcleos Coloniais 685 famílias, constituídas por 3.833 pessoas, bem como 538 avulsos, ou seja, o total de 4.391 indivíduos. Alguns destes trabalhadores seguiram para Minas e neste ano entraram no território mineiro 25 famílias, com 140 pessoas, mais 132 avulsos, num total de 272¹⁶⁴.

Durante todo período foi comum à introdução de trabalhadores nacionais em Minas fugidos da seca, esta alternativa diminuía a pressão sobre os governantes em atrair trabalhadores estrangeiros, enquanto os nacionais preenchiam os postos abertos com o desenvolvimento da cafeicultura e do comércio no estado. Minorando a carência de braços de mão-de-obra e a conseqüente necessidade da importação de trabalhadores estrangeiros.

1.4.3: Os Núcleos Coloniais do Sul de Minas

De acordo com Norma Monteiro¹⁶⁵, com a Lei nº 32, de 20 de julho de 1896, que autorizava o funcionamento de núcleos coloniais à margem de estradas de ferro, foram fundadas na região do Sul de Minas as colônias *Francisco Sales*, em Pouso Alegre e *Nova Baden*, no distrito das Águas Virtuosas do Lambari, em Campanha.

Um pouco mais tarde outros Núcleos Coloniais foram criados no Sul de Minas. Em 1907 instala-se a colônia *Itajubá*, no município de mesmo nome e servida pela Estrada de Ferro Rede Sul Mineira, no mesmo ano foram modificadas e ampliadas às colônias Francisco Sales e Nova Baden. Em 1910 instala-se no município de Ouro Fino a colônia *Inconfidentes*, em terras doadas pelo governo estadual à União também nas proximidades das margens da Estrada de Ferro Rede Sul Mineira.

Em 1912, pelo aviso nº 139, de 15 de setembro instalou-se uma colônia na cidade de Lavras. Em 1915 foi instalada a colônia *Joaquim Delfino*, no município de

¹⁶² Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1900. p.61. In.: uchicago.edu.

¹⁶³ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1915. p. 62. In.: uchicago.edu.

¹⁶⁴ Idem. p. 62.

¹⁶⁵ MONTEIRO, N. G.op.cit.

Cristina. Mesmo ano em que foi extinto o núcleo Itajubá por não atender aos preceitos legais, reflexo das alterações nas políticas de estabelecimento de Núcleos Coloniais. Por último, foi criado o núcleo *Padre José Bento* no município de Pouso Alegre, servido pela Estrada de Ferro Rede Sul Mineira.

Os Núcleos Coloniais eram tidos como o maior favor que o governo poderia oferecer aos imigrantes, pois lhes facultava a chance de se tornarem proprietários:

“Nada contribuirá tão eficazmente para o povoamento do nosso território do que o atrativo que se depara o estrangeiro de poder ser proprietário, para o que poderão ser distribuídos aos imigrantes lotes de terras em Núcleos Coloniais¹⁶⁶”.

A instalação de trabalhadores estrangeiros em Núcleos Coloniais surgiu como alternativa devido à pequena localização em fazendas particulares, além disso, os núcleos agradavam porque conseguia fixar o trabalhador ao solo.

Durante o seu governo, Silviano Brandão afirmou que “Pretend(ia) o governo multiplicar, tanto quanto comportarem as forças orçamentárias, as colônias agrícolas ou núcleos coloniais¹⁶⁷”. E enfatizou o “grande desenvolvimento, no Sul do estado, da imigração estrangeira, ali quase desconhecida há seis anos¹⁶⁸”.

¹⁶⁶ Relatório do Presidente de Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, de 1896 p.32. In.: uchicago.edu.

¹⁶⁷ Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano Almeida Brandão, de 1899. p.25. In.: uchicago.edu.

¹⁶⁸ Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano Almeida Brandão, de 1899. p.28. In.: uchicago.edu. Observa-se, no entanto, que durante o período de governo de Silviano, 1898-1902, foi baixíssima a entrada de trabalhadores imigrantes no território mineiro (ver tabela 1.4.1). Reflexo da retirada de apoio do Governo da União.

1.4.2: População e Produção dos Núcleos Coloniais do S. de Minas, de 1902 a 1914.

Ano	Núcleo	População	Produção
1902	Francisco Sales	228	19:530\$000
	Nova Baden	111	18:779\$000
1906	Francisco Sales	201	12:169\$000
	Nova Baden	213	19:674\$300
	Total*	2.414	406:713\$799
1907	Francisco Sales	272	23:771\$200
	Nova Baden	227	41:987\$100
	Total	2.569	445:163\$400
1908	Francisco Sales	-	31:659\$800
	Nova Baden**	-	32:366\$750
	Total	3.089	475:100\$390
1909	Francisco Sales	246	56:034\$600
	Nova Baden	321	36:189\$800
	Itajubá	176	-
	Total	3.613	517:677\$140
1911	Francisco Sales	279	24:357\$000
	Nova Baden	358	70:476\$600
	Itajubá	200	16:531\$750
	Total	4.465	686:413\$588
1912	Francisco Sales	287	30:179\$750
	Nova Baden	376	49:437\$500
	Itajubá	242	12:194\$810
	Total	4.171	673:640\$577
1913	Francisco Sales	317	31:942\$500
	Nova Baden	422	820:693\$027
	Itajubá	220	8:536\$500
	Total	4.725	820:693\$000
1914	Francisco Sales	323	50:047\$500
	Nova Baden	403	54:379\$000
	Itajubá	232	25:961\$000
	Total	6.806	484:039\$843

Relatório de Presidente de Estado de 1902 a 1914. In.: uchicago.edu.

* o valor total indicado refere-se a população e produção de todos os Núcleos Coloniais estaduais somados, e não só daqueles que estavam localizados no Sul de Minas. Desta forma podemos perceber o peso dos Núcleos da região em todo estado.

** Em 1908 destacamos a entrada de sete famílias holandesas no Núcleo de Nova Baden, com 54 indivíduos. Fonte: Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1908.

**1.4.3: População, Produção e Despesas dos Núcleos Coloniais Estaduais
Localizados no Sul de Minas, de 1915 a 1918.**

Ano	Núcleo Colonial	População	Produção	Despesa
1915	Francisco Sales	369	92:278\$100	9:815\$133
	Nova Baden	265	59:132\$000	5:427\$180
	Itajubá	286	23:268\$000	-
	J. Delfino	104	1:957\$800	-
	Total	5.652	-	-
1916	Francisco Sales	360	20:310\$410	4:659\$386
	Nova Baden	410	16:171\$765	6:837\$725
	Itajubá	171	3:583\$280	6:895\$274
	J. Delfino	154	10:550\$114	7:813\$700
	Total	5.890	3.155:236\$898	97:023\$702
1917	Francisco Sales	393	117:670\$000	5:105\$920
	Nova Baden	411	62:373\$000	4:843\$423
	Itajubá	180	16:135\$088	1:549\$899
	J. Delfino	164	24:962\$281	4:719\$600
	Total	6.231	3.718:623\$800	71:447\$329
1918	Francisco Sales	437	131:750\$000	3:610\$900
	Nova Baden	391	76:862\$600	4:659\$700
	J. Delfino	212	30:562\$320	4:418\$900
	Total	6.657	5.121:194\$397	97:294\$748

Fonte: Relatório de Presidente de Estado de 1915 a 1918. In.: uchicago.edu.

Com a análise das tabelas acima podemos perceber a envergadura dos Núcleos Coloniais do Sul de Minas diante da população e produção total. Destacavam-se na região os núcleos Francisco Sales e Nova Baden, mas ambos de tamanho médio comparado aos demais núcleos do estado. O maior Núcleo Colonial localizado no Sul de Minas foi o *Inconfidentes*, que estava sob direção do governo da União. Suas terras foram adquiridas durante o governo de Júlio Bueno Brandão, atendendo a um pedido do Ministério da Agricultura.

O Governo Estadual ofereceu ao Governo Federal para a fundação deste núcleo 800 alqueires de terras situadas em Ouro Fino e adquiridas por 142:236\$600¹⁶⁹. Em 1911 o governo atendendo a exposição do Ministro da Agricultura em seu ofício nº. 20 de 16 de fevereiro do mesmo ano, adquiriu para aumentar a área do núcleo Inconfidentes diversas fazendas e sítios anexos, com a extensão de 1.888 alqueires e mais benfeitorias existentes, tudo pela importância de 432:575\$800¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Relatório do Presidente de Estado, Wenceslau Brás Pereira Gomes, de 1910. p.28. In.: uchicago.edu.

¹⁷⁰ Relatório do Presidente de Estado, Júlio Bueno Brandão, de 1911. p.33. In.: uchicago.edu.

1.4.4: População do Núcleo Colonial Inconfidentes, de 1910-1918

Ano	Nº. Famílias	Nº. Habitantes
1910	49	479
1911	123	865
1912	143	876
1913	144	903
1914	182	1.084
1915	222	1.227
1918	-	1.370

Fonte: Relatórios Ministeriais de 1910 a 1918.

O Núcleo Colonial Inconfidentes possuía uma área total de 5.082 hectares, dividida em 259 lotes, destes 205 eram rurais e 54 urbanos. O núcleo ainda contava com duas escolas públicas e uma particular, para atender a demanda de 313 crianças de 6 a 14 anos, sendo 156 meninos e 157 meninas. Embora apenas 82 estivessem matriculadas nas escolas, 71 nas públicas e 11 na particular¹⁷¹.

Com uma população de aproximadamente 1.300 habitantes o Núcleo Colonial Inconfidentes era dono de uma produção agrícola anual média de 420:560\$000 e produção industrial média de 22:200\$000¹⁷². Em 1917 o núcleo possuía 247 cabeças de gado bovino, 475 eqüinos, 235 asininos, 198 caprinos, 30 ovinos, 2.038 suínos e 12.943 aves, num valor total de 92:119\$960¹⁷³.

Três anos depois da inauguração do Núcleo Inconfidentes, Júlio Bueno Brandão criava, em Cristina, o Núcleo *Conselheiro Joaquim Delfino*:

“Com a aquisição por 82:000\$000 e por escritura pública de 17 de maio de 1913, das terras e benfeitorias da fazenda de Caxambu, em Cristina, e conseqüente criação nelas da Colônia ‘Conselheiro Joaquim Delfino’, pelo decreto nº 4.165, de 31 de março de 1914.¹⁷⁴”

A decisão de onde seriam localizados os Núcleos Coloniais envolvia intensa disputa entre os municípios. Em sua decisão final pesavam aspectos políticos e econômicos de toda ordem, além do tradicional bairrismo que alguns assumiam abertamente, como o baependiano:

“Tratando-se da colocação do núcleo colonial da nossa zona, estabelece-se, como é natural em semelhantes casos, a questão do rolamento do toco, isto é, do bairrismo: cada município, cada freguesia, o quererá com razão para si, e

¹⁷¹ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1917. p. 66. In.: uchicago.edu.

¹⁷² Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1916. p. 92. In.: uchicago.edu.

¹⁷³ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1917. p. 83. In.: uchicago.edu.

¹⁷⁴ Relatório do Presidente de Estado, Júlio Bueno Brandão, de 1914. p.48. In.: uchicago.edu.

cada qual com melhores razões ao seu ver” (...). “ Não nos inquietamos com a acusação (de ser bairrista), porque o espírito de bairrismo só é censurável quando excessivo, e louvável quando, como o nosso, se mantém em justos limites”. (...) “jamais sacrificamos o interesse da província ao do município e nem mesmo ao da zona sul-mineira.¹⁷⁵”

Mas as disputas não ficavam apenas no simples “amor ao município” como indica o trecho, fortes interesses políticos e financeiros estavam envolvidos nesta escolha. Como no caso do Núcleo Colonial de Itajubá, que durante o governo de Wenceslau Brás, natural do município, recebeu inúmeros favores e foram adquiridas terras na cidade para aumentar e desenvolver a referida Colônia:

“Reconhecida à utilidade de ser aumentada e desenvolvida a colônia de Itajubá, o estado fez aquisição, por 38:700\$000 das fazendas ‘Muquem’, ‘Capituba’ e ‘Tijuco Preto’, todos limítrofes com as terras dessa colônia¹⁷⁶”.

Como vimos nas tabelas 1.4.2 e 1.4.3 a produção do núcleo de Itajubá sempre foi pequena e mesmo com o auxílio do governo não conseguiu se desenvolver até a extinção da colônia em 1915. A fundação e manutenção de Núcleos Coloniais envolviam altos custos e todos garantidos pelo financiamento governamental, por esse motivo, a escolha dos lugares onde seriam implantados gerava acirradas disputas no seio da elite política, pois cada facção se esforçava no intento de favorecer suas bases e garantir investimentos a fim de atenderem seus interesses particulares.

Todo o esforço dos governos até aqui analisados, conseguiram trazer bons resultados financeiros para o estado¹⁷⁷. Ao longo desse trajeto, de 1892 a 1818, grandes foram os investimentos por parte dos presidentes de província, quase todos do Sul de Minas, mas quando o governo do estado voltou para as mãos de um representante da Zona da Mata, região rival ao Sul de Minas, Arthur Bernardes não teve dúvidas a quem deveria agradecer e creditar o bom desenvolvimento da questão¹⁷⁸:

“A prosperidade dos nossos Núcleos Coloniais e a eficiência da organização dada a esse serviço pelo saudoso João Pinheiro são fatos que constato com mais sincero júbilo”(…).“Além de outras evidentes vantagens para o estado, a experiência demonstra que o dinheiro empregado na instalação e custeio dos núcleos coloniais reverte ao tesouro, com fartos juros, ao fim de poucos anos. O serviço não pesa sobre os cofres públicos, senão momentaneamente e vem a converter-se, com pouco tempo, em fonte de receita”¹⁷⁹.

¹⁷⁵ 11/01/1888: Uma Colônia em nosso município V.

¹⁷⁶ Relatório do Presidente de Estado, Wenceslau Brás Pereira Gomes, de 1910. p.26. In.: uchicago.edu.

¹⁷⁷ Ver tabela 1.4.5. p.61.

¹⁷⁸ Ver bons números nas tabelas de produção e despesas.

¹⁷⁹ Relatório do Presidente de Estado, Arthur Bernardes, de 1919. p.80. In.: uchicago.edu.

1.4.5: Produção e Despesas Totais dos Núcleos Coloniais de Minas Gerais

Ano	Produção	Despesas
1898	577:405\$000	474:151\$658
1902	275:874\$300	161:595\$224
1903	347:024\$300	34:199\$487
1904	395:575\$000	28:245\$305
1905	406:713\$799	25:365\$722
1906	-	-
1907	445:163\$400	37:947\$420
1908	475:100\$390	152:039\$736
1909	517:677\$140	81:043\$530

Desenvolvida a partir de: Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1898 a 1909.

Bernardes pretendia ampliar o serviço, assim que a situação financeira o permitisse, mas aproveitando elementos nacionais em regular proporção ao lado de colonos estrangeiros. Quanto a sua predisposição em ressaltar a importância do curto governo de João Pinheiro em detrimento dos inúmeros representantes do Sul de Minas que governaram no período anterior ao seu não seria uma simples homenagem a João Pinheiro, mas questão de não conceder nenhum crédito político aos seus rivais sulistas.

1.4.4: O movimento de entrada de imigrantes em Minas

Com base nas fontes consultadas, em especial os Relatórios do Ministério da Agricultura/ Indústria Viação e Obras Públicas, formulamos alguns gráficos e tabelas para tentar evidenciar o movimento de entrada de trabalhadores estrangeiros ao longo do período em estudo. Desta forma, nos foram descortinadas algumas evidências quanto à introdução de trabalhadores estrangeiros em toda Minas. Através de uma análise acurada dos números encontrados, e de posse de outras informações, como o movimento total para o país¹⁸⁰, nos foi possível dividir o movimento de entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil e em Minas em três períodos distintos:

¹⁸⁰ De acordo com o relatório do ministro José Rufino Bezerra Cavalcante, de 1914, entre os anos de 1891 e 1914, entraram no Brasil 2.433.167 imigrantes.

1.4.6: Entrada de Trabalhadores Imigrantes no Brasil em Períodos:

Período	Número de entradas total	Média Anual
1º. Período (1891-1897)	970.578	138.654
2º. Período (1898-1906)	602.520	60.252
3º. Período (1907-1914)	860.069	122.867

Desenvolvida a partir de: Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1891 a 1914. In.: uchicago.edu.

De acordo com os dados do relatório ministerial, dos 2.433.167 imigrantes que entraram no país, 57,7% foram para o estado de São Paulo, e os demais foram divididos entre os outros estados. Desses, apenas 104.942 vieram para Minas Gerais, conferindo ao estado apenas 4,31% do total de estrangeiros. Os números encontrados não estão distantes da pesquisa realizada por Lúcia Lippi Oliveira, de acordo com a historiadora entraram no país 2.677.123 imigrantes entre 1890 e 1920, com a mesma margem de 57% concentrando-se no estado de São Paulo, no entanto, Oliveira não faz qualquer referência aos imigrantes que se dirigiram para Minas Gerais¹⁸¹.

Com base nestes dados formulamos o gráfico e a tabela que seguem:

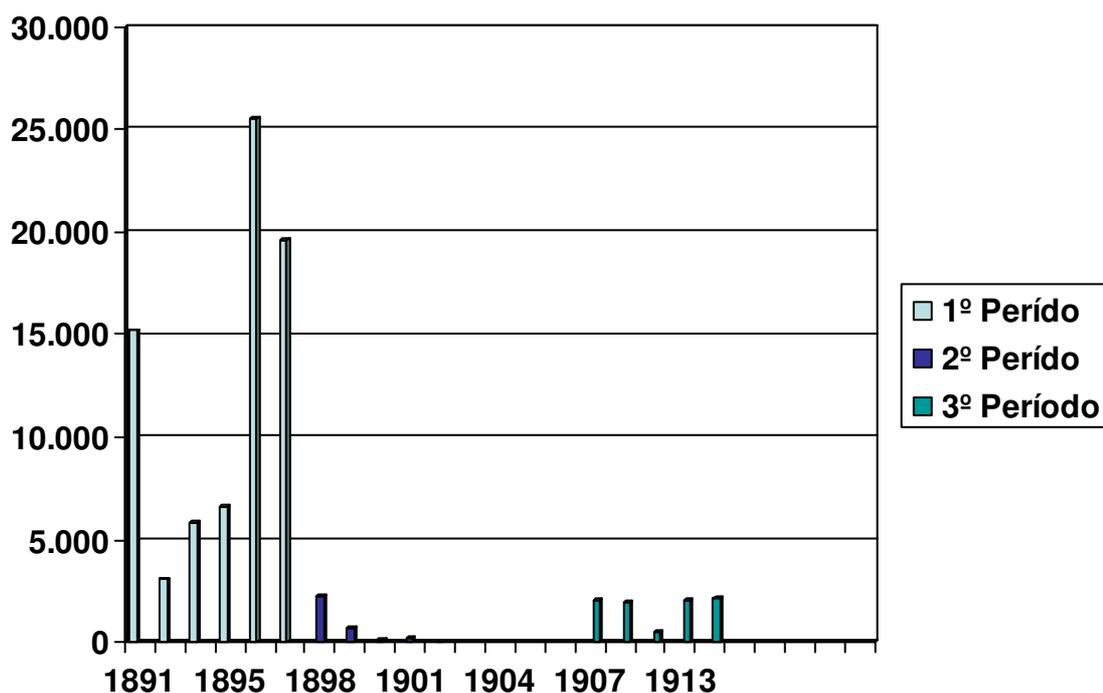
¹⁸¹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.

1.4.7: Entrada de Trabalhadores Imigrantes em Minas em Períodos:

Período	Ano	Nº. Entradas
1º.	1891	15.197
	1892	3.082
	1894	5.869
	1895	6.631
	1896	25.496
	1897	19.578
Média Anual		10.836,14
Total		75.853
2º.	1898	2.228
	1899	674
	1900	136
	1901	187
	1902	52
Média Anual		327,70
Total		3.277
3º.	1907	2.030
	1910	1.940
	1912	543
	1913	2.024
	1914	2.145
Média Anual		1.085,25
Total		8.682

Desenvolvida a partir de: Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1891 a 1914. In.: uchicago.edu.

Gráfico 2: Entrada de trabalhadores imigrantes em Minas em períodos



Destaca-se que a entrada de imigrantes em Minas concentrou-se no primeiro período, com um total de 75.853 trabalhadores. Embora mais longo, com uma duração de nove anos, o segundo período teve a menor concentração de entrada de imigrantes em Minas, média de 327,7 imigrantes por ano. O último período também não teve uma entrada muito significativa, embora a mesma seja maior que durante o segundo. Atribuímos o número reduzido deste terceiro momento, em comparação ao primeiro, devido ao fato dos problemas acerca da transição da mão-de-obra já estarem solucionados no estado.

A análise das tabelas indica que, entre muitos outros fatores que influenciaram a entrada de trabalhadores estrangeiros no país, tanto de ordem interna como de ordem externa, o fator determinante para explicar a oscilação nas entradas dos três períodos, em especial, o reduzido movimento durante o segundo período, foi a intervenção ou omissão do Governo Federal. Pois nos dois períodos com maior número de entradas, primeiro e terceiro, os favores oferecidos aos imigrantes eram garantidos pela União, enquanto no segundo a questão fora reduzida ao encargo dos estados, além de ser um período de recessão econômica no âmbito nacional, como enfatizavam os presidentes de estado do período:

“Não foi possível dar ao serviço da imigração o desenvolvimento exigido pela lavoura, e, ultimamente mesmo, foi ele quase suspenso de todo, em consequência da baixa do cambio, que, elevando a 232\$000 o preço da introdução de cada imigrante, muito sobrecarregou o tesouro¹⁸²”.

Se compararmos a tabela acima com o movimento de entradas em Minas Gerais¹⁸³ o quadro se torna mais esclarecedor, pois, como já foi visto, no segundo período, de responsabilidade do estado, a entrada em Minas Gerais se reduziu a valores irrisórios, responsabilizando-se o estado apenas em trazer imigrantes chamados por familiares aqui já estabelecidos. No entanto, nos outros dois períodos, o estado tirou proveito dos favores oferecidos pela União e conseguiu atrair uma corrente maior de trabalhadores para as suas terras, em especial no primeiro período.

A conclusão a qual chegamos é que no segundo período quase todo o movimento de entrada de imigrantes no país, 60.252, se concentrou em São Paulo, único estado da nação que verdadeiramente se interessou em promover a imigração em

¹⁸² Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano Almeida Brandão, de 1899. p.24. In.: uchicago.edu.

¹⁸³ Tabela 1.4.1.

resposta à transição da mão-de-obra. Os demais estados, como Minas Gerais, aproveitaram-se dos programas nacionais de atração, o que justifica o aumento da entrada de trabalhadores estrangeiros nos outros dois períodos, mas quando tiveram de financiar esta entrada com os seus cofres, prontamente abandonaram a política devido seus enormes gastos. Portanto, o grande definidor da questão foi a participação ou omissão da União.

Durante o segundo período eram constantes as críticas dos presidentes de estado com os custos e com a crise financeira. Silviano Brandão, alegando necessidade de cortes de gastos começou pelo serviço da imigração. Em 1904, Francisco Sales também culpava a reduzida entrada de trabalhadores estrangeiros no estado ao fechamento dos portos italianos para o Brasil:

“continua fraquíssima a corrente para o estado, desde que o governo italiano proibiu a imigração para o Brasil, tendo sido quase nulo o movimento imigratório durante o ano passado. A partir de janeiro deste ano, foi dispensado o ajudante da Superintendência da Imigração, mantido na Europa desde de 1898¹⁸⁴”.

Mas o verdadeiro motivo do arrefecimento do mesmo serviço fora apontado pelo próprio presidente um ano antes:

“A partir do ano 1897, em que foi, provisoriamente, suspensa a concessão de passagens gratuitas a imigrantes destinados ao estado¹⁸⁵, devido a crise financeira que este tem atravessado, começou o movimento imigratório a decrescer sensivelmente, sendo, em regra, nele introduzido somente os imigrantes que eram chamados por parentes já localizados no estado¹⁸⁶”.

No mesmo ano de 1903, paralisado o serviço da imigração, o governo resolveu dispensar o pessoal existente na hospedaria de Juiz de Fora por ser desnecessário.

Portanto, de acordo com nossa periodização do movimento imigrantista, o ano de 1897 se constitui um marco decisório no desenvolvimento da imigração para o Brasil e Minas. O Ministro da Agricultura de 1901, Antonio Augusto da Silva, fez um balanço da questão nas últimas décadas do século XIX e reconheceu que o empenho dirigido à questão foi maior nos primeiros anos da República, em especial, tentando regularizar a questão da mão-de-obra depois do abalo causado pela abolição da escravatura:

¹⁸⁴ Idem. p.71. In.: uchicago.edu.

¹⁸⁵ A concessão de passagens era feita pelo governo da União até esta data.

¹⁸⁶ Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano Almeida Brandão, de 1903. p.44. In.: uchicago.edu.

“A transformação econômica proveniente da decretação da lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, tornando mais urgente aquela necessidade, determinou a celebração de vários contratos para a introdução de imigrantes e exigiu maior impulso aos serviços de localização já estabelecidos nas antigas províncias”.

“É notório o empenho com que o Governo Provisório, preocupado com o problema do povoamento do território nacional, procurou desenvolver a corrente imigratória para o nosso país, tendo em vista não só garantir aos imigrantes a efetividade dos favores prometidos e animar a iniciativa particular por meio de auxílios, como ainda valorizar a terra, facilitando a sua aquisição e povoamento e desenvolvimento de pequena propriedade¹⁸⁷”.

No primeiro período, principalmente durante o governo provisório, desenvolveu-se mais a imigração, pois a mesma era um antigo sonho dos republicanos históricos que com o novo regime tinham a chance de incrementá-la. Mas justificada em nome do povoamento e não mais da substituição da mão-de-obra escrava. O mesmo ministro informa as transformações ocorridas a partir de 1897:

“De acordo com a lei nº. 126 B, de 02 de novembro de 1892, teve de ser transferido para os estados o serviço de localização, ficando ao Governo Federal somente o encargo da introdução dos imigrantes”. (...) “Presentemente o Governo Federal se acha, tão somente, incumbido do recebimento, agasalho e distribuição dos estrangeiros que espontaneamente procuram estabelecer-se em nosso país. (...) A experiência vai demonstrando que a reforma que passaram tão importantes serviços, outrora concentrados em uma administração única e hoje subdivididos pelos estados, revelou-se inoportuna e incompatível mesmo com a situação de alguns estados, que neste sentido nada poderão fazer sem o concurso da União¹⁸⁸”.

O ministro demonstra que em alguns estados, podemos incluir o de Minas Gerais, a imigração não se desenvolveu depois que foi entregue aos governos locais e apontava para a necessidade da União reassumir a responsabilidade pelo serviço, medida que só aconteceria em 1907, quando inaugura-se nosso terceiro período. Como vimos, Minas não se beneficiaria tanto neste período quanto no primeiro, porque a questão da transição da mão-de-obra já estava totalmente resolvida em seu território.

Ainda assim, a retomada por parte da União das responsabilidades de atração de imigrantes mereceu atenção dos governantes no período. Na oportunidade de ver reaberta a corrente imigratória para Minas, em 1905, devido a manifestação do interesse do Governo Nacional de financiar Núcleos Coloniais para localizar trabalhadores estrangeiros ou nacionais no estado, o então presidente de Minas, Francisco Sales, demonstrou interesse em reabrir a corrente de imigrantes para Minas, pois considerava “o restabelecimento de serviço obrigatório (como) um dos reclamos da lavoura” e

¹⁸⁷ Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1901. p.79. In.: uchicago.edu.

¹⁸⁸ Idem. p.82.

reconhecia “ser este um ramo da administração da maior solicitude dos poderes públicos, mas que depende, antes de tudo, de abundantes recursos disponíveis¹⁸⁹”. No entanto a mesma não se desenvolveria como no primeiro período.

Dois anos depois, voltando definitivamente o serviço da colonização ao encargo do Governo da União, João Pinheiro considerava o mesmo serviço:

“de alta relevância para os interesses econômicos do país o (serviço) de colonização, acaba agora de receber do Governo da União verdadeiro impulso, devendo ser a pedra angular para o engrandecimento econômico brasileiro. Com a publicação do Decreto do Governo Central nº 6.455, de 19 de abril deste ano, e do regulamento que com ele baixou, entra o problema em nova fase, na amplitude e com que é encarado, visando a fixação de colonos ao solo, pela ação direta da União, pela iniciativa dos estados, companhias de viação férrea, das companhias particulares e dos próprios particulares¹⁹⁰”.

De acordo com a nova lei os Núcleos coloniais existentes deveriam ser remodelados e reorganizados para aumentarem suas produções.

“Reavivando e modificando o serviço de colonização, visou o governo conseguir que os colonos, adotando os modernos processos de cultura, demonstrassem, de novo, a excelência desses métodos, não mais oficialmente, em mãos de administração, mas empregados diretamente pelo particular, devendo o próprio trabalhador, tirar a subsistência e a amortização dos débitos contraídos¹⁹¹”.

Com este novo alento foi construída a nova colônia em Itajubá e foram modificadas e ampliadas a Francisco Sales, em Pouso Alegre e a Nova Baden, em Lambari, devendo o mesmo sistema ser empregado em todas as outras. Embora os novos Núcleos Coloniais e os já existentes no Sul de Minas obedecessem essas novas imposições e tenham passado por modificações significativas, o movimento de entrada no estado não tornou a se desenvolver.

Ao longo deste item buscamos compreender qual a magnitude da presença imigrante no Sul de Minas, já que a região é identificada como grande pólo de atração de trabalhadores estrangeiros e os mesmos estão presentes enormemente na identidade regional. Nas entrevistas coletadas por José Geraldo Oliveira e Lúcia Grinberg, em A

¹⁸⁹Relatório do Presidente de Estado, Francisco Silviano Almeida Brandão, de 1905. p.35-36. In.: uchicago.edu.

¹⁹⁰Relatório do Presidente de Estado, João Pinheiro da Silva, de 1907. p.52. In.: uchicago.edu.

¹⁹¹Relatório do Presidente de Estado, João Pinheiro da Silva, de 1908. p.15. In.: uchicago.edu.

*saga dos cafeicultores no Sul de Minas*¹⁹², existem diversas referências que indicam a presença maciça de imigrantes, principalmente italianos, no Sul de Minas:

“Tinha máquina de café, paredões de pedra, capela, colônia de imigrantes – uma fazenda bem montada. Muitos imigrantes italianos trabalharam com meu avô”¹⁹³.

“Meu avô paterno veio da Itália, não sei com quantos anos; veio solteiro e se casou aqui. Minha avó também era italiana. Eles vieram juntos e foram para a região de Três Corações. Casaram-se e meu avô começou a trabalhar com café em Paraguaçu (...) – ele era meeiro”¹⁹⁴.

“Eram quatro irmãos quando meu bisavô (materno) Cândido de Souza Dias veio para cá, todos trabalhando com terra doada pelo governo. Eles vieram por volta de 1880”¹⁹⁵.

“Meu pai comprou a fazenda Cruzeiro em um leilão, era a fazenda de um escravocrata. Quando comprou, tinha senzala. Depois, com a abolição – pelo menos na minha região-, vieram os italianos. Em Monte Santo havia muito italiano. Meu avô materno era funileiro; havia alfaiates, essa coisa toda. Tanto que tinha uma comunidade grande lá. Todos eles mexiam com café e, com a crise de 1929, o comércio ficou fraco, a cidade entrou em decadência medonha (...). A colônia de italianos na época tinha de tudo: clubes, festa típicas. Poucos ficaram”¹⁹⁶.

Existe um senso-comum que o Sul de Minas foi ponto de grande concentração de imigrantes, mas não existe qualquer referência que comprove a existência de uma população tão volumosa, principalmente no que tange a substituição da mão-de-obra escrava. Como vimos, as populações dos Núcleos Coloniais instalados na região não eram grandes, em fazendas particulares a utilização de mão-de-obra estrangeira também não se desenvolveu, então onde poderia estar esta espessa população estrangeira? Como o quarto relato acima indica, poderiam estar nos centros urbanos, mas como não houve nenhum grande pólo urbano no Sul de Minas, a concentração de estrangeiros também não poderia ser muito representativa. Outros relatos buscam conferir um engrandecimento exagerado da contribuição estrangeira para formação da região e acabam por transmitir pouca veracidade, embora alguns de seus elementos possam ser resgatados para nos ajudar a construir como se apresentou a questão em realidade:

“Os colonos italianos que vieram para Monte Santo eram caldeiros, funileiros. Eles não conheciam café, aprenderam aqui. O vapor levava quarenta dias para chegar ao Brasil. José Fíchina, pai de Antônio Fíchina, era caldeiro na Itália. Muitos trabalhavam nas fazendas, nas roças, até conseguir

¹⁹² OLIVEIRA, J. G. R. & GRINBERG, L.op.cit.

¹⁹³ Idem. Entrevista de Sérgio Salgado de Oliveira (Monte Santo de Minas-MG). p.68.

¹⁹⁴ Idem. Entrevista de Osvaldo Bachião (Nova Resende-MG). p.41.

¹⁹⁵ Idem. Entrevista de Sérgio de Freitas (Arceburgo-MG). p.49.

¹⁹⁶ Idem. Entrevista de Carlos Alberto Paulino da Costa (Guaxupé-MG). p.91.

dinheiro, ir para a cidade e montar algo igual ao que eles faziam lá, na sua terra. Eram alfaiates, ourives. Em Monte Santo, houve uma fase áurea, os italianos faziam jóias, eram pessoas cultas. A vida deles foi muito difícil (...). Muitos que chegavam iam para Santos. Eles ficavam em um barracão, com as famílias agrupadas. O major Vicente Cavalhaes ia muito lá. Foi buscar os primeiros colonos. Eles davam preferência para as famílias que tinham filhos homens para pegar no pesado (...). Os italianos contribuíram muito para o progresso da cidade. Monte Santo deve, e muito, a eles”¹⁹⁷.

Embora um pouco enlaureado, este relato nos mostra que existiu trabalhadores estrangeiros dedicados ao trabalho urbano, mas que para conseguirem se estabelecer na região passaram por um período de adaptação na agricultura. Outros, no entanto, não se fixariam no Sul de Minas, logo se mudariam, provavelmente para São Paulo, mas marcaram sua passagem na memória dos moradores da região, e ajudaram a difundir a idéia de que o Sul de Minas foi habitado por muitos imigrantes:

“Eu lembro que veio uma leva de imigrantes alemães e eles ficaram trabalhando na fazenda. Tinha umas moças muito bonitas. E havia um pretinho muito malandro; ele era cego de um olho, o Sebastião Felipe. Quando ele via as moças subindo, ele corria e avisava: “As alemãs estão passando!” e corria todo mundo para ver. Umas moças lindas. Elas não ficaram muito tempo por lá. Também tinha italianos e portugueses”¹⁹⁸.

A conclusão a qual chegamos diante de tantas possibilidades é que houve certa concentração de imigrantes estrangeiros na região, e esta massa de trabalhadores atuou inclusive na prestação de serviços urbanos. Mas tal concentração não foi tão grande assim e restringiu-se a algumas fazendas e aos imigrantes que foram localizados nos Núcleos Coloniais. Portanto, não foram utilizados em substituição direta da mão-de-obra escrava nas fazendas de café, como reza o mito, pelo contrário, apenas ajudaram a recompor a oferta de mão-de-obra na região como uma parcela não tão significativa, ao lado dos trabalhadores nacionais. Devido aos discursos exagerados de alguns políticos e periódicos locais entraram para a história do Sul de Minas como única opção para a transição da mão-de-obra na região, nosso tema nos próximos capítulos.

¹⁹⁷ Idem. Entrevista de Maria Zélia Pereira de Mello (Monte Santo-MG). p.77

¹⁹⁸ Idem. Entrevista de João Ribeiro do Vale (Guaranésia-MG): (Década de 1920 ou início de 1930).p. 29.

Capítulo II: A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: realidade escravista e assomos imigrantistas da elite local

“O respeito sagrado pelo documento [da história positivista] desaparece e com ele o mito do historiador-cientista, dono da verdade absoluta. Dessa forma, sua tarefa se tornou mais complicada. Antes dele se exigia coleta, crítica e organização das fontes; agora deve questionar e analisar seu instrumento básico de trabalho”.

(CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto. 1988).

2.1. O uso dos periódicos como fonte histórica

Neste capítulo abordaremos as propostas que foram aventadas como soluções para a transição da mão-de-obra no Sul de Minas. Com este mote analisaremos o posicionamento de dois periódicos diante do tema. No entanto, a utilização dos periódicos como fonte histórica merece algumas considerações devido as suas especificidades. Antes de tudo, vejamos algumas destas implicações.

Ao constituir-se num elemento essencial do desenvolvimento da maior parte das sociedades contemporâneas, tendo sua ação voltada aos mais amplos setores que caracterizaram e caracterizam estas mesmas sociedades, a imprensa ganhou de forma crescente – e hoje já totalmente consolidada – status de “fonte histórica”, estando, portanto, à disposição dos pesquisadores para, a partir dos jornais, analisar vários dos elementos constitutivos que marcam a existência humana, sejam eles o social, o político, o econômico, o ideológico, o cultural entre outros¹⁹⁹. Neste item introdutório destacaremos alguns dos pressupostos básicos que compõem o jogo de inter-relações entre o jornalismo e a vida política, com destaque para os fundamentos conceituais, para os elementos extra-discursivos, para as formações discursivas e para o público alvo.

Na produção do conhecimento histórico, os últimos anos têm sido palco de diversas formas de renovação e ampliação das possibilidades de interpretação²⁰⁰. Tal renovação se deve muito pela ampliação das fontes, e, nesta pesquisa, a imprensa é utilizada como uma fonte documental privilegiada para a compreensão do período em estudo. Abordando a imprensa do final do século XIX podemos perceber dados referentes da transição da mão-de-obra que não seriam encontrados em outra

¹⁹⁹ MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. p. 25.

²⁰⁰ REMOND, Renè. Por que a História Política? In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Jan-Jun. 1994, n. 13. p. 7-19.

documentação, como exemplos o discurso da elite a fim de persuadir outros proprietários e os embates políticos que surgiram em torno da questão.

Segundo Antônio Nóvoa, é difícil encontrar qualquer outro *corpus* documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias de qualquer período em enfoque. De acordo com o mesmo autor, as páginas dos periódicos revelam, quase sempre o “quente”, as questões essenciais que atravessam o objeto em estudo. Por último, Nóvoa ainda ressalta que a escrita jornalística, na maioria das vezes, ainda não foi depurada das “imperfeições do cotidiano” e permite, por esse motivo, leituras que outras fontes não autorizam. Por outro lado, é através deste meio que emergem “vozes” que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais²⁰¹.

Para Gonçalves Neto²⁰², a imprensa tem a capacidade de formar uma cultura, padronizar o povo, além de agir também como um veículo educativo. É por meio dela que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. O jornal centraliza as opiniões da elite intelectual e torna-se um elemento para captar as representações de uma época. A palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documentação na construção de interpretações históricas. Mesmo com o direcionamento ideológico dos jornais, cabe ao historiador utilizá-los como fontes para a recuperação de um determinado período histórico, aguçando o seu olhar crítico para os fatores que influenciaram a sua construção.

Por esta senda, ainda que a imprensa se constitua numa significativa fonte histórica, o pesquisador não deve perder, em nenhum momento de sua análise, a noção de que está trabalhando com um documento que apresenta os fenômenos históricos de acordo com as perspectivas daqueles que o produziram, ou seja, deve encarar o jornal como um verdadeiro instrumento que reestrutura a realidade. Deste modo, “as próprias tendências, distorções, distinções e/ou omissões marcantes nos pronunciamentos de grande parte dos jornais também se constituem em elementos para a análise histórica”²⁰³, pois estes elementos demonstram as formas pelas quais os editores dos periódicos

²⁰¹ NÓVOA, Antônio. Prefácio. In.: MONARCHA, Carlos (org.) História da educação brasileira. Formação do campo. Apud LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX.** Campinas: Unicamp, 2007.

²⁰² GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabina (MG) no início do século XX. In.: ARAÚJO, José Carlos de Souza e GATTI Jr., Décio (orgs). **Novos temas em história da educação no Brasil.** Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: autores associados, 2002.

²⁰³ ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina.** Tese de Doutorado. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS. 1998.

buscaram estruturar os acontecimentos de uma dada realidade, atuando assim na elaboração de uma construção discursiva. Desse modo, ao atuar como meio de comunicação, informação e divulgação de opinião, os jornais exerceram uma ação no sentido de construir um discurso.

O discurso pode ser definido como uma “prática resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”, orientadas por um processo histórico. Nesta linha, o discurso tende a constituir-se num elemento que reflete as diversas características de uma sociedade, uma vez que, pela sua própria existência, ele “marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” de “redes de memória” e “trajetos sociais”. Outro aspecto a ser destacado é que no discurso jornalístico, ao tornar-se parte do processo histórico, seleciona os acontecimentos que serão recordados no futuro, e, além disso, “uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado”²⁰⁴.

O referencial teórico que delimitou os conceitos deste trabalho teve como base à pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido²⁰⁵.

Portanto, o jornalismo não teria a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. Dessa forma, a representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as idéias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos²⁰⁶.

²⁰⁴ ALVES, F. N. op.cit.

²⁰⁵ PALHA, Cássia Louro. **Mídia e participação política: a pedagogia da desmobilização popular.** Niterói: dissertação de mestrado, 2000.

²⁰⁶ MELO, J. M. op.cit.

A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinadas passagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos²⁰⁷. Pois, como salienta Pierre Nora²⁰⁸, a mídia tem a capacidade de alterar a percepção do receptor podendo até mesmo modificar o fato em questão, além de interferir na sua percepção e na sua construção, difundindo versões e consolidando as mais diversas interpretações. Neste mesmo processo, além de alterar a percepção do fato, a mídia também auxilia na construção do mesmo, difundindo versões e consolidando interpretações as mais diversas.

Neste trabalho buscamos compreender como se deu a transição da mão-de-obra escrava para a livre numa das regiões mais dinâmicas de Minas Gerais tendo como principal fonte de pesquisa os periódicos locais. Assim, foram analisados jornais de diferentes facções políticas; conservadores, liberais e republicanos; que apresentaram diferentes posturas frente às transformações no mundo do trabalho; emancipacionistas, abolicionistas, imigrantistas, etc. Desta forma, pudemos observar como a elite proprietária oscilou entre os diferentes projetos para solucionar a crise da mão-de-obra na região e esta oscilação esteve presente nos periódicos editados pela mesma.

Para empreender esta pesquisa nos preocupamos metodologicamente em responder três questões quanto aos editores dos jornais e seu discurso. Primeiramente desvendar qual era o discurso de cada periódico, isto é, a facção política envolvida na produção da folha. Em segundo lugar identificar quem fazia o discurso, ou seja, quem eram os proprietários e editores dos jornais e com quem eles se relacionavam. Por último, identificar como era o discurso de cada periódico e analisar a argumentação utilizada por cada folha para persuadir o maior número de proprietário da região a implementarem a transição da mão-de-obra de acordo com o seu discurso.

Preocupação semelhante teve Luciano da Silva Moreira²⁰⁹, que logo na apresentação de sua dissertação de mestrado, *Imprensa e Política*, questiona: “Quem escrevia os periódicos e folhetos políticos? Quais objetivos nortearam os redatores?

²⁰⁷ PALHA, C. L. op.cit.

²⁰⁸ NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos problemas**. Tradução: Théó Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995. p. 181.

²⁰⁹ Utilizaremos observações do trabalho de Moreira, embora sua pesquisa contemple um recorte temporal anterior, o período regencial, quando a circulação de periódicos ainda não era tão intensa como foi no final do XIX, devido ao processo de considerável popularização dos periódicos ao longo do século. No entanto, acreditamos que muitas das considerações do autor também valem para o nosso período em análise. Ver: MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. 2006.

Para que público destinavam seus discursos?” E enfatiza, citando Darton, “enquanto essas questões não forem respondidas não entenderemos plenamente a transmissão dos textos”.

A par destas prerrogativas, atentaremos para a inserção dos editores e seus periódicos na sociedade para qual escreviam, pois acreditamos que as representações discursivas estão ligadas ao comportamento político e social dos editores.

Moreira enfatiza a atuação didática dos redatores, isto é, o papel de condutores da sociedade que eles tomavam para si (nas folhas que analisamos esta característica também está extremamente presente). O mesmo autor salienta que os periódicos desempenhavam uma espécie de magistério e ainda cumpriam um exercício de poder, portanto deveriam “doutrinar, censurar e disputar”.

“Doutrinar, censurar e disputar. Esta tríade orientava as ações dos periodistas (...). De fato, estes redatores exerceram o papel de guias e de censores dos povos, cuja finalidade era ‘unir a seus ideais e proposições os demais componentes da boa sociedade e muitos homens livres, proprietários unicamente de suas pessoas’. Para estes autores, o ato da escrita era um exercício de magistério político, arrogando-se um ‘papel cívico e construtivo’ como justificativa para sua ação”²¹⁰.

Porém, a relação ensino e periodismo não eram mera analogia. Ambos buscaram esclarecer a sociedade, inculcando nos indivíduos determinadas ideologias. Assim, ao mesmo tempo em que os editores se esforçavam em ‘ensinar’ seus leitores também pretendiam persuadi-los e convencê-los a abraçar determinado ponto de vista, desta forma, ensino e escrita comportavam uma dimensão coercitiva em suas práticas. O editor tencionava sujeitar o leitor “a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada de seus textos”²¹¹. Desta forma, o esclarecimento marchava de mãos dadas com a sujeição.

Quanto ao público para o qual estes periódicos estavam voltados era um público distinto, composto pelos senhores, proprietários e comerciantes que transitavam pela “boa sociedade”. Contudo, os redatores, no ato da escrita, idealizavam um público capaz de compreender e extrair significados de suas palavras. Assim, não era a qualquer pessoa que se destinava o jornal. Pensava-se, principalmente, num público-alvo

²¹⁰ Idem.

²¹¹ CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Apud MOREIRA, L. S. op.cit.

constituído por membros desta “boa sociedade”, composta por uma elite dotada da instrução necessária para um uso legítimo do periódico.

Em nossa análise o pressuposto acima fica evidente, pois os editores se reportavam aos leitores de forma clara, se dirigindo aos fazendeiros e proprietários, e, muitas vezes, se incluindo na mesma condição de proprietário de terras e escravos.

Deste modo, a delimitação de um público está diretamente relacionada à constituição de uma comunidade de interesses composta por indivíduos que partilhavam uma mesma cultura política²¹² e tinham os mesmos interesses e expectativas na prática da leitura. Era o “círculo mais estreito de poder econômico e político, e que possuía recursos materiais e simbólicos que lhe garantia posições de privilégio nas relações sociais”²¹³.

Neste sentido, o estudo sobre os periódicos, como instância de relacionamento entre as elites assume inegável importância, uma vez que traduzia o pensamento da elite, sua adequação aos interesses dos grupos dirigentes e permite observar como se davam as relações entre estes mesmos grupos dominantes e compreender os espaços e os limites que se colocavam.

²¹² Entendida como as práticas e crenças da elite política local e seu conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa. Segundo Maria Fernanda Viera Martins constitui a *Cultura Política*, definida como “resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade e em um dado tempo histórico”. Ver: MARTINS, M. F. V.op.cit.

²¹³ MOREIRA, L. S.op.cit.

2.2 A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: realidade escravista e assomos imigrantistas da elite local

Como vimos no primeiro capítulo, no início da década de 1870 o Sul de Minas contava com uma população de 352.001 pessoas, sendo 72.223 cativas, conferindo a região o segundo maior plantel escravista proporcional da província mineira. Tamanha concentração de escravos tornaria a transição da mão-de-obra um tema dos mais relevantes na região. Os discursos sobre como deveria acontecer esse processo e o destino dos trabalhadores será o principal mote deste capítulo.

De acordo com Silvia Lara²¹⁴, falar em escravidão e falar por si só em um regime violento. Sem o direito a liberdade o escravo está sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras pudesse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e a violência contra senhores e seus familiares, no entanto, evidentemente, outros atos dos cativos também poderiam demonstrar sua insatisfação em todos os seus atos do cotidiano de negociação que estabeleciam com seus senhores nas lavouras.

Como tal insatisfação era percebida pela elite? Como se dividiram as posições diante do tema no Sul de Minas? Entre escravocratas, emancipacionistas, imigrantistas e abolicionistas, diferentes soluções foram aventadas para a crise da mão-de-obra. Tais sugestões variavam do medo da emersão de uma “onda negra” ao reconhecimento da necessidade de eliminação de um regime desumano, ambas com o respaldo de discursos racistas.

Em nossa principal fonte, os periódicos do Sul de Minas, os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes²¹⁵. Ou seja, a elite que editava os periódicos apenas reconhecia humanidade nos cativos quando esse se portava como revoltosos.

²¹⁴ LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Embora a assertiva da autora pareça ser repetitiva, ela é magistralmente utilizada, pois estava no contexto de embate com outra corrente historiográfica, os “sociólogos da USP” e era utilizada para marcar diferença, assinalando que a simples afirmação de que a escravatura era um regime violento era redundante, mais importante seria aprofundar as complexas questões envolvidas nas relações entre senhores e escravos no regime escravista, portanto, não se tratava de “reabilitar a escravidão”. Ver ainda: LARA, Sílvia H. *Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico*. In.: **LPH: Revista de História**. Vol.3, n. 1, 1992. PP. 215-244. e GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. In.: **LPH: Revista de História**. Vol.3, n. 1, 1992. PP. 245-266.

²¹⁵ No mais das vezes os escravos não apareciam como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso da elite, que buscava soluções para a crise da mão-de-obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

Nos periódicos analisados, que, evidentemente, apresentam a visão senhorial, podemos perceber como estes qualificavam seus cativos. O escravo era sempre representado apenas de duas maneiras: ora como inimigo, ora como “bom escravo”. Assim:

“A primeira ocorria nas ocasiões em que o escravo se confrontava diretamente com o poder senhorial, seja por meio da prática de crimes, como por exemplo, assassinato de seus senhores e familiares, seja fugindo ou promovendo rebeliões organizadas. A visão do “bom escravo” foi a que mais se enraizou no sistema escravista e envolvia uma série de códigos, interpretados tanto por senhores como por escravos com base em leituras diferentes dos deveres e das obrigações de cada parte”²¹⁶.

Consideramos desnecessária a reprodução da extensa bibliografia produzida ao longo das décadas de 1980 e 1990 acerca do debate historiográfico da escravidão por não ser este o mote deste trabalho. Tal bibliografia enfatizou a subjetividade da mão-de-obra escrava, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do *escravocosa*, visto como simples mercadoria e teve como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia²¹⁷. Nosso escopo é analisar, tão somente, o discurso da elite sobre a transição da mão-de-obra e sendo assim, as representações do cativo nos periódicos são ressaltadas conforme a opinião dos editores do século XIX. Trata-se de uma opção metodológica, de voltar-se, primordialmente, para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado.

Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravo foragido seria reconhecido graças as suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos:

²¹⁶ ANDRADE, M. F. op.cit.

²¹⁷ Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001. FERNANDES, F. A **Integração do Negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990. GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo. Ática, 1991. LARA, S. H. op.cit. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia das Letras, 1990. FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. BRÜGGER, Silvia M. Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX)**. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Cia das Letras. 2003.

“(...) o escravo tem os sinais seguintes: Estatura regular, nariz fundo, corpo regular, pouca barba no queixo, falta de dentes na frente, tem sinal de uma brecha na cabeça, tem as duas pontas das orelhas viradas para fora ou murchas, muitas cicatrizes velhas nas costas, sinal de ferro no pescoço, esperto no andar, cara desencarnada, os ossos da cara muito salientes, tem idade de quarenta e tantos anos, crioulo de cor preta”²¹⁸.

A descrição acima, de um trabalhador cativo aos quarenta anos, demonstra como era rude o regime. As marcas (sinal de brecha na cabeça, cicatrizes velhas nas costas e sinal de ferro no pescoço) adquiridas ao longo da vida sugerem o motivo da fuga do escravo. No entanto, sua identidade era mantida, ainda “esperto no andar” este sujeito histórico fugiu da fazenda onde vivia em busca de uma vida melhor.

A segunda maneira por meio da qual o escravo aparecia nos jornais do Sul de Minas era mais incômoda para a elite, pois neste caso a mesma esta era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens”.

De grande repercussão no Sul de Minas, foi um caso ocorrido no interior de São Paulo, em Itu, quando o escravo Nazário assassinou seu senhor, suas filhas, uma empregada e outra escrava. O fato culminou na morte do escravo por apedrejamento pela população da cidade mesmo depois do mesmo já ter se entregado a polícia²¹⁹. O evento foi repetidamente discutido no periódico liberal “O Baependiano” e seu editor, Amaro Carlos Nogueira, passou a exigir leis mais duras para coibir crimes semelhantes:

Deu-se em Itu um crime horrível que assim referido pela *Província de S. Paulo*.

Foram assassinados em Itu, na madrugada de ontem, 08 do corrente, o médico ali residente, Dr. João Dias Ferraz da Luz e toda sua família, composta de duas filhas moças, uma escrava e uma mulher idosa de nome Faustina. Escapando só uma netinha de 4 a 5 anos.

Deu-se o fato na casa em que reside a família, no centro da cidade, rua do Comércio, esquina do Pastor do Bom Jesus. Acudiram na vizinhança e viram o seguinte: no quintal estava com a cabeça partida o Dr. Ferraz, no quarto das moças foi uma delas encontrada deitada sem vida e a outra morta aos pés da cama. Uma negra, escrava da casa agonizava ainda numa sala junto do cadáver da mulher Faustina. Só escapou desta hecatombe a netinha de que já falamos.

²¹⁸ O Baependiano, 02 de janeiro de 1879, p.4.

²¹⁹ No contexto do tráfico interno, quando escravos trazidos do Nordeste, principalmente da província da Bahia, se avolumavam nas lavouras do sul do país, os mesmos passaram a ser apontados como maiores responsáveis pelo aumento de crimes e revoltas. Era comum a prática de crimes e a apresentação a polícia imediata, demonstrando que preferiam a cadeia a servir como escravos. No trecho apresentado temos a narração de dois casos semelhantes que além de comprovarem esta idéia também mostram a população que a pratica se repetia e se alastrava, provocando medo e exigindo rápida solução. Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

O assassino, escravo comprado a pouco tempo nesta capital apresentou-se a polícia. Foi igualmente preso um crioulo menor que desconfia-se ser cúmplice do fato. Compareceram as autoridades policiais. A exaltação da população ituana é extraordinária.

Foram todos mortos a machado. O caráter bondoso e dulgente (sic) do Dr. João Dias era fato notório. A senhora do finado esta ausente em Minas.

Da repartição da polícia recebemos sobre o caso as seguintes informações:

Foram ontem em Itu barbaramente assassinados o Dr. João Dias Ferraz da Luz, suas duas filhas, Albertina e Balbina e uma Senhora que lhes fazia companhia, ficando a expirar uma sua escrava, escapando uma sua neta menor de 4 anos.

O autor de tão horrível crime foi um seu escravo de nome Nazário, que a golpes de machado praticou aquelas mortes. O assassino foi logo preso pelo respectivo delegado de polícia. Tal acontecimento causou a maior indignação e horror na população de Itu.

No auge da indignação mais de 200 pessoas dirigiram-se de noite a cadeia para arrancar dali o assassino do Dr. João Dias. Os guardas resistiram e na luta que se travou foi morto um guarda e feridas algumas pessoas do povo. Como era natural isso incitou mais os ânimos. No dia seguinte, pelas duas horas da tarde, mais de mil pessoas, dentre as quais, homens, mulheres e crianças, fizeram igual tentativa com melhor êxito.

O escravo, arrancado da prisão, foi apedrejado até expirar, o cadáver foi depois arrastado pelas ruas até a porta da casa do Dr. João Dias, onde ergueram-se (sic) vivas a justiça do povo. O cadáver foi depois depositado na porta da cadeia, retirando-se o povo pacificamente²²⁰.

O crime cometido violentamente, por um escravo recém adquirido, a machadadas em um meio urbano, contra a conhecida “docilidade” do senhor, que não dera motivos para o crime e, principalmente, a forma como a narração foi construída pelo periódico, diz muito da crise da transição da mão-de-obra. A descrição minuciosa do assassinato tem por objetivo amedrontar a população e chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata. Diante desta constatação, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer tais crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater esses assassinos. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão-de-obra.

Ao longo deste capítulo apresentaremos duas das correntes mais fortes no Sul de Minas, a emancipacionista, defendida por liberais e conservadores proprietários de terras e escravos. E a visão dos abolicionistas republicanos, que eram contrários ao regime servil e se valeram tanto de argumentos humanitários como de idéias racistas para justificar o fim do regime. A proposta imigrantista invariavelmente aparece em ambos os lados, ora como salvação diante da vadiagem dos libertos, ora como risco para a unidade nacional e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos.

²²⁰ Idem, 23 de fevereiro de 1879, p.2.

Primeiramente faz-se necessária algumas considerações quanto à viabilidade do mercado de escravos depois da proibição do tráfico, em 1850, em todo o país e em especial na região em estudo.

2.2.1: O Baependiano: Os liberais e o emancipacionismo

O periódico *O Baependiano* circulou pela região do Sul de Minas de 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889. Nos seus oito primeiros anos a sede do jornal esteve localizada na cidade de Baependi, mas em 31 de abril de 1884, mudou seu escritório para Caxambu. Embora em seu edital afirmasse não “desposar a causa de nenhum partido” seu proprietário e editor, Amaro Carlos Nogueira, era membro do partido Liberal e fora eleito deputado provincial mais de uma vez pelo partido, juntamente com outros colaboradores da folha. Amaro Carlos Nogueira²²¹ era proprietário de terras e escravos, além de possuir uma escola e, por vezes, afirmou em seu jornal fazer parte da “nobre classe” – os proprietários e lavradores.

Quando na Assembléia Legislativa, Amaro Nogueira defendeu projetos de promoção da imigração estrangeira. O principal deles foi a formulação da Lei nº 2.819, de 24 de outubro de 1881, que concedia favores pecuniários aos proprietários de fazendas que importassem trabalhadores para suas fazendas. Amaro seria citado por seus correligionários, ao longo de toda década de 1880, por suas intercessões a favor da imigração. Seu nome fora lembrado inclusive na promulgação da Lei de 1887, principal regra de fomento da imigração em Minas, tida pelos imigrantistas como grande vitória. Tanto o reconhecimento pessoal a Amaro Nogueira, como a causa da imigração são temas constantes na folha de Baependi.

O Baependiano se proclamava uma folha “Científica, Literária e Noticiosa”, além de acreditar ser responsável não apenas pela informação, mas pela condução da opinião pública, tendo por missão “doutrinar o povo sobre o que lhe importa saber”²²² e vangloriava-se por ser “um dos principais diretores de opinião na parte mais adiantada

²²¹ O inventário do pai de Amaro Nogueira, Tenente José Carlos Nogueira, tendo como inventariante sua esposa, Antonia Leopoldina Nogueira, no ano de 1859 está disponível para consulta no Museu Regional de São João del Rei. Na data do inventário Amaro Nogueira, o filho mais velho dos oito do casal, estava com 21 anos e se encontrava em São Paulo, provavelmente estudando. O inventário traz as posses do pai de Amaro, somando 114:080\$000, constando três fazendas, benfeitorias, terras, algumas casas e moradas, mas não consta o número ou valor dos escravos. O cruzamento destas informações e de outras famílias da elite do Sul de Minas vai além de nossos objetivos neste trabalho, que privilegia apenas os periódicos locais. Mas pretendemos desdobrá-la com aproveitamento de outras fontes, como os inventários, em pesquisas futuras.

²²² O Baependiano, 05/07/1880 p.1.

do Império”²²³. Ou seja, o periódico conferia a si próprio o papel de guiar as idéias da população do Sul de Minas, mas mais importante, se considerava o porta voz de um grupo bem definido, a elite fazendeira e lavradora da região. Por último, também erguia a bandeira do interior, sempre em oposição aos jornais (em sua maioria abolicionista) da Corte e dos grandes centros populosos.

Os artigos aqui analisados serão aqueles que de alguma forma discutiram a transição da mão-de-obra no Sul de Minas, evidenciando a posição do grupo liberal emancipacionista. Portanto, serão assinaladas questões referentes ao regime escravocrata, aproveitamento dos nacionais, introdução de imigrantes, abolição e indenização aos proprietários. Todas estas questões O Baependiano abordou e discutiu ao longo dos seus treze anos de existência, permitindo um acompanhamento claro da posição deste grupo quanto à passagem para o trabalho livre na região.

O trabalho sempre foi enaltecido por esta folha, no seu primeiro ano de circulação já comentava:

“O campo é vasto e a ceara abundante (...) a obra requer o braço livre; agucemos a foice, que a ceara é fértil; e, entretanto cantemos, que o canto alegria a alma e dá tom ao corpo, cantemos um hino ao trabalho”. (...) “Oh, quanto é doce o trabalho, quando tão doce vemos sua recompensa! Avante! Mãos a obra! Trabalhemos, que assim conservaremos este risonho de felicidade!”²²⁴.

Desejando que o trabalho fosse feito por um braço livre, neste artigo não é mencionado se o mesmo seria nacional ou estrangeiro, posição que o periódico só revelaria dois anos mais tarde²²⁵. Mas o trecho acima em muito se diferencia do discurso ao qual estamos acostumados a relacionar com o cotidiano do século XIX. Isto é, de uma sociedade hierarquizada que diminuía o trabalhador e considerava o ato de trabalhar algo pouco brioso, era obrigado a trabalhar somente os escravos e aqueles que não tinham meios de se manter de outra forma. Aqui o Baependiano já se posiciona ao descrever o trabalho como ato que engrandece e traz recompensas para quem o faz, evidenciando as transformações que estavam acontecendo em toda sociedade brasileira no momento de transição para o capitalismo. Nas folhas do Baependiano o trabalho era apresentado como grande responsável pelas melhorias que chegavam à região e como principal elemento causador da modernização que o Sul de Minas vinha conhecendo:

²²³ Idem Ibidem.

²²⁴ Idem, 15 de julho de 1877. p. 1. “O Trabalho”.

²²⁵ Durante o ano de 1878 o Baependiano teve sua circulação suspensa por alguns meses, mas voltou a circular regularmente no início de 1879.

“Passareis em ruas perfeitamente calçadas onde a lama não salpicará vosso vestido nem a umidade prejudicará vossa saúde. Se preferirdes, com alguns vinténs podereis viajar comodamente ao abrigo do sol e da chuva em carros que serenamente deslizam sobre trilhos de ferro, e surpreendido ficareis, quando, depois do sol raso vires a sua luz suceder mil lâmpadas alimentadas por um gás que mil tubos ocultos conduzem a toda parte e vistosas casas que parecem provocar o tempo de ode as artes acoria é acumulado seus tesouros. Encontrareis não só o necessário para o supérfluo a vida, pois tendo satisfeito as necessidades do homem, querer exercer a si próprios produzem mil objetos para o seu recreio. Esse é o fruto do trabalho!”²²⁶

No período em análise este periódico irá enfrentar duas grandes “batalhas” no campo do trabalho. A primeira se arrastará por toda década de 1880, em defesa de um brando emancipacionismo contra a campanha abolicionista. No entanto, vencido em 1888 inicia-se nova contenda, desta vez exigindo do governo o pagamento de indenização aos proprietários atingidos pela Lei Áurea, conhecendo nova derrota.

2.2.1.1: Resistência à campanha abolicionista

Os liberais do *Baependiano* defendiam uma emancipação gradual da escravatura, uma solução suave que se encaminharia naturalmente, sem qualquer urgência. Este grupo era extremamente contrário à campanha abolicionista e conforme o movimento aumentava durante a década de 1880, também majoravam as críticas e o combate ao abolicionismo em suas folhas.

Para o *Baependiano* em 1880 o movimento abolicionista não passava de “assomos quixotescos” e ridicularizava os jornais que defendiam tal idéia:

“Em frente, pois, os abolicionistas ora em luz, em torno os quais se agruparam naturalmente todos os paladinos da emancipação (...); em frente a falange libertadora, cujo chefe naturalmente será o autor da carta aos Epítetos, o novo Paulo, ver-se-ão os escravagistas, os retrógrados, os inimigos da luz e da liberdade, constituindo número tão crescido, que seus adversários precisarão recorrer até ao apoio moral do estrangeiro para levar a bom termo a cruzada contra a escravidão” (...).

“De um lado o pequeno grupo dos abolicionistas recrutados em algumas classes; de outro o exército enorme dos escravagistas, composto da maioria da população do Império”²²⁷.

Com ironia o *Baependiano* avaliava ser este um quadro fantasioso e considerava a visão abolicionista simplista e maniqueísta, pois os mesmos se colocavam como paladinos da justiça contra uma nação de escravocratas. A folha de *Baependi* discordava desta argumentação e alegava o oposto, nem todos aqueles que não eram abolicionistas,

²²⁶ Idem, 15 de julho de 1877. p. 1. “O Trabalho”.

²²⁷ Idem, 30 de maio de 1880. p.1. “Os Abolicionistas do Brasil e a Classe dos Lavradores”.

necessariamente eram escravocratas. Reconhecia a necessidade de por fim à escravidão, mas de uma forma gradual, considerando o abolicionismo imediato como uma medida radical que provocaria graves conseqüências sociais. Afirma que a população brasileira era contra a odiosa instituição escravista, mas que uma herança de séculos não poderia ser mudada do dia para noite, era preciso cautela.

Assim a folha de Baependi, representando toda classe proprietária, repelia o labéu de escravagista sistemático e convicto. Em nome do povo brasileiro e da “dignidade nacional” negava que o Brasil fosse uma nação amiga e patrona de tal instituição. Afirmava que todo brasileiro deplorava a “triste herança” da escravidão e que desejava o seu fim, no entanto sofismava: “Aceita-se, ou melhor, tolera-se o fato porque é o fato”²²⁸. E desta forma lacônica encerrava qualquer argumentação a favor da Abolição imediata.

De acordo com o discurso do jornal quase toda a população brasileira era contrária à escravidão e a folha se posicionava ao lado desta imensa maioria e em nome de sua dignidade combatia os assomos abolicionistas. No mesmo artigo Amaro Nogueira apresenta nova argumentação que justificava o prolongamento do regime escravo no país. Pois alegava que o escravismo no Brasil não era um regime tão violento e insuportável se comparado com o passado escravista dos Estados Unidos e com a situação do proletariado na Europa contemporânea, a condição do escravo no Brasil ainda era vantajosa:

“Sempre melhor pensado e menos desprezado entre nós que nos Estado Unidos e colônias européias, tem o escravo melhorado cada vez mais de condição (...)”.

“Acrescentaríamos que dentre os senhores, uns – e esses formam a maioria – consideram os escravos como pessoas da família, pensam-no, senão com amor, com humanidade, principalmente nas moléstias, quando em geral são objeto de mais desvelos que as pessoas da classe pobre; a que o liberto pertenceria amanhã; outros – e esses em honra do caráter nacional o declaramos, formam a minoria – esses menos humanos ou polidos não deixam, contudo de zelar do escravo, ao menos – é duro dizê-lo -, como mercadoria, como qualquer outro objeto de sua propriedade”.

“Volvendo depois os olhos para essa Europa (...) veríamos o proletariado a debater-se nas ânsias da fome e das privações, no meio da abundância promovida por uma indústria adiantada (...) lívidos que habitam as vielas de Londres e das outras capitais do velho mundo a incubar a revolução contra a tirania do capital e uma ordem social que a mantém, a espera do dia da subversão total, já anunciada pela *Communa*, pelas contínuas greves de operários, e preparado pela *Internacional*, pelo *Nilismo* e outras sociedade secretas”.²²⁹.

²²⁸ Idem, ibidem.

²²⁹ Idem, ibidem.

Neste trecho ficam nítidas duas questões presentes na mentalidade da elite proprietária do período, primeiramente a necessidade de tratar com benevolência o escravo para evitar revolta. O escravo nacional era apresentado como membro da família do senhor e assim sendo a paz reinava nas lavouras. Em outros artigos o *Baependiano* reforça esta mesma idéia de benevolência do regime servil nas terras brasileiras e até mesmo no seio da família Nogueira prevaleceria esta máxima, pois quando morreu uma tia do proprietário, Maria Magdalena Nogueira, em homenagem a esta senhora foi relatada parte de sua vida, passada nas lavouras da família, onde a mesma “era também mãe de seus escravos!”²³⁰.

Por esta senda viria a concluir em 1888: “era entre nós a escravidão, antes uma instituição familiar que outra coisa, muito diferente do que ela foi em outros países”²³¹. Portanto, para este grupo de proprietários a escravidão no Brasil caracterizava-se como um regime distinto de qualquer outro país, pois aqui prevaleciam a cordialidade e o tratamento respeitoso entre senhor e escravo. Esta condição excepcional do caso brasileiro, de acordo com os liberais de Baependi, permitia a manutenção do regime escravista por mais algum tempo até sua extinção natural.

Outro aspecto a ser ressaltado no artigo acima é quanto ao risco da organização do trabalho livre se aproximar do modelo europeu, no qual idéias socialistas ameaçavam a propriedade e a ordem nacional. Acreditavam que o estado de privação, imposto à considerável parcela da população nacional, alimentaria as idéias de revolução e reviravoltas sociais, portanto fazia-se necessário um decisivo encaminhamento das questões do trabalho para não ameaçar o *status quo* imperial.

Para o *Baependiano* o escravo estava em melhores condições que o proletariado europeu, pois “o escravo tem, ao menos, em segurança o que lhe falta em dignidade e pode, ao contrário do proletário, encarar sem empalidecer o dia de amanhã”. Mas reconhecia que esta situação não era a ideal e assinalava a necessidade de algumas mudanças. A condição do escravo era apresentada como má fisicamente e péssima sob o aspecto moral devido à privação da liberdade a que os cativos estavam sujeitos. O periódico reconhecia que a escravidão era um mal, mas se questionava, como fazer esse mal desaparecer. Preocupava-se, sobretudo, com o modo de extinguir a escravidão no país sem gerar a desordem e salientava que neste aspecto se dividiam as opiniões no

²³⁰Idem, 02 de julho de 1882 p. 2.

²³¹ Idem, 20 de maio de 1888. p. 1. “A Redenção”.

país, de um lado os emancipacionistas, serenos e justos, e de outro a anarquia abolicionista²³².

O periódico deixava clara sua posição contra a escravidão, mas admitia que a questão inspirava cautela. Ao longo da década de 1880 continuou sua campanha contra o abolicionismo e a favor da emancipação lenta e gradual, combatendo o discurso abolicionista considerado exagerado, imprudente, incompleto e contrário à razão:

“O que querem eles? (os abolicionistas)” De que maneira levam sua propaganda?”;

“Interessam-me – isto é belo e nobre – por infelizes que sofrem em uma terra opulenta dos dons da natureza, e querem melhorar sua sorte. Repetimos, isto é belo e nobre, digamos mais, é cristão”.

“Há no país indivíduos privados de um dos mais sagrados direitos do homem, da liberdade, querem restituir-lhes esses direitos, querem emancipar os escravos”.

“Mas como? Por que meios? Ou, antes, ainda nada se fez no Brasil por esses infelizes e a tarefa vai agora começar? **Se fordes a destruir com muita violência o mal, não podeis imprimir ao corpo social um abalo que produza piores resultados que o mal?**”²³³ (Grifos nossos).

Para o *Baependiano* e todos os emancipacionistas a causa da liberdade era justa, mas discordavam dos abolicionistas na forma de fazê-la, questionavam-se e não viam melhor resposta para a questão do que o tempo, pois a Abolição imediata seria inconseqüente e produziria grave crise social. Antes de tomar medida semelhante era necessário educar o trabalhador nacional, elemento vadio que deveria ser disciplinado e inserido no mercado de trabalho, enquanto a vadiagem era tida como “infecção terrível” que deprimia e solapava a moral e o direito da sociedade:

A solução para a questão do trabalho imbricava com o ensino. O periódico assinalava a premência de educar o trabalhador nacional tanto para a economia como para a política. De acordo com a opinião do *Baependiano* o nacional era carrasco e vítima da ociosidade e, portanto, se tornava elemento central na solução do problema. Amaro Nogueira temia o ócio, pois este somado a fome e ao frio, que também assolavam a população brasileira, levavam-na a prática da “ladroagem e do assassinato”²³⁴.

Para tais males a imigração estrangeira foi aventada como grande solução. Em diferentes momentos a introdução de imigrantes foi apresentada como principal saída da crise, pois resolveria os problemas de todas as “esferas da atividade social” e se

²³² Idem, maio de 1880 p.1. “Os Abolicionistas do Brasil e a Classe dos Lavradores”.

²³³ Idem, 12 de junho de 1886. p. 1. “Organização do Trabalho”.

²³⁴ Idem, 23 de abril de 1879. p. 3. “Colonização”.

constituiria em nova arma contra a campanha abolicionista. Por algum tempo a imigração foi defendida como solução única pelo Baependiano para minorar a falta de braços para a lavoura. O trabalhador europeu era visto como um elemento étnico que traria aprimoramentos para a raça nacional e, pelos hábitos do trabalho regular, estimularia a concorrência melhorando os milhares de braços nacionais, repelindo o estado de barbárie em que viviam²³⁵. A folha de Baependi fazia o convite: “Venham estes bons hóspedes, que cedo se tornarão nossos compatriotas e colaboradores da felicidade e grandeza do Brasil”²³⁶.

No que tange à imigração a província de São Paulo surgia como grande exemplo a ser copiado:

“O exemplo dos paulistas deve despertar nobre estímulo em nós mineiros, que devemos sair de nossa apatia em matéria de imigração e, por meio dos poderes provinciais ou da iniciativa particular, cuidar, enfim, de atrair para nós parte da imigração ariana que com razão volve os olhos para a América do Sul.” (...). “Minas oferece condições iguais, senão superiores as de S. Paulo (...). A província de S. Paulo esta posta neste caminho com providência que lhe encalça o merecimento da iniciativa. É exemplo para imitar!”²³⁷.

Com o tempo novas medidas eram incorporadas ao discurso imigrantista de Amaro Nogueira para solucionar o problema da mão-de-obra, como o aproveitamento do abundante braço nacional. Para discutir tais questões constituiu-se o *Club da Lavoura*, organização de alguns fazendeiros interessados em arranjar e encaminhar o suave término do escravismo na região:

“O problema da emancipação dos escravos encaminhar-se-á suavemente a sua solução com uma grande corrente de imigrantes, mas não entendemos que só o problema da emancipação deve ser resolvido somente pelo da imigração, e sim também pelo aproveitamento dos milhões de braços existentes no país – os agregados, os libertos e os indígenas”.

“Os libertos, pela execução da sábia disposição da lei de 28 de setembro, que os coloca sob a vigilância dos juizes de órfãos e os obriga a apresentar contrato de locação de serviços”.

“Os agregados, por lei de trabalho, pelo melhoramento da de locação de serviços, e pela adaptação, por parte dos fazendeiros, de um sistema de arrendamentos ou de parceria, em condições razoáveis”.

“Aqueles e estes, pela difusão da instrução que é também o melhor meio para empregar o aproveitamento do indígena.” (...)

“Como medida indispensável a ser tomada concorrentemente pelos poderes do Estado, notamos a organização de uma boa polícia, que não existe no país, e, para preencher bem os seus fins, deve ser paga e independente da política”.

²³⁵ Idem, 05 de julho de 1885. p.2. “Passagens a imigrantes”.

²³⁶ Idem, 17 de janeiro de 1886. p.1. “Imigração Alemã”.

²³⁷ Idem, 17 de abril de 1887. p.1. “Immigração”.

“A imigração contribuiria grandemente, é verdade, para tornar efetivas estas medidas relativas aos trabalhadores nacionais, estimulando-os pelos exemplos e pela concorrência dos trabalhadores estrangeiros, seria um grande auxílio para a solução do problema”²³⁸.

De acordo com o *Club da Lavoura* a cada segmento dos nacionais cabia um diferente posicionamento do Estado para “recuperá-los”. Assim, o liberto deveria ser colocado no mercado de trabalho e vigiado por juízes, o agregado readaptado à fazenda por meio do arrendamento ou de parcerias, o indígena aproveitado e catequizado. Todos deveriam ser disciplinados, educados e ficar sob a vigilância constantemente de uma polícia eficiente. Por último, o imigrante contribuiria com o bom exemplo de dedicação e estímulo ao trabalho.

Quanto à preferência do tipo de trabalhador a ser introduzido em Núcleos Coloniais, Amaro Nogueira menciona que a experiência e o costume dos nacionais nas terras da região conferiam vantagens a estes, mas reconhecia a superioridade das raças estrangeiras e por isso também deveriam ser utilizados. Portanto, o modelo mais justo e correto seria as colônias mistas, pois os nacionais muito já tinham feito pelo país e para serem mais bem aproveitados cabia ao Estado oferecer vantagens como as que vinham sendo concedidas aos estrangeiros.

Segundo a visão do Baependiano a constituição do nacional era vantajosa, pois ele se encontrava adaptado ao meio em que vivia e estava ciente de todas as intempéries do clima nacional, além de dominar todas as práticas agrícolas. Enquanto o estrangeiro chegaria como “um elemento de aperfeiçoamento da raça”²³⁹, este traria consigo a preciosa civilização e sob os aspectos material, intelectual e moral era preferido ao trabalhador nacional. Portanto, a conciliação de estrangeiros e nacionais em uma única colônia passou a ser arquitetada como sistema favorito e também mais justo, por não descartar a experimentada mão-de-obra nacional que tanto já fizera pelo país, “carregando o ônus público” há muito tempo. Amaro Nogueira, convicto imigrantista, reconhecia que até então muito tinha sido feito pelos estrangeiros e agora era preciso fazer o mesmo pelos nacionais pobres. Assim, o estrangeiro aperfeiçoaria a raça brasileira e serviria de exemplo ao nacional que não seria mais de todo descartado, pois sua experiência também contribuiria para levar a ordem e o progresso ao país, de acordo com o discurso positivista da época.

²³⁸ Idem, 05 de junho de 1884. p. 2. “O Club da Lavoura”. Vale ressaltar que a idéia de absorção do braço nacional só foi incorporada ao discurso liberal tempos depois de muito insistir na imigração estrangeira como solução única.

²³⁹ Idem, 10 de agosto de 1879. pp.1-2. “A Colonização em Minas”.

Mas com a Abolição consolidada, em maio de 1888, não sobrou alternativas ao Baependiano senão mostrar-se satisfeito com relação a alguns aspectos da Lei Áurea, como a ausência de conflitos no processo e a libertação de mais de 600.000 cativos.

“Nesta data gloriosa, que assinala um dos grandes atos de nossa vida de nação (...) a lei redentora que restitui ao direito comum fração considerável da população do Império, até então dele excluída, e a faz participar dessa liberdade de que goza a maioria da população”. (...) “Justo regozijo, na verdade, porque este fato, cujas glórias cabem a toda nação, que para ele concorreu, eleva-nos e notabilita-nos (sic) na consideração do mundo”²⁴⁰.

2.2.1.2: Atropelados por uma pedra: discursos pela indenização aos proprietários.

Terminada a questão da Abolição iniciou-se nova contenda. Depois do “justo regozijo” que a Lei Áurea proporcionou à população, o Baependiano chamava a mesma à reflexão. Afirmava ser necessário discutir ações que já deveriam ter sido tomadas pelo governo antes da Abolição, mas que, no entanto, permaneciam intocadas no país. O periódico se referia às medidas que melhorariam a vida da “classe pobre”, já que os escravos passariam a compor esta classe. A discussão deste tema, por sua vez, envolvia algumas outras questões, quais eram: a educação pública, as leis do trabalho e a reorganização policial.

No entanto, o posicionamento do periódico diante de todos esses temas tocava sempre no mesmo obstáculo: a necessidade de indenização aos antigos proprietários. A folha entrou em renhida disputa pelo direito dos proprietários de escravos serem ressarcidos pelo governo, resultando na publicação de vários artigos publicados ao longo dos meses de maio e junho de 1888.

O teor destes artigos partia do reconhecimento da necessidade do fim do escravismo, passando pelos riscos econômicos e sociais que uma abolição imediata e intransigente acarretava para o país, e da necessidade de indenizar os proprietários, classe injustamente espoliada com a promulgação da Lei Áurea.

“Desejamo-la (abolição) como todos, ou quase todos os brasileiros, éramos do número dos que a queriam com menor abalo possível para nosso organismo social e econômico, sobretudo, a queríamos sem ofensa das leis” (...). “A emancipação para nós era, segundo a imagem estafada, mas apropriada, a pedra que começara a rolar da montanha e que continuaria no seu caminho a despeito de tudo por força das leis naturais, que aqui eram, digamos, a consciência nacional”.

²⁴⁰ Idem, 30 de maio de 1888. p.1. “A Redenção”.

“Foi ela, é sempre bom recordá-lo, que fez a grande obra, e é a nação que cabem as glórias do feito, e não alguns agitadores, que poderiam fazer alguma coisa, que poderiam mesmo fazer muito, mas não poderiam conseguir tudo”²⁴¹.

Mesmo após a Abolição concluída o periódico lembrava o seu ponto de vista: defendera a emancipação com o menor abalo social e econômico possível e não aprovava a maneira como a Lei Áurea fora elaborada e promulgada, considerando-a prematura. A tese emancipacionista não fora esquecida, pois, segundo a folha, representava a consciência nacional que aos poucos iria se desenvolver, tornando desnecessária qualquer antecipação do Estado. Por último faz questão de ressaltar que a vitória fora de toda nação, recusando-se a reconhecer vitória a seus rivais abolicionistas, simples “agitadores”.

O descontentamento com a Abolição sem indenização, mesmo com o reconhecimento tácito do governo, segundo a visão do Baependiano, culminaria em um movimento de despertar dos fazendeiros, agora unidos, que poderia abalar as bases do Império. Este é o principal mote do artigo “O Despertar”, de 16 de junho de 1888. Publicado ainda no alarido dos acontecimentos:

“Cremos também interpretar a opinião geral do país, dizendo que a emancipação, não se deveria fazer sem indenização aos ex-senhores, pois propriedade legítima ou não, sob o ponto de vista do direito natural, o escravo era entre nós uma propriedade legal, reconhecida pelo Estado, que não só a taxava, permitia sua transmissão por meio de instrumentos e ofícios públicos”. (...) “A nação brasileira para praticar o belo ato que praticou e que tanto a enobrece, não precisava espoliar, umas províncias em benefício de outras, alguns particulares em benefício da comunidade”. “Os poderes públicos, procedendo desta forma faltaram às tradições de honestidade e cumprimento de seus compromissos, de que nossos governos têm feito sempre”²⁴².

Portanto, o periódico considerou a abolição um atentado contra a propriedade privada pelo próprio governo. A promulgação da lei feria algumas províncias e prejudicava os proprietários. O Baependiano refutava o argumento contra indenização que dizia que a sociedade (incluindo não proprietários) não deveria pagar por usufruto de poucos. Portanto, segundo Amaro Nogueira, escravocratas não eram apenas os ex-senhores, mas toda a nação, que se beneficiou com o trabalho cativo durante muito tempo, e com a abolição os proprietários mereceriam uma justa indenização.

²⁴¹ Idem, 07 de junho de 1889. p.1. “Depois da Emancipação”.

²⁴² Idem, 16 de junho de 1888. pp.1-2. “O Despertar”.

“Sustentam que as vítimas do 13 de maio à devem ser indenizadas, basta-nos fazer notar que não participavam do trabalho escravo somente os que usufruíam diretamente – os senhores, e sim também todos os demais habitantes do império, não fazendo às vezes os senhores os mais bem aquinhoados da partilha”. (...)

“Segue-se que empregados públicos, escritores, negociantes e demais classes das referidas províncias (cafeeiras) e das outras, que toda a nação enfim, participava do trabalho escravo, e que por isso toda comunidade brasileira deve suportar o ônus da indenização, que de uma forma ou de outra, deve ser concedida aos espoliados”. (...)

“Os lavradores, a grande classe da nação, a parte a cuja quase revelia se decidiu o passo, desperta de seu torpor, deixam o isolamento de suas fazendas e congregam-se para concertar sobre a coisa pública.”²⁴³.

Com base nesta argumentação o *Baependiano* insistia na indenização aos fazendeiros, pois a Abolição teria sido feita à revelia deste grupo que se viu diretamente prejudicado em detrimento de outras áreas em que o trabalho escravo não era mais utilizado. Cabia à parte prejudicada despertar diante da injustiça.

No entanto, a partir de novembro de 1888, o periódico *O Baependiano* deixa de circular regularmente, alegando motivos de saúde e depois da morte de sua mãe, Amaro Carlos Nogueira só volta a editar o jornal em abriu de 1889, mas com números espaçados, sem a antiga pontualidade semanal. A folha se torna mais enxuta e até lânguida, deixa de abordar temas políticos com a mesma frequência de antes, mas quando os aborda é de maneira muito mais virulenta, diferente da ponderação que conseguia manter diante dos diferentes assuntos. Em seu último número, em 17 de novembro de 1889, anunciou a queda do Império sob o título de “*Revolução*”. Mas a despedida do periódico teria sido na primeira edição de 1889, quando Amaro Nogueira faz suas últimas críticas à Abolição e comenta a sua situação pessoal e a de seus leais leitores, os fazendeiros e lavradores:

“Para quem escreve estas linhas, o ano de 1888 foi verdadeiramente bissexto, pelo calendário e pela sorte que lhe trouxe, o que terá acontecido a muitos de seus leitores, que, de comum com ele, tiveram a sorte de que lhes fez a lei notável, que, para ser coberta só de bênçãos, e não também de algumas maldições, como infelizmente foi, bastava que os legisladores, ao confecciona-la tivessem mais em vista a observância da fé pública, e, sem demora, a acompanhassem das providências que ela reclamava”.

“Assim não aconteceu, e foi má a sorte da nobre classe, a que pertence o escritor por seu nascimento e pelos melhores de suas modestas posses e também faz parte a maioria dos leitores desta folha”.

“O que a todos nos reserva o novo ano?...”²⁴⁴.

²⁴³ Idem, 16 de junho de 1888. pp.1-2. “O Despertar”.

²⁴⁴ Idem. 21 de abril de 1889. p.1.

2.2.2: Os Republicanos Evolucionistas da Gazeta Sul-Mineira

A *Gazeta Sul-Mineira*, periódico republicano e abolicionista, tinha por hábito dirigir-se diretamente a seus interlocutores, e assim percebemos a quem a folha pretendia atingir, seu único alvo eram os fazendeiros do Sul de Minas. Seus redatores, Thomaz Delfino e Américo Werneck, e seu proprietário e gerente, Francisco Bressane, eram fazendeiros que tiveram relativa ascensão política com a queda do Império²⁴⁵ e tentaram constantemente assumir posição de liderança diante dos seus leitores proprietários.

O escritório sede da Gazeta estava localizado em São Gonçalo do Sapucaí, importante centro republicano da região. A circulação da folha perdurou de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1888, embora não contemple um período tão longo quanto o Baependiano, compreende o auge da crise no mundo do trabalho e a conseqüente abolição da escravatura. Mesmo com esta curta duração foi possível observar alterações profundas na posição do periódico e do grupo por ele representado quanto à transição da mão-de-obra.

A *Gazeta Sul-Mineira* fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados:

“Tanto faz se liberal ou conservador, todos são gastos e surrados, (...). Tal situação se repetirá até que um último e formidável pontapé popular ponha toda essa vergonha monárquica longe da terra brasileira”²⁴⁶.

A *Gazeta Sul-Mineira* era dirigida por um grupo que se auto-intitulava *Republicanos Evolucionistas* e para fazer parte desta facção exigiam-se alguns atributos. Os principais aspectos e idéias dos republicanos evolucionistas, segundo a visão dos próprios, são apresentados no artigo “Republicanos Evolucionistas”, de 04 de outubro de 1885. Vejamos estes aspectos para em seguida nos determos ao seu posicionamento quanto às mudanças no mundo do trabalho.

O primeiro alvo dos republicanos evolucionistas eram personalidades republicanas que assumissem qualquer cargo ou função no Império, pois isto era visto

²⁴⁵ Bressane e Werneck se tornariam prefeitos de Belo Horizonte, Werneck com um curto mandato em 1898 e Bressane de 1902 a 1905. Enquanto Delfino se elegeu senador para o mandato entre 1896 a 1906 e Deputado Federal nos mandatos de 1894-1896 e 1912-1917.

²⁴⁶ *Gazeta Sul-Mineira*, 30 de agosto de 1885. p.1. “Os que sobem e os que descem”.

como ato de covardia e interesse político. A principal característica que habilitava um republicano evolucionista era o seu desprendimento, verdadeiros mártires patriotas, abriam mão de seu futuro político pela bandeira republicana. Esta idéia é repetida constantemente no periódico.

O grupo dos Republicanos Evolucionistas também combatia os “evolucionistas teóricos”, estes eram em verdade monarquistas e escravocratas, que atrasavam o passo da verdadeira evolução.

No âmbito nacional tinham grande admiração por figuras como Campos Salles, Prudente de Moraes, Assis Brasil e outros republicanos históricos. Eram vinculados artigos sobre estas personalidades nos quais os editores não poupavam elogios a tais personagens. Em um exemplo, de 06 de setembro de 1885, Prudente de Moraes era apresentado como futuro Presidente da República e os editores enalteciam seu caráter “uma figura republicana, séria, enérgica, firme, ativa, convicta, bondosa, regular, democraticamente bela e nobre”. Enquanto “imperador é... inversão de tudo! ²⁴⁷”. Também era de praxe a vinculação de artigos assinados por estas lideranças nacionais no jornal, a maioria deles fazendo propaganda republicana.

Acreditavam que o movimento republicano evolucionista deveria fazer a ascensão republicana, doutrinar o povo, combater e enfraquecer a monarquia e trabalhar pela democracia. Também se chamavam de “Republicanos Intransigentes”, por sua ânsia e peleja incessante para atingir a democracia. Confiavam fazer uma evolução “prática, sistemática, real e contínua” ²⁴⁸ na sociedade brasileira.

Visto quem eram os Republicanos Evolucionistas, sua ideologia política, aliados e opositores, analisaremos seu posicionamento diante das questões do trabalho.

2.2.2.1: Visão do trabalho

Dois momentos com grande diferença de posicionamento marcam a posição da Gazeta Sul-Mineira quanto ao trabalho, apesar do curto período de análise. Em um primeiro momento o nacional era visto como elemento desordeiro e causador do atraso do país, enquanto o trabalhador imigrante viria como grande solução para os problemas da mão-de-obra. Em um segundo momento o nacional é resgatado e algumas ressalvas são feitas à imigração européia. Essa transformação na opinião da Gazeta é uma

²⁴⁷ Idem, 06 de setembro de 1885.p.2. “O Futuro Presidente da República”.

²⁴⁸ Idem, 04 de outubro de 1885.p.1. “Republicanos Evolucionistas”.

tentativa nítida de agradar o maior número de proprietários, classe que a folha acreditava “doutrinar” através dos discursos que vinculava.

A Gazeta também oscilou quanto à abolição da escravatura imediata e uma emancipação rápida, com um curto período de adaptação para que os proprietários pudessem se organizar. Fato é que apesar de possuir um discurso radical, os editores da Gazeta eram grandes negociadores e à medida que um artigo polêmico era publicado, seguiam-se artigos mais contidos, justificando as idéias anteriores e contemporizando as mesmas de acordo com as críticas recebidas.

2.2.2.2: 1º Momento: Radical e Intransigente

Para os Republicanos Evolucionistas da Gazeta Sul-Mineira o trabalhador nacional era um desordeiro, embrutecido pela escravidão. Em suas páginas, semanalmente, se apresentavam notícias de valentões e vadios que desafiavam a ordem. Um exemplo foi o caso de Vicente Canhanga, um nacional do povoado de Santa Luzia, que “constantemente faz bravuras, provocando desordens e pondo a povoação em sobressalto”. Embora não exista a acusação de qualquer crime cometido por tais “desordeiros” os editores assinalavam que para manter a ordem a lei deveria ser respeitada, mas cabia principalmente aos fazendeiros, os “homens honestos” da sociedade, não consistirem que vivessem em suas fazendas e casas esses desordeiros, mesmo se agissem de forma regular dentro das mesmas. Cabia ao homem honesto “esmagar o germe dos bandidos e turbulentos”²⁴⁹.

Por outro lado, a abolição era anunciada como algo certo, conquista que não demoraria muito mais tempo, semanalmente estampavam-se notícias de seu avanço pelo Sul de Minas, narrando entregas de cartas de alforria seguidas de grandes comemorações, diferente de outros jornais da região que negaram a abolição até sua véspera:

“Por ocasião da entrega de três cartas de liberdade a escravos seus, fez o nosso distinto amigo Sr. Procópio de Azevedo, abastado fazendeiro deste município, uma brilhante festa em sua fazenda – Santa Clara. Nesta ocasião efetuaram-se nove casamentos de escravos desse nosso amigo, e foi servido lauto jantar a que concorreram perto de 200 escravos”.

“Assistiram a festa algumas pessoas grandes desta cidade e das freguezias vizinhas”. (...) ²⁵⁰.

²⁴⁹ Idem, 09 de maio de 1886, p.3. “Desordeiro”.

²⁵⁰ Idem, 11 de julho de 1886. p.3. “Grande Festa”.

Nas folhas da Gazeta Sul-Mineira, sob o lema: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara”²⁵¹, as idéias republicanas e abolicionistas eram apresentadas com evidente associação. Para os republicanos evolucionistas os problemas da transição da mão-de-obra e da abolição seriam rapidamente resolvidos se o governo central conferisse plenos poderes às províncias para que cada uma decidisse o que lhe fosse melhor. No caso mineiro a Gazeta assinalava que deveria se dar a Abolição Imediata.

No artigo “A Abolição e o Sul de Minas”, de 21 de novembro de 1886, apesar de seu título, a abolição e o elemento servil são pouco citados, pois o mote do artigo é apregoar a imigração em grande escala para a região, enquanto são ressaltados exemplos de outras províncias que adotaram o sistema de introdução de imigrantes e estavam obtendo excelentes resultados. Enquanto no Sul de Minas, “onde a população escrava é enorme”, nada se fazia para suavizar os efeitos da “pavorosa crise”, conseqüente à abolição do elemento servil, cumpria ao governo provincial adquirir terras férteis próximas às estradas de ferro e dividi-las entre imigrantes, e precavia: “Não se iludam por mais tempo os proprietários de escravos, a abolição será dentro em breve um fato consumado”²⁵².

Para este periódico as promessas imigrantistas soavam como fim do problema da mão-de-obra escrava e início de uma nova era de prosperidade. Com o trabalho imigrante o Sul de Minas aumentaria sua produção e conheceria um farto desenvolvimento, assim que medidas semelhantes à de outras províncias, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul, entrassem em execução na região, devido suas características geográficas e naturais positivas o resultado seria ainda mais profícuo no Sul de Minas.

Na mesma página, ao lado deste artigo (Abolição e o Sul de Minas), outro item também nos chamou atenção, um longo texto engrandecendo o trabalho perguntava aos seus leitores qual era a palavra de três sílabas que exprimia a honra, a independência e a glória. O artigo se intitulava “Trabalho” e nele o ato de trabalhar era dignificado, incentivado e engrandecido. Em suas linhas o trabalho era tido como responsável pela felicidade de todos os homens e capaz de transformá-los em excelentes cidadãos. O trabalho era descrito como aquele que afugenta a miséria e alegra o espírito, e o ócio

²⁵¹ Idem, 16 de maio de 1886. p.1. “Abolição do Elemento Servil”.

²⁵² Idem, 21 de novembro de 1886. p.1. “A Abolição e o Sul de Minas”.

considerado como “o gérmen de todos os vícios”²⁵³. O conagraçamento dos temas Abolição e Trabalho lado a lado sugere o desenvolvimento do capitalismo na região, com um sistema em que o ato de trabalhar era mal visto e desprestigiado, se esgotando, e iniciando assim uma nova era na qual o trabalhador se torna o verdadeiro cidadão e homem honrado.

Mas a Gazeta continuou, por mais algum tempo, engrandecendo o trabalho imigrante em detrimento do escravo, sem se manifestar quanto ao aproveitamento do nacional, até aqui apresentado apenas como elemento desordeiro:

“Lembramos a necessidade de se fundar, próximo à estrada do Rio Verde (Minas e Rio), pelo menos um núcleo colonial que sirva de exemplo fecundo aos nossos concidadãos, iniciando uma nova era de atividade industrial, e provando com fatos a diferença profunda, radical, enorme entre o trabalho estúpido do escravo e o trabalho inteligente do colono. O trabalho do primeiro é o de um homem revoltado, descontente com a sua sorte, inimigo da plantação, viciado desde a infância, indiferente aos interesses do proprietário”. “O trabalho do segundo é o de um cidadão dignificado pela liberdade, alegre, satisfeito em sua vida laboriosa, cercado pela família, cheio de ambições nobres, educado nos centros industriais dos países adiantados, com mil aptidões diversas, sabendo tirar vantagem da terra e dos instrumentos agrícolas. Um é a rotina e o outro é o progresso”. (...)
“A ação do governo tem de ser forçosamente limitada (...); é principalmente a iniciativa dos proprietários de terras que esta ligado o grande problema da transformação do trabalho”²⁵⁴.

A imagem do imigrante volta a ser a do “exemplo fecundo”, que colaboraria na transformação do nacional, e sua vinda era fundamental para que a mão-de-obra do país pudesse se adaptar aos novos tempos e afastar do trabalho revoltado e descontente dos escravos. Assim produções do Sul de Minas só ganhariam com a mão-de-obra estrangeira. No que tange a participação do governo, esta deveria ser limitada, cabendo aos proprietários tomar frente e atrair a corrente de imigrantes que a região carecia. Ponto de vista que os grandes fazendeiros não comungavam com a Gazeta Sul-Mineira e a partir de então algumas transformações são observadas no discurso do periódico diante do afastamento dos proprietários.

A Gazeta desenvolveu verdadeira campanha pela imigração, empenhando-se em uma propaganda para convencer os fazendeiros das vantagens da utilização da mão-de-obra estrangeira, em detrimento da nacional. Anunciava ser possível conseguir o pagamento de passagens pelo governo, portanto, bastava o proprietário atrair da Europa o trabalhador “habilitadíssimo”, conforme seu tipo de cultura. A sociedade Central de

²⁵³ Idem, 21 de novembro de 1886. p.1. “O Trabalho”.

²⁵⁴ Idem, 28 de novembro de 1886. p.1. “Immigração”.

Imigração, estabelecida na Corte, prestava “patrioticamente” os dados e conhecimentos precisos para empregar colonos estrangeiros. Assim a folha via os estrangeiros, em especial os italianos:

“Existe no Piemonte, na Lombardia, e em geral no norte da Itália uma população laboriosíssima, e acostumada aos rudes trabalhos da agricultura. Inteligentes, honestos, sociáveis, enriquecidos de predicados que honram a pátria de Dante e Garibaldi, falando numa língua harmoniosa, parecida com a nossa. Tais são os homens que melhor se adaptam ao nosso clima, aos nossos hábitos e aos gêneros de cultura próprios do sul de Minas. Graças a eles, o brasileiro ficaria conhecendo o que ignora até hoje: os imensos recursos de nosso solo, que facilmente remunera o trabalho bem dirigido; graças a eles, a cultura da vinha, do trigo e do arroz, à que as nossas terras se prestam admiravelmente, tomarão decidido impulso”.

“Em uma palavra, amigos da Itália, a terra da arte, onde predominam as idéias nobres, o amor à liberdade, as aspirações da democracia, as tendências generosas do espírito humano (...). Somos pela imigração italiana sem reservas, sem preconceitos, sem temor algum, seguros das imensas vantagens que colheria o Sul de Minas em todos os ramos da atividade social”.

“Que venha esse sangue novo, dez mil italianos pesarão mais na nossa balança comercial do que 100 mil trabalhadores nacionais, educados na indolência e no vício”²⁵⁵.

A intenção do periódico é convencer os fazendeiros das vantagens da mão-de-obra italiana, “inteligentes, honestos e sociáveis” trariam grande benefício à região com a superioridade de seu trabalho e com a produção de novas culturas. Sequer a língua estrangeira seria um entrave para impossibilitar o sucesso da imigração. Portanto, para o periódico, a imigração e a conseqüente europeização consistiam em verdadeira via regenerativa, uma empreitada racialmente seletiva para melhorar a mão-de-obra no Sul de Minas e colocar fim ao período escravista. Esta argumentação consiste em verdadeira propaganda interna para convencer proprietários que, em sua grande maioria, se mostravam pouco interessados no oneroso sistema de introdução de imigrantes.

Por outro lado, a conclusão a que chega o artigo, extremamente desfavorável aos nacionais, não estava em acordo com o que se passava nas fazendas. A entrada de imigrantes ainda era pouco significativa na região, os proprietários se mantiveram obstinadamente no escravismo e quando este se mostrou sem futuro os fazendeiros tentaram manter os ex-escravos em suas terras. A Gazeta Sul-Mineira ainda não tinha tomado conta deste fato, mas seu posicionamento começa a mudar a partir da publicação do artigo “Colonização”, de 19 de dezembro de 1886, que, embora ainda

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

insista na vinda de imigrantes, começa, ao menos, a justificar a inferioridade da mão-de-obra nacional, para em seguida recuperá-la:

“Os nacionais, educados na escola da barbárie e embrutecidos no trabalho irracional, não têm o vigor necessário para repelir o desânimo, para arcar com a [?], uns, a maior parte talvez, entrega-se a mais completa inação, e outros, sem esperanças, voltam-se a um estado inglorioso (sic), o braço escravo vai sumindo sensivelmente, e é preciso que todos se convençam de que a um brado a escravidão desaparecerá imediatamente”. (...)

“Tratemos de preparar terreno, tratemos de atrair os imigrantes, preparemos a pátria (...). Precisamos de braços livres, precisamos de cidadãos inteligentes e laboriosos, que por meio do trabalho racional e de sistemas aperfeiçoados venham explorar e desenvolver as artes e a indústria, que a rotina e o preconceito tem aniquilado”.

“Desenvolvamos a propaganda da imigração, sigamos os passos das províncias de São Paulo, Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. É mister nos convenceremos de que o progresso material do nosso país depende do trabalho livre, da colonização européias, do concurso desses homens laboriosos e adiantados, que virão trazer a disciplina e o bom exemplo de trabalho aos nossos patrícios, que virão levantar do abatimento mais profundo este vasto Brasil envilecido pela instituição negra”.²⁵⁶

Embora ainda temesse pelo estado de atraso e apatia quanto à introdução de imigrantes e à indiferença do governo provincial que poderia custar caro à província e à região “tão rica em recursos”, a vinda de imigrantes era essencial para o desenvolvimento do Sul de Minas. Além de ajudar no incremento da agricultura, resgataria a mão-de-obra nacional da brutalidade e da irracionalidade. O nacional deveria ser disciplinado pelo exemplo do trabalhador europeu e juntamente com o estrangeiro construiria a prosperidade da região.

Recuperado o nacional, faltava a *Gazeta* explicar tamanho favorecimento ao trabalhador estrangeiro, que ainda não vinha para a região em grande número devido ao grande custo. Sua posição radical quanto à abolição imediata também começava a sofrer alterações:

“Quem combate **os grandes preconceitos a vencer na propaganda do trabalho livre, a imensa tática de que precisa usar o jornalista para tornar simpáticos certos princípios econômicos, que os proprietários agrícolas repelirão desde logo sem maior exame**, se não se conseguisse prender o seu espírito a meditação; quem esta a par da [?] provinciana em assuntos de imigração, não estranha as preocupações, postas em jogo, para levar o espírito dos nossos proprietários a interessar-se por uma medida de que depende a salvação de suas fortunas”. (...). (Grifo nosso).

“É mister não negar toda a nobreza dos meus compatriotas, já acabanhados de tantas dificuldades, de tantos desgostos provenientes do atual estado da coisas. Cumpre distinguir entre um eito de escravos, trabalhando

²⁵⁶ Idem, 19 de dezembro de 1886. p.1. “Colonização”.

forçosamente, em constante revolta contra a tirania dos senhores, e um núcleo de homens livres que, sem constrangimento, trabalham para si, alugando voluntariamente os seus serviços a patrões, que procurarão trata-los bem, se não quiserem correr o risco de vê-los despedindo-se”²⁵⁷.

A *Gazeta* tomava uma postura defensiva, justificando a exacerbação com que descrevera a superioridade da mão-de-obra do estrangeiro devido sua missão de guiar os fazendeiros. Para convencê-los precisava lançar mãos de muitas “táticas de jornalista”, para salvar os interesses e “as fortunas” dos lavradores, pois estes obviamente nada sabiam devido à sua mentalidade “provinciana”. Portanto, cabia ao periódico levar aos “espíritos” dos proprietários as práticas mais modernas e salutaras à grande lavoura, mesmo que para tanto precisasse exagerar nos atributos conferidos aos trabalhadores imigrantes para convencer a elite proprietária. Os editores fazem questão de mencionar a grande diferença entre um grupo de trabalhadores escravos e outro imigrante, acreditando que o segundo, muito mais satisfeito, desempenharia melhor suas atividades.

De acordo com a *Gazeta* a imigração estrangeira, embora onerosa, era a melhor saída para a crise da mão-de-obra. No entanto, a importação de trabalhadores estrangeiros desagradava os fazendeiros que a repeliam sem se quer examiná-la. Portanto era preciso ensinar-lhes a escolher qual a melhor mão-de-obra para momento de crise pelo qual passava a lavoura. Essa era uma das funções do partido republicano: devia “empenhar-se mais na educação política e na criação da consciência patriótica do povo”²⁵⁸. Tal postura denuncia o papel que o periódico acreditava possuir: o de conscientizar os fazendeiros e conduzi-los durante toda e qualquer escolha.

Na *Gazeta* também acompanhamos o caminhar da Abolição na região do Sul de Minas:

“O movimento (abolicionista) generaliza-se, apoiado pelos cidadãos de todos os credos políticos. Neste mesmo distrito, na Campanha e em Três Pontas, a luta se trava renhida, principalmente nesta última cidade, onde proprietários mal inspirados pretendiam atentar o partido redentor, sem ver o abismo que cavam aos seus próprios pés. Deploramos a cegueira daqueles nossos concidadãos. Assumindo uma atitude odiosa contra os seus próprios interesses, que supõem salvaguardar, eles irão cercar de riscos a sua propriedade e a própria família”.

“(…) Concidadão (escravocrata), (...) a vossa causa é insustentável, é uma causa agonizante, é uma causa perdida. Em vez de esgotardes os vossos esforços em tentativas inúteis de reação, tratai de transformar o trabalho, entrai em relações diretas com as sociedades promotoras de imigração, e com diminuto dispêndio terei qualquer número de trabalhadores livres, que virão

²⁵⁷ Idem, 26 de dezembro de 1886. p.1. “A Imigração e o Sul de Minas”.

²⁵⁸ Idem, 20 de março de 1887. p.1. “Política Republicana”.

iniciar em vossas fazendas os processos adiantados de cultura. O abolicionismo, aparentemente prejudicial, vos está prestando um serviço enorme (...). Lede, lede um pouco, acompanhai o movimento do século e não hesitarei em seguir os conselhos da prudência”²⁵⁹.

Além de adiantar o fim certo do escravismo, dirigia-se aos escravocratas, quase paternalmente, mostrando-lhes que era chegada a hora de investir em outra mão-de-obra. Mencionavam também o risco que a classe proprietária correria se insistisse no regime escravo, não só um risco de perdas econômicas no contexto de mudanças, mas também ameaças de violência contra suas famílias, reproduzindo a idéia do medo de revoltas por parte dos escravos.

No entanto, até este momento, a posição da *Gazeta* ainda se mostrava confusa, oscilando entre diferentes vertentes quanto à questão do trabalho, posição que a maior parte dos periódicos da região já havia decidido. Ainda titubeante quanto a qual corrente abraçar, a publicação de 03 de abril de 1887 é ilustrativa da sua indecisão. Neste mesmo número o periódico vincula notícias de um escravo que assassinou seu senhor em Santa Rita do Sapucaí²⁶⁰, de escravos que sofreram torturas de seus senhores desumanos em Itajubá²⁶¹ e comemorações de entrega de cartas de alforria em São Gonçalo do Sapucaí²⁶², todas essas notícias colocadas em uma única página, dispostas lado a lado.

Tal miscelânea de artigos não era comum entre os periódicos do Sul de Minas. Neste momento cada folha já tinha se posicionado quanto à transição da mão-de-obra e como a mesma deveria ser feita, a partir de então, só vinculavam artigos que pudessem corroborar com a posição escolhida. Mas a *Gazeta Sul-Mineira* demorou um pouco mais para se decidir.

2.2.2.3: 2º Momento: A posição dos Republicanos Evolucionistas

A partir de outubro de 1887 a *Gazeta* muda radicalmente alguns de seus posicionamentos, o nacional, até então perseguido, passa a ser visto como o injustiçado que deveria ser aproveitado e a imigração, proclamada como a salvação da lavoura, passa a ser vista com ressalvas. A Abolição deveria ser feita, não mais de forma imediata como defendera anteriormente, mas respeitando um curto prazo para os fazendeiros se organizarem.

²⁵⁹ Idem, 21 de agosto de 1887. p.1. “Abolição e Imigração”.

²⁶⁰ Idem, 03 de abril de 1887. p. 3. “Assassinato”.

²⁶¹ Idem, 03 de abril de 1887. p. 3. “Maltrato de Escravos”.

²⁶² Idem, 03 de abril de 1887. p. 3. “Libertações”.

Em 23 de outubro de 1887 os editores da Gazeta demonstravam a “conveniência de aproveitarmos os braços válidos e experimentados que temos no trabalho das fazendas”. Afirmando que o temor de os nacionais se juntarem em bandos de desordeiros era injustificado:

“Entendemos que as apreensões de que se acham dominados aqueles que acreditam que os escravos restituídos a liberdade – ainda mesmo pela generosidade dos senhores – não se sujeitarão ao trabalho, são destituídas de fundamento”.

“Os fatos têm provado que os libertos, salvo um ou outro caso isolado, longe de entregarem-se a ociosidade e aos vícios a que esta conduz o homem, têm, relativamente, sabido compreender a liberdade, pois vêmo-los (sic) por todo o país entregues ao trabalho, lutando pela vida e mais moralizados do que o eram quando escravos”.

“Não constituíram-se em quadrilhas ou deram em bandidos da pior espécie, como dizem muitos que eles se tornarão, se não forem votadas leis rigorosas que os obriguem ao trabalho”.

“Não somos contrários a tal medida, pelo contrário, achamo-la indispensável, mas entendemos também que a primeira das leis é a da necessidade, e o trabalho é uma necessidade para o homem. A liberdade virá trazer a esses infelizes embrutecidos no cativeiro a consciência dos seus direitos e dos seus deveres por meio da convivência social (...)”.

“Todas as vezes que observamos, com certo constrangimento, o entusiasmo de muitos que pedem à província dinheiro para a aquisição de trabalhadores livres com o fim de substituírem os escravos, notamos quanto vai falseada a solução do problema da libertação dos cativos na sua complexidade e interessando a questão econômica da transformação dos fatores da riqueza rural”²⁶³.

Apesar de reabilitar o nacional a Gazeta não abria mão de uma legislação rígida, que garantiria a manutenção do nacional preso ao trabalho. Acreditava que o homem que estivesse habituado ao trabalho não se entregaria à ociosidade desde que lhe fosse preciso trabalhar para manter a subsistência própria e da família.

Neste novo posicionamento os republicanos evolucionistas criticam o discurso “pronto e fácil” de substituição do escravo pelo colono imigrante, prática onerosa que vinha empobrecendo os cofres das províncias para introdução de avultado número de imigrantes. Seus gastos passaram a ser incessantes e desnecessários. Ou seja, a imigração, até então defendida com muita convicção, agora era apontada como uma solução falseada e o entusiasmo dos imigrantistas era pouco justificado.

Mudança tão abrupta justifica-se pelas graves alterações que também ocorreram ao longo do ano de 1887. Em Minas as leis que possibilitavam a entrada de imigrantes com ajuda do governo provincial estavam em andamento, mas não conseguiram resultados, os cofres federais se encontravam fechados para tais políticas e em São

²⁶³ Idem, 23 de outubro de 1887. p. 1. “Organização do Trabalho”.

Paulo a experiência imigrante começava a receber críticas devido ao seu alto custo e fracasso em experiências de parceria e colonato²⁶⁴.

Este contexto implicaria na mudança de posicionamento quanto ao braço nacional. Os editores do periódico estavam dominados pelo mau êxito da introdução de imigrantes e entenderam ser preciso não perder tantos braços válidos e experientes. Por último esta situação também afetava o discurso pela abolição imediata, pois a mesma, agora, deveria ser feita com respeito a um prazo mínimo para os proprietários se organizarem e prepararem suas lavouras para o trabalho livre.

A solução apontada pela Gazeta foi o aproveitamento do braço nacional, tema que o periódico começava a tratar semanalmente com a preocupação, que lhe é de praxe, de orientar, minuciosamente, os proprietários sobre como deveriam agir diante de cada tema, afim de “resguardar suas fortunas”. O aproveitamento do nacional também era questão polêmica e os proprietários deveriam seguir passo a passo as orientações da Gazeta Sul-Mineira para não enfrentarem problemas em suas fazendas no processo de substituição da mão-de-obra cativa pela livre:

“Não nos cansemos de aconselhar aos proprietários agrícolas que se utilizem dos atuais trabalhadores concedendo-lhes a liberdade com a obrigação de prestarem serviço dentro de um prazo curto e procurem prendê-lo e afeiçoá-lo ainda mais ao estabelecimento, por todos os modos que a experiência e a bondade lhes possam sugerir”. (...)

“Convém proceder habilmente, afim de ganhar a maior estima e confiança dos atuais escravos transformados em trabalhadores livres. Os fatos afirmam que a transformação é possível (...).”

“Não devem, porém, esquecer que, na realidade, no regime atual mesmo, as coisas estão mudadas. É preferível portanto, ir adiante da lei e fazer hoje, por livre deliberação, aquilo a que serão obrigados amanhã. No primeiro caso há uma concessão generosa que desperta gratidão, ou pelo menos um reconhecimento qualquer, mas cheio de benevolência. No segundo aparece a idéia de uma obrigação imposta pela lei e, conseqüentemente, afirmando um direito que se adquire em virtude da interferência dos poderes públicos”.

“As duas posições são bem distintas e delas nascem relações bem diversa. **Só por isso** a primeira é preferível”²⁶⁵.

Com a libertação anunciada, era melhor para proprietários concedê-la a seus escravos e ganhar a confiança dos mesmos e, desta forma, prendê-los ao trabalho da fazenda pelo sentimento de gratidão ao senhor que o libertou, antes que qualquer lei os obrigasse a fazê-lo. O periódico afirmava que o proprietário deveria conquistar a confiança de seus escravos e persuadi-los a permanecer em suas fazendas como

²⁶⁴ Ver: COSTA, E. V. op.cit.

²⁶⁵ Idem, 23 de outubro de 1887. p. 1. “Organização do Trabalho”.

trabalhadores livres. Prática muito comum na região, que demonstra que depois da abolição o trabalho nas lavouras continuou sendo feito pelos ex-escravos. As recomendações acima eram reforçadas pelo exemplo da província de São Paulo:

“As folhas de São Paulo trazem constantemente minuciosas notícias acerca da transformação do trabalho naquela prospera província, onde grande parte dos fazendeiros, compreendendo a necessidade de eliminação do trabalho servil tem dado liberdade condicional a seus escravos, por prazo curto, e procura por todos os meios – sem abalo para a lavoura – organizar o trabalho de acordo com as exigências do momento”²⁶⁶.

Como vimos, a *Gazeta Sul-Mineira* pretendia, constantemente, assumir o papel de líder na região, organizando os fazendeiros e instruindo-os sobre como fazer a substituição da mão-de-obra em suas fazendas e evitar abalos sociais e econômicos. Em novembro de 1886, por exemplo, tentou organizar uma reunião para tratar da troca da mão-de-obra, mas a mesma foi completamente desacreditada. Um ano mais tarde, quando um proprietário influente convocou reunião com o mesmo tema, a classe dos fazendeiros compareceu e deliberou sobre a libertação dos cativos na região antes de qualquer lei que os obrigasse, idéia que já era defendida pela *Gazeta Sul-Mineira* há algum tempo.

Nesta reunião, convocada pelo Sr. Coronel Francisco Machado de Rezende Alvim, no dia 15 de abril de 1888, na câmara municipal, os fazendeiros presentes deliberaram sobre a organização do trabalho livre e outras medidas necessárias à prosperidade do município, seguindo o exemplo de outras cidades do Sul de Minas que realizaram reuniões em datas bastante próximas. Todas elas chegaram ao mesmo resultado que a região de São Gonçalo do Sapucaí: a libertação dos escravos com respeito de um prazo de poucos meses para os fazendeiros se prepararem para a mesma.

Na ata da reunião os fazendeiros presentes se comprometiam a conceder liberdade imediata a todos os seus escravos até o dia 07 de setembro de 1888, não gozando, porém, deste favor, os escravos que fugissem, abandonando as fazendas ou seus senhores. Com isto, os fazendeiros tinham o objetivo claro de fixar os escravos nas fazendas. Desta forma era “resolvida à magna questão do elemento servil (...) sem convulsão perturbadora, sem sangue (...) entre as sublimes harmonias da liberdade e a divinal orquestra dos trabalhadores”²⁶⁷.

²⁶⁶ Idem, 23 de outubro de 1887. p. 1. “Organização do Trabalho”.

²⁶⁷ Idem, 19 de abril de 1888. pp. 2-3. “ATA DA REUNIÃO DOS FAZENDEIROS E MAIS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS DA FREGUESIA DA CIDADE DE S. GONÇALO DO SAPUCAÍ.

Setenta e seis proprietários assinaram a ata da reunião, libertando um total de 625 escravos²⁶⁸. No entanto, de acordo com estatísticas apresentadas pela própria Gazeta, entre 30 de março de 1886 e 30 de março de 1887 matricularam-se no município de São Gonçalo 2.254 escravos, sendo do sexo masculino 1.219 e do sexo feminino 1.035²⁶⁹. Mesmo se considerarmos que durante a lacuna de seis meses que separam as duas notícias e que mais libertações podem ter ocorrido neste período, dificilmente todos os proprietários do município compareceram a reunião de 15 de abril de 1888 e concordaram em libertar seus escravos, demonstrando que as opiniões dos fazendeiros do Sul de Minas permaneciam divididas quanto à transição da mão-de-obra.

²⁶⁸ Segue em anexo lista dos proprietários com maior número de escravos libertados (acima de dez).

²⁶⁹ Gazeta Sul-Mineira, 16 de outubro de 1887. p.3. “Estatísticas”. Segue em anexo demais dados sobre a população escrava de São Gonçalo do Sapucaí em 1886-1887.

2.3: Conclusão:

A emancipação antecipada no município de São Gonçalo do Sapucaí e adjacências demonstram a preocupação do Sul de Minas em ver resolvido o problema da mão-de-obra e em dar continuidade a suas produções, principalmente a cafeeira, sem maiores abalos econômicos ou sociais, aproveitando a abundante mão-de-obra nacional presente em Minas. Por outro lado vimos como as opiniões divergiram quanto à forma que a libertação dos cativos deveria tomar.

Neste capítulo procuramos evidenciar duas das condutas mais freqüentes na região, primeiramente salientamos a visão dos emancipacionistas, com a análise do periódico O Baependiano. Em seguida avaliamos as opiniões abolicionistas da Gazeta Sul-Mineira. Pesava na tomada de posição de cada periódico e grupo por ele representado a posição política de cada folha, a primeira era liberal e a segunda republicana.

Apesar da grande diferença nos discursos e posicionamento político, percebemos que muitas semelhanças existiam entre os dois pontos de vista. Ambos retiravam de periódicos paulistas grande parte de seus artigos e transmitiam as idéias ali presentes para a região sul-mineira, frisando as especificidades desta, como o clima e as condições econômicas da região. Mas o exemplo paulista era constantemente debatido e tido como modelo a ser seguido por Minas Gerais em especial pela região.

Por esta senda, a imigração ganhou forças em ambas as posturas analisadas nos periódicos do Sul de Minas: as duas folhas defenderam uma imigração européia volumosa que contribuiria com o avanço da região. Mas o alto custo de tal empreitada e o desinteresse dos fazendeiros com a mesma levou os periódicos do Sul de Minas a reformularem seus discursos, revendo o papel do nacional, até então visto como indolente, desordeiro e incapaz de se adaptar ao trabalho organizado que as grandes propriedades exigiam.

Neste momento de ruptura e reorganização social, o trabalho passou a ser dignificado e, quem o realizasse, no caso mineiro o trabalhador nacional, era valorizado na sua condição de trabalhador experimentado e acostumado com a lavoura. O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia pelo interior mineiro, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador.

Capítulo III: Um caso nada singular: a abolição antecipada em Itajubá

“É esta a história do Abolicionismo entre nós, como perpetuam e autenticam os fatos cronologicamente registrados pela imprensa local”²⁷⁰.

Neste último capítulo analisaremos as representações da transição da mão-de-obra no Sul de Minas pelo ponto de vista de um periódico liberal e abolicionista, *A Verdade*. Nos debruçaremos sobre um evento ocorrido na cidade de Itajubá, onde uma comissão, formada por membros da elite local, antecipou a libertação dos escravos no município e freguesias. A análise deste evento, nada singular na história do país, nos permite compreender o discurso e as estratégias da elite para impetrar a transição da mão-de-obra sem grandes abalos sociais e, principalmente, não prejudicando a colheita em suas lavouras. Aqui, faremos o esforço de identificar a ação dos cativos que participaram do processo, enfatizando o quão complexo era o mundo do trabalho neste momento de transição da mão-de-obra cativa para a livre. Assim, destacaremos a participação de pessoas comuns, que em seu cotidiano participaram de tão importante processo. E, diferente da abordagem adotada no capítulo anterior, no qual destacamos o posicionamento da elite política envolvida na edição dos periódicos analisados, neste capítulo apontaremos a participação de populares no mesmo processo, evidenciando que as questões acerca da transição da mão-de-obra não estavam somente nas mãos da elite, mas também eram negociadas cotidianamente com os trabalhadores.

O periódico, aqui abordado, teve seu escritório sede localizado na cidade de Itajubá e ao longo de sua duração, 04 de março de 1886 a 09 de maio de 1896 (apesar de nos concentrarmos no período escravista), desenvolveu intensa campanha pelo fim da escravidão no município, independentemente de qualquer decisão imperial ou provincial sobre o assunto, e obteve sucesso nesta empreitada. Embora não se trate de um evento singular na história do Brasil, pois emancipações similares ocorreram em todo o território nacional e até mesmo em algumas províncias do país a abolição foi decretada anos antes do 13 de maio de 1888, contudo, a análise deste evento nos permitirá desvendar alguns aspectos da transição da mão-de-obra no Sul de Minas e no país. Acreditamos, que o acompanhamento da questão nos revelará aspectos de fundamental importância para este trabalho, como as estratégias utilizadas para convencer o nacional

²⁷⁰ A Verdade, 23 de maio de 1888.

livre a continuar seu trabalho nas fazendas, a adaptação do mesmo trabalhador às novas condições de regime de trabalho, com a formação de novas condições contratuais (assalariamento, colonato, parceria, etc.) e a discussão no seio da própria elite, que utilizava diferentes táticas de convencimento para persuadir os demais fazendeiros proprietários de escravos a implementarem a transição, se antecipando à temida crise econômica e social.

Desta maneira, colocaremos a questão ocorrida em Itajubá sob dois prismas, quais sejam: o viés da elite envolvida no processo de concessão de alforrias antecipadas e os motivos que justificavam este ato, e o ponto de vista dos ex-cativos, que viveram este momento no município e foram beneficiados com a libertação antecipada. Acreditamos que ao nos atermos nestes dois pontos de vista revelaremos as variações entre o discurso que a elite vinculava em seus periódicos e a realidade vivida nas lavouras, averiguaremos ainda como a situação era complexa e que, embora os proprietários e fazendeiros pudessem crer, o controle das transformações no mundo do trabalho não estava apenas em suas mãos.

Neste último aspecto analisaremos a participação dos escravos no processo de conquista da liberdade adiantada, por meio indireto, já que no periódico são enfatizadas as ações da elite e das autoridades municipais envolvidas no processo, permanecendo os escravos a margem do mesmo, conforme a visão dos editores. Nas dezenas de artigos publicados a respeito, nenhum deles sequer menciona o que os cativos pensavam ou faziam sobre o assunto. Por esse motivo, faremos um esforço para perceber e apontar o papel dos cativos no processo, e a sua existência e negociações constantes nos servirão para assinalar como os mesmos contribuíram para a emancipação do município de Itajubá e freguesia meses antes da Abolição nacional.

Antes, vejamos as principais características e o discurso sobre a transição da mão-de-obra do periódico em análise, *A Verdade*.

3.1 Um grupo de fazendeiros abolicionistas e seu periódico: A verdade

A Verdade se proclamava um semanário imparcial e popular, e contava com um grande número de envolvidos na sua publicação. Além do proprietário da folha, Capitão Antônio José Leite e do diretor José Pinto da Silva, participavam das edições o gerente, José Ramos de Lima e diversos editores (Cel. Francisco Pereira Júnior, Christiano Pereira Brasil, Frutuoso Ramos de Lima e João Ramos de Lima). Todos os envolvidos eram proprietários de terras e escravos, com exceção dos membros da família Ramos de

Lima, que era uma conhecida estirpe de negociantes do município. É importante notar que quando foi constituída a Comissão Libertadora, quase todos os participantes da produção da Verdade também compartilharam dos trabalhos da citada comissão²⁷¹.

Assim, como nos outros periódicos analisados no segundo capítulo, a Verdade também se posicionou sobre todos os aspectos que envolviam as questões do trabalho, como a vinda de imigrantes, a condição do nacional, a ênfase no modelo paulista como paradigma, o papel da imprensa no processo, a “regeneração” do elemento servil e demais questões sociais.

Neste primeiro item, averiguaremos o posicionamento do periódico diante de tais questões, e em seguida nos debruçaremos na organização da Comissão Libertadora e suas realizações segundo o prisma dos proprietários envolvidos, para num último tópico discutir as omissões da folha quanto à participação dos escravos e libertos no processo, e o que podemos perceber a partir destas omissões. Acreditamos que a publicação de pequenos artigos, com pouca importância no corpo total da folha, possa ser muito significativa.

Embora a Verdade fosse um periódico liberal, evitava participar de questões específicas da política e apenas “engrandecia a hombridade” de alguns quando necessário, ou seja, camuflada por detrás da bandeira da imparcialidade, procurava ditar as decisões políticas a favor de seus aliados quando julgasse necessário. Prova da sua “pluralidade” partidária é a notificação de assuntos conservadores e a ligação dos editores com o importante fazendeiro conservador, presidente da câmara dos vereadores, Antônio José Rennó e outro afamado “saquarema”, João Carneiro Santiago Sobrinho. Até mesmo no momento de campanha política disponibilizava seu espaço para propaganda de anúncios dos três partidos, Liberal, Conservador e Republicano, medida que outras folhas com maior engajamento político não permitiam. Exemplo é a campanha para o senado ocorrida em agosto de 1888, quando figuravam lado a lado os pedidos de voto para os candidatos dos três partidos: Dr. José Cesário de Faria Alvim (Ubá); Conselheiro Carlos A. d’Assis Figueiredo (Paraíba do Sul); Dr. Fidelis d’Andrade Botelho (Aruoca), do partido Liberal; Barão de Santa Helena; Carlos Peixoto de Mello; José Ignácio de B. Cobra Jr, do partido Conservador e Joaquim Felício dos Santos (Diamantina); Francisco Honório Ferreira Brandão (Leopoldina); Américo Lobo Leite Pereira (Campanha) do partido Republicano²⁷².

²⁷¹ Ver item II: A Comissão Libertadora, p. 141.

²⁷² Idem, 16 de agosto de 1888.

Os editores da folha acreditavam ser a incumbência da imprensa, além de se manter imparcial, realizar uma missão “civilizatória”, que ensinava e engrandecia os povos e consideravam a mesma uma das principais forças do mundo moderno. Assim, acreditavam contribuir para o “engrandecimento e prosperidade do município, unicamente inspirados na *verdade* dos fatos (...)”²⁷³, daí o nome do periódico.

Seu lema era “patriotismo, coerência de idéias e observância do nosso programa”, que era: “pugnar por tudo que for justo e nobre”. E sobre o mesmo consideravam:

“espinhosa tarefa é, certamente, a da imprensa, que com elevação de vistas, em luta constante contra o obscurantismo e preconceitos de diversas naturezas, vai conquistando palmo a palmo, os troféus da vitória, tendo por objetivo instruir os homens, aperfeiçoar as coisas e moralizar os costumes (...). Cabe-nos também uma pequenina partícula dessa missão civilizadora”²⁷⁴.

Confiavam que a imprensa era “a força e a inteligência” que faria importantes revoluções, sem causar agitações populares, através de meios mais pacíficos e acertados. Ainda acreditavam ser o dever da imprensa lutar pela manutenção da ordem e tranqüilidade pública, assim como pela segurança dos indivíduos²⁷⁵.

Por último, se dizia um jornal “sem programa, que não tem alvo certo de direção, cuja orientação nasce do modo de pensar de cada redator, que se trate de assuntos político ou social, quer de interesse individual ou comum, não se amoldado nunca a uma unidade harmoniosa de vistas e nem tendo a opinião pública por base fiscal”. Ou seja, afirmava-se um órgão livre e sobre a bandeira da imparcialidade poderia transitar por diferentes assuntos sempre de forma “justa e desinteressada”. Lutava contra os “erros, egoísmo, preconceitos mal fundados e privilégios absurdos” e acreditava guiar-se “pelo princípio elevado da civilização moderna”²⁷⁶ e, através deste último, apontaria soluções razoáveis, principalmente para as questões do trabalho.

Embora a questão da transição da mão-de-obra seja exaustivamente debatida pelos editores da Verdade e dezenas de artigos tenha sido publicados a respeito deste mote (principalmente com a formação da Comissão Libertadora e da Abolição em si), o tema mais freqüentado pelos editores foi a constante cobrança pela instalação de uma rede ferroviária na região. A folha acompanhou com grande interesse todo o processo de

²⁷³ Idem, 21 de outubro de 1886.

²⁷⁴ Idem, 18 de novembro de 1886.

²⁷⁵ Idem, 10 de março de 1887.

²⁷⁶ Idem, 15 de março de 1888.

criação e desenvolvimento da Estrada de Ferro Sapucaí, e discutiu, entre outros assuntos, seu trajeto, valores envolvidos, empresas interessadas, e demais temas relevantes para os estudiosos do assunto, portanto se mostra uma fonte ímpar, que não será devidamente aprofundada aqui por não ser nosso escopo. Indicamos apenas a referência por se tratar de um material pouco conhecido. Por outro lado, interessa-nos sobre a instalação da ferrovia, motivo primeiro da existência da folha aqui analisada, quando o tema é articulado com o nosso escopo, caso de um artigo publicado em 16 de agosto de 1888, quando os temas Estrada de Ferro e Imigração foram apresentados como principais responsáveis pela modernização e o progresso da região, tidos como “o lema da atualidade” e enaltecidas suas vantagens, por resultarem no desenvolvimento do comércio e na introdução de imigrantes “moralizados e laboriosos em nosso país”²⁷⁷.

Destacam-se no semanário duas linhas sobre a transição do trabalho, as quais será importante elucidarmos antes de analisarmos a Comissão Libertadora. São elas, o modelo paulista associado à proposta imigrantista e, em seguida, a visão do elemento servil no processo de derrocada do escravismo, agregada às questões sociais que se apresentavam. Vejamos estes dois temas em tópicos específicos, para em seguida averiguarmos a formação e os trabalhos da Comissão Libertadora, para enfim, no quarto e último tópico, abordarmos as omissões do periódico quanto ao cotidiano dos cativos e trabalhadores nacionais.

3.1.1 O paradigma paulista e a proposta imigrantista:

Em todas as edições da Verdade eram constantes os modelos oferecidos pela província de São Paulo, principalmente no que tange a construção de linhas férreas, prosperidade material e desenvolvimento das questões referentes ao mundo do trabalho.

“Em S. Paulo tem-se em consecução os planos de transformar o sistema e condições de trabalho servil pelo serviço livre prestado por colonos ativos e morigerados. Além disso, o povo de S. Paulo é naturalmente progressista, e, deseja marchar sempre adiante de qualquer outro habitante do Brasil, como o tem feito”²⁷⁸.

De acordo com a folha, a província paulista sequer parecia ser parte integrante do Brasil, pois seu progresso material e civilizatório era inédito nas terras brasileiras e confiava que a cidade de São Paulo, brevemente se tornaria a primeira cidade do Brasil

²⁷⁷ Idem, 16 de agosto de 1888.

²⁷⁸ Idem, 11 de março de 1886.

por sua “colocação e salubridade, adiantamento e beleza natural e artística”. Enquanto isso, Minas Gerais continuava inerte, abatida e desrespeitada, apesar de suas condições favoráveis ao desenvolvimento e progresso²⁷⁹.

O engrandecimento da província paulista era constante na folha, em oposição ao estado de abatimento e apatia dos mineiros, que deveriam se inspirar no exemplo vizinho para também desenvolver-se e civilizar-se, pois condições naturais Minas possuía com abundância, o que lhe faltava era a “iniciativa individual, cujo esforço ingente vemos traduzido em brilhantes realidades na vizinha província de São Paulo, que não só pelas condições de clima como pelo gênero de cultura tanto se assemelha a nossa”. Os paulistas, “com uma largueza de vistas e um tino industrial admirável, progridem a olhos vistos, enriquecendo-se”²⁸⁰.

A idéia de progresso paulista era associada ao progresso norte americano e o modelo de desenvolvimento de São Paulo era descrito como o do *help-yourself* e sua população considerada os *yakens* brasileiros:

“caminha hoje com uma rapidez tão assombrosa na senda da civilização e do progresso que ninguém será capaz de negar-lhe o primeiro lugar entre as províncias do Império (...). Em sua marcha ovante para a grandeza e prosperidade, trajetória brilhante, iriada de fecundos cometimentos, dando ao país um exemplo desta fraternidade. Heróico e adiantado povo”²⁸¹.

De acordo com o periódico, os paulistas não eram egoístas e estavam dispostos a dividir sua riqueza e civilização com as províncias vizinhas, cabendo aos mineiros aceitar esta chance e entrar, definitivamente, no modelo apresentado pelos paulistas, que frutos tão positivos colhiam e ofereciam.

“Cheia de iniciativa e de vida, a província de S. Paulo não concentra a sua atividade na orbita dos interesses locais, quer estender a poderosa ação do seu empreendimento as províncias próximas, e aquela reunião (sobre expansão da Sorocabana e Mogiana) atesta a verdade deste pensamento”²⁸².

Cabe questionar no discurso de “A Verdade” qual a importância de uma postura tão exacerbada a favor da província paulista. Por que, para programar algumas mudanças carecia desta aclamação a São Paulo? Principalmente, se lembrarmos que as condições financeiras das duas províncias não eram tão distantes, e o que São Paulo

²⁷⁹ Idem, 11 de março de 1886.

²⁸⁰ Idem, 11 de novembro de 1886.

²⁸¹ Idem, 11 de novembro de 1886.

²⁸² Idem, 06 de janeiro de 1887.

poderia ter de mais recurso, Minas era compensada com poder político. Provavelmente, este exagero era uma ferramenta de argumentação, pois as idéias e políticas defendidas pelo grupo em análise eram semelhante ao modelo paulista, que por vezes aparece idealizado, e ao demonstrar, exacerbadamente, a superioridade, progresso e prosperidade dos paulistas, comprovariam a supremacia de suas próprias convicções e propostas.

Deste constante modelo paulista surgiria uma das principais idéias aventadas para a transição da mão-de-obra em Minas: o incremento da contratação de trabalhadores estrangeiros, vistos como superiores ao nacional “Imigrantes, venham o quanto antes para substituir o péssimo e feio trabalho do escravo”²⁸³. A província paulista já se adiantava no processo:

“A província de S. Paulo está em progresso na vanguarda de todas as províncias devido a corrente imigratória que para lá têm-se dirigido, melhorando todos os ramos da indústria (...). E logo que tenhamos adquirido o número de imigrantes que hoje possui a província de S. Paulo, o nosso progresso será assombroso e invejável”²⁸⁴.

Embora, apresentada com certa euforia, a proposta imigrantista sofreria algumas restrições e brevemente seria descartada a favor da colonização e aproveitamento dos trabalhadores nacionais, não passando a imigração de uma proposta efêmera.

Num primeiro momento, a imigração pautada no exemplo paulista foi considerada a salvação da lavoura, a mesma era vista como a responsável por preparar, congregar e solidificar os meios de prosperidade e riqueza das lavouras. Assim, a cessação completa do elemento servil, a extinguir-se em curto período, não produziria abalos, desorganizações e prejuízos aos interesses públicos e particulares.

Enquanto isso, Minas Gerais era acusada de assistir impassível o progresso da imigração de sua *irmã*. Até 18 de agosto de 1887, a imigração era tida como útil e proveitosa.

“Hoje não há mais dúvida sobre a utilidade da imigração e seus benefícios, sendo certo que ele vem restabelecer a paz na lavoura, assegurando o seu presente agitado e duvidoso e o seu futuro rico e feliz”.

²⁸³ Idem, 11 de março de 1886.

²⁸⁴ Idem, 18 de agosto de 1887.

No entanto, na pós-abolição e com a solução aparente das questões acerca da mão-de-obra, a imigração, passou a ser questionada, primeiramente sobre etnias específicas e posteriormente como um todo.

Em 29 de novembro de 1888, os editores começaram a se preocupar com leis que pretendiam atrair a mão-de-obra chinesa.

“O elemento estrangeiro europeu, pareceu-nos, concorreria eficazmente para que o Brasil, depois da extinção da escravidão, se tornasse uma pátria nova, grande, regenerada e feliz”. (Mas) “os chins não nos convém de modo nenhum (...)”.

“De aparência repugnante, de trato grotesco, de costumes selvagens e bárbaros, os chineses não são próprios para conviver com a nossa raça e outra qualquer que não seja asiática ou amarela”.

“Demais, são indolentes e viciosos, e nós precisamos de auxiliares diligentes e honestos(...). Em toda a parte do mundo o chim tem dado más provas de si, perturbando o trabalho e o estado econômico dos lugares em que foram habitar”.

Argumentavam que nos Estados Unidos, por exemplo, queriam expulsá-lo a todo custo, principalmente a província da Califórnia, “que se dispõem a pagar para saírem!”. Austrália, Canadá, Peru e outros países que experimentaram a imigração chinesa também lutavam por proibi-la. Os editores do periódico concluíam: “Se ninguém quer os chins não devemos constituir exceção”, mas o senado brasileiro acabara de aprovar uma emenda que estendia os favores concedidos aos imigrantes europeus aos chineses, causando imenso desagrado aos editores da folha.

A oposição de grupos abolicionista à imigração chinesa é tema muito bem trabalhado por Ângela Alonso em “*Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*”²⁸⁵, a autora argumenta que diversos grupos, escravocratas e emancipacionistas, embasados num discurso racista e pautados no darwinismo social, defenderam a imigração chinesa por verem na inferioridade da raça amarela, a possibilidade de continuar a escravidão no país, com a simples substituição do negro pelo amarelo. Outras correntes foram contrárias a introdução de imigrantes chineses, não por abominarem a escravidão, mas por temerem a miscigenação de “raças inferiores”, como a negra e a amarela, pois estas comprometeriam, definitivamente, o progresso do país que se degeneraria incorrigivelmente. Por último, existiu uma corrente abolicionista que percebeu a intenção dos primeiros, que queriam simplesmente reproduzir a escravidão com a utilização do braço chinês, e se colocou

²⁸⁵ ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

contra a mesma, não por preconceito, mas contra o regime que tentava eliminar definitivamente das terras brasileiras. Esta parece não ter sido a posição da Verdade, que tinha um olhar extremamente desfavorável à etnia chinesa, encaixando-se melhor na segunda corrente apresentada pela autora.

Com o tempo, a oposição ao imigrante chinês se alastrou a toda e qualquer corrente imigratória e a folha se tornou contrária a qualquer imigração, defendendo a colonização dos nacionais e o aproveitamento da mão-de-obra recém liberta.

“Contemplando a corrente imigratória que se dirige, em aumento extraordinário para o Brasil, o observador político, que vê um pouco mais longe (...), pergunta a si mesmo se o elemento estrangeiro, em grande massa, não poderá chegar a ser a causa de sérias perturbações, em um futuro em que ele for bastante numeroso”²⁸⁶.

Em todos os artigos referentes à imigração os editores da Verdade demonstram acompanhar com atenção todo desenvolvimento de leis e políticas voltadas para o incremento da mesma em Minas Gerais. Se num primeiro momento entusiasmaram-se com a possibilidade de uma enorme entrada de trabalhadores estrangeiros na província (a previsão nos últimos anos da década de 1880 era a de uma entrada superior a 55 mil indivíduos²⁸⁷), em seguida passaram a se preocupar com a soberania nacional e com o risco da concentração de muitos indivíduos de uma só etnia em Núcleos Coloniais localizados em pontos isolados do país.

Para os editores da folha o imigrante ideal era aquele que prontamente se nacionalizava, eliminando os riscos da presença de uma nacionalidade estranha nas terras brasileiras e a ameaça que tal presença significava para a soberania nacional.

“O fim supremo da imigração é a transformação do estrangeiro em domesticidade pela sua assimilação à nossa sociedade”. Ou seja, o imigrante deveria se tornar brasileiro, e diante de qualquer dificuldade neste processo deveria haver intervenção do governo, com uma educação especial para os “novos brasileiros”. Assim, a simples naturalização não bastava, pois, “não se fabricam patriotas à força de decretos legislativos” e, portanto, escolas deveriam estar atentas para formação dos “novos brasileiros”, principalmente os filhos de imigrantes nascidos no Brasil, pois os editores acreditavam ser o sentimento cívico suscetível à educação.

²⁸⁶ A Verdade, 10 de janeiro de 1889.

²⁸⁷ Ver Capítulo I, ou ainda MONTEIRO, N. G. op.cit.

Por esta senda os editores do periódico também questionaram a porcentagem dos núcleos mistos, de apenas 50 nacionais para cada mil estrangeiros, e acreditavam que o governo deveria ceder mais favores aos nacionais, que se mostravam tão laboriosos e merecedores de auxílios.

Apesar destas objeções quanto à soberania nacional a vinda de imigrantes italianos foi bem vista pelos editores do jornal, principalmente no período pós-abolição. Um exemplo foi a contratação de 40 trabalhadores italianos, entre adultos, mulheres e crianças pelo proprietário Capm Jeronymo José de Souza para trabalharem na sua fazenda em Vargem Grande, onde se empregariam na lavoura. A passagem destes trabalhadores chamou bastante atenção na cidade de Itajubá e foi relatada na folha da seguinte forma:

“A presença daqueles simpáticos estrangeiros causou geral e notável sensação de alegria e entusiasmo no espaço público, que viu no ato o início de uma próxima e benéfica transformação no trabalho agrícola e nos costumes populares. Sirva o exemplo do Capm Jeronymo de estímulo para que outros conterrâneos nosso o imitem na introdução de gente que venha impulsionar vivamente a agricultura nacional, desprovida atualmente de braços úteis, fecundos e inteligentes. Um aperto de mão no adiantado Sr. Capm Jeronymo”²⁸⁸.

No entanto, é importante ressaltar que das dezenas de fazendeiros que figuram na lista de grandes proprietários que libertaram seus escravos em Itajubá²⁸⁹, apenas este proprietário, Capm Jeronymo José de Souza, importou trabalhadores estrangeiros para a região, demonstrando como foi pouco significativa a presença destes trabalhadores no Sul de Minas no período em análise.

3.1.1.1 A corda e o enforcado: O fim do escravismo e o elemento servil num momento de crise

O discurso sobre a necessidade do fim da escravidão se tornava cada vez mais radical nas folhas do periódico “A Verdade”, embora tenha sofrido algumas alterações até a formação da Comissão Libertadora, em 11 de março de 1888, quando a partir desta data ganhou ares definitivos a favor da emancipação imediata. Esta campanha contaria com forte participação do periódico na construção da opinião pública e nos trabalhos de convencimento de todos os proprietários do município.

²⁸⁸ Idem, 10 de janeiro de 1889.

²⁸⁹ Ver lista nominativa em anexo e tópico específico.

Durante os anos de circulação do periódico, a concessão de alforrias era descrita como um ato de nobreza e benevolência por parte dos senhores. Chamava a atenção o número de cativos libertos e, em alguns casos, a explicação do motivo pela concessão da liberdade. Por exemplo, em Campos, 80 escravos foram libertos pelo falecimento de Julião Batista Pereira d'Almeida, “venerado filantropo”. A 11 de março de 1886 o Tenet. Cel. Domiciniano José Pereira, falecido, deixou livre todos os seus escravos em número superior a 20, sem impor condição alguma. Joaquim Manoel Monteiro, em 09 de dezembro do mesmo ano libertou 22 escravos “que tinham ocupação no serviço de café” em comemoração ao ano bom. Assim, eram libertadas escravas que amamentaram netos, como a de Cândido Carneiro, e outros por terem sido sempre leais e respeitosos²⁹⁰. Tais artigos eram descritos em rasgos de elogios aos senhores benevolentes, comprovando seu “bom coração” ao praticarem este “ato de amor e caridade”, sempre “digno de louvor”²⁹¹.

Outro exemplo presente nas folhas do periódico era o da “Princesa Libertadora”, que em diversas ocasiões concedeu liberdade a alguns escravos, como em seu aniversário, noticiado em 05 de agosto de 1886.

Importante é ressaltar que esta tática de engrandecer o ato de conceder liberdade aos cativos foi sabiamente utilizada por “A Verdade” para convencer o maior número de proprietários a aderirem à causa da libertação, pois o ato enobrecia o proprietário aos olhos da população, conferindo-lhe status e notoriedade. Portanto, constituiu-se em forte artifício de argumentação para os editores do semanário.

Uma das primeiras manifestações sobre a questão da abolição no periódico ocorreu na promulgação da Lei dos Sexagenários, em 25 de maio de 1886, quando o periódico passou a publicar artigos extremamente favoráveis às medidas emancipadoras.

A lei dos sexagenários foi recebida “com simpatia, mas sem entusiasmo”²⁹². Com simpatia porque “é sempre agradável à consciência e a alma um ato de justiça e reparação, em qualquer tempo”. No entanto, sem entusiasmo “porque não enxergamos em nosso povo a desejável alegria que ateste a humanitária satisfação pela redenção de homens decrépitos e valetudinários, que precisam descansar na última quadra da vida”.

De acordo com o periódico, a libertação da escravatura era uma questão grave e de sérias referências aos interesses sociais, morais, econômicos e individuais e deveria

²⁹⁰ Em 15/03/1888 Cândido Carneiro libertou uma negra que amamentou seus netos. Mesma data em que José Ambrosino Pereira da Motta, libertou todos seus leais escravos (mais de 20).

²⁹¹ Estes eram os elogios mais frequentes conferidos aos proprietários que libertassem seus cativos.

²⁹² Idem, 25 de março de 1886.

ser solucionada. Consideraram a Lei dos Sexagenários insuficiente para solucionar o problema, principalmente com o desinteresse demonstrado pela maior parte da população.

Diante do recrudescimento da opinião pública em perceber e apoiar as medidas emancipadoras, os editores do periódico também recuavam em seu discurso abolicionista imediato:

“Reconhecemos que o estado excepcional de nossa pátria não comporta uma abolição rápida, é mesmo preciso que a emancipação se opere com algum vagar, não há duvidar”²⁹³.

Assim, a certeza abolicionista fortemente defendida pelo periódico era abalada pela falta de participação e interesse da população. Outro momento de fraqueza dos editores foi em 26 de maio de 1887, quando aceitaram a proposta do deputado Jaguaribe Filho de libertação até 28 de setembro de 1888, com escravos permanecendo vinculado a seus senhores e obrigados a prestarem serviços por mais 5 anos.

Apesar destes pequenos abalos, ao longo de suas edições foi extremamente presente na folha a propaganda abolicionista imediata e a conseqüente preocupação com a organização do trabalho:

“Não nos é mais permitido ilusões sobre a permanência do elemento servil, cujo desaparecimento há de realizar-se em curto prazo. (...) Urge, portanto, acercarmos-nos de meios que venham obstar o desmantelamento da lavoura, cuja vida supomos não estar dependente do elemento escravo, se bem que seja ele ainda o seu principal sustentáculo”²⁹⁴.

Tal medida envolvia outras transformações por toda sociedade e exigia modificações profundas:

“Para isso é necessário tornar-se uma realidade o trabalho livre, organizando-o de modo a oferecer garantias aos proprietários e a atender (...) aos legítimos direitos dos trabalhadores rurais. Evoluindo naturalmente, a idéia emancipadora penetrou fundo na consciência nacional, e hoje considerando o escravo como não existindo, como um fator nulo para a produção de compromissos dependentes da prosperidade futura, todas as províncias tratam de organizar o trabalho livre e de atrair por todos os modos a corrente imigratória, afim de premunirem-se de trabalhadores, que lhes venham trazer os exemplos uma educação mais adiantada e conjuntamente melhore métodos de trabalho”²⁹⁵.

²⁹³ Idem, 25 de março de 1886.

²⁹⁴ Idem, 21 de janeiro de 1887.

²⁹⁵ Idem, Ibidem.

E mais uma vez Minas Gerais se destacava aos olhos dos editores e deveria se adequar ao tempo de mudanças: “fértil, magníficas condições climáticas e com população afável e hospitaleira” não participava da escalada como deveria, pois “emperrada na rotina”, o progresso assombrava seus lavradores, na opinião dos editores de “A Verdade”.

De acordo com os editores o principal elemento a ser vencido em Minas eram os proprietários retrógrados que emperravam a marcha do progresso, pois:

“Desconhecendo as necessidades do tempo repelem todos os conselhos que vão de encontro ao *status quo*, razão pela qual não cogitam da necessidade de reorganizar a lavoura (...)”

“Infensos no trabalho livre, e muito principalmente ao trabalhador europeu, de cuja inteligência desconfiam, vêm com espanto os progressos que a ciência tem introduzido na agricultura(...). Os nossos agricultores, uma vez que, por motivos que desconhecemos, não querem ou não podem por enquanto adotar o elemento estrangeiro, porque não utilizam ao menos nossos proletários, que até bem pouco tempo viviam do trabalho rural e hoje vagam pelas povoações a minguada de meios de viver, entregando-se à vadiagem e aos mais repugnantes vícios?”²⁹⁶

Diante da incompreensão ou da impossibilidade do proprietário investir na mão-de-obra estrangeira, definia duas soluções, a imigração financiada pelo Estado ou o aproveitamento do braço nacional, que por sua vez solucionaria os graves problemas causados pelo ócio e a vadiagem. Entendiam que a “boa vontade”²⁹⁷ dos lavradores e a intervenção policial reprimiria a vadiagem.

Outra argumentação utilizada a favor da abolição eram os constantes exemplos estrangeiros, de nações que progrediram e prosperaram depois que efetivaram a liberdade em seus territórios. O Brasil deveria copiar o exemplo de forma pacífica e harmoniosa e por esta senda os editores não deixavam de enfatizar o atraso brasileiro²⁹⁸.

A Verdade se via diante de um paradoxo, pois ao defenderem a abolição também reconheciam a importância do elemento servil para a organização social e econômica da sociedade, viam no trabalhador agrícola a “pedra angular do grande edifício da pátria”, digno de simpatia pelo seu número e condição de miséria. No entanto, o mesmo vivia numa “situação angustiosa (...) que demanda prontas e enérgicas providências”²⁹⁹. Ou seja, o trabalho deveria se livre, no entanto, o trabalhador nacional não tinha condições de assumir os postos de trabalho devido suas condições desfavoráveis.

²⁹⁶ Idem, Ibidem.

²⁹⁷ Idem, Ibidem.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ A Verdade, 21 de outubro de 1886.

Tal paradoxo assinalaria a existência duma importante perturbação no porvir, que não só traria graves conseqüências sob o ponto de vista econômico, como afetaria a organização íntima do meio social. O paradoxo que se via a sociedade é resumido na seguinte metáfora:

“Isto demonstra-nos cabalmente, que esta, tendo evoluído como todos os ramos da atividade humana, compenetrou-se de seus verdadeiros interesses e tardiamente, após amargas experiências, reconhece que o elemento servil sustentava-a do mesmo modo que a corda no enforcado, - estrangulando! Cumpra, porém, procurar meios de substituir os braços que desaparecem em virtude dessa transição”³⁰⁰.

No Sul de Minas, diante da grave crise, aumentavam o número de alforrias concedidas pelos senhores, medida essencial para contornar a crise:

“Não podemos deixar de registrar com verdadeiro desvanecimento a atitude digna dos lavradores do sul desta província (...) mostram o maior desprendimento vendo desaparecer gradativamente, para extinguir-se em prazo não remoto o elemento que até aqui foi o principal ponto de apoio da lavoura”³⁰¹.

Se era positiva a libertação e o desaparecimento dos escravos, por outro lado, quem trabalharia a terra? Quem sustentaria a lavoura? Às vésperas da Abolição, mais uma vez, o discurso de a Verdade voltava-se para convencer os proprietários contrários à emancipação com nova argumentação, dessa vez a idéia era apelar para os aspectos econômicos envolvidos na questão:

“A terminação rápida da secular instituição servil impõe-se hoje como medida salvadora, quer encarada pelo lado moral, quer pelo material”.
“Os menos progressistas, aferrado a velhos costumes são refratários (...) persistindo em uma criminosa cegueira, que chega ao ponto de abster-se de seus próprios sentimentos de caridade, humanidade e patriotismo”.
“Pelo lado econômico, eles compreendem, ou deveriam compreender, quão prejudicial é atualmente manter-se o trabalho com o braço escravo (...)”.
“A desordem que se propaga dia-a-dia por toda a parte, pelo abandono da lavoura, devido a fuga em massa dos trabalhadores escravos, encontra paradeiro na concessão da liberdade outorgada pelos próprios senhores, que deste modo evitam a anarquia e a miséria (...). “No ponto que chegamos a Abolição Imediata é imprescindível”. “A notabilização do trabalho, supremo remédio a este mal, impõe-se como medida salvadora e única nesta emergência (...) . Em nossa missão de jornalista imparcial, cifrar-se em encaminhar sensatamente os espíritos, para o bem, (...) para felicidade de todos”³⁰².

³⁰⁰ Idem, Ibidem.

³⁰¹ Idem, Ibidem.

³⁰² Idem, 04 de abril de 1888.

Desta forma, o periódico definia seu posicionamento e assumia a clara pretensão de tornar-se líder na região, paralelamente já haviam sido concluídos os trabalhos da Comissão libertadora, que veremos no próximo item.

Aos olhos dos editores do periódico os proprietários seriam os mais capazes para solucionar o problema da mão-de-obra, estava em suas mãos à tomada de decisões e não deveria aguardar o governo e tomar a iniciativa o mais rápido possível.

“Confiando no apelo que hora fazemos ao grande proprietário, estamos certo que este tudo pode remediar conciliando seus interesses com os deveres e sentimentos de humanidade. E para isso cumpre facilitar o trabalho, dividindo a terra em pequenos lotes para arrendá-los às famílias laboriosas, considerar o trabalhador pobre, não como intruso inconveniente, porém como colaborador útil; em uma palavra: despertar a esperança e a proteção, estimular o braço pelo exemplo, honrar o trabalho e proporcioná-lo aqueles que tem braços de mais e terras de menos”³⁰³.

Se o proprietário era apresentado como aquele capaz de solucionar a crise, o trabalhador nacional, cativo ou não, era apresentado como a maior vítima da desorganização do trabalho. A visão sobre estes trabalhadores era extremamente negativa, pois além de não terem recebido qualquer tipo de educação, o mesmo ainda era descrito como “indivíduos que esperam pacientemente” que “aguardam e confiam no ato salvador e humanitário do poder público”³⁰⁴.

“E o lavrador embrutecido pela miséria, (...) apossado pelo desespero, tiranizado pela desgraça, ele, o homem honrado, que outrora disputava a subsistência pelo esforço do trabalho, desce a abjeção do furto e do roubo, quando não empunha a escopeta de salteador de estradas”³⁰⁵.

Tendo em vistas o problema de localizar o trabalhador nacional nas fazendas para evitar a vadiagem e os crimes, o periódico sugeria a colonização do trabalhador nacional, já habituado ao trabalho no Sul de Minas e este, certamente atenderia as “reais necessidades do país”. A título de exemplo cita alguns fazendeiros que já empreenderam a colonização nacional em suas propriedades, caso de um fazendeiro de São Sebastião do Paraíso, o Barão de Camanducaia, que havia dividido suas terras em lotes para repartir entre os nacionais.

³⁰³ Idem, Ibidem.

³⁰⁴ Nesta contenda, entre fazendeiros e poder público, os proprietários de Itajubá ainda seriam melhores que o poder público, pois concederam liberdade aos cativos antes, salvando-os da opressão e mais uma vez engrandecendo-se diante da sociedade e do recém liberto que agora tinham para com eles uma dívida de gratidão!

³⁰⁵ Idem, Ibidem.

3.1.1.2 A Necessidade de recuperar o braço nacional:

Feita a opção de aproveitar a mão-de-obra nacional em detrimento da opção imigrantista tornava-se necessário recuperar o trabalhador nacional. A utilização de argumentos racionais e, por vezes, pautados na história do país foi a arma utilizada pelos editores para convencer o maior número de proprietários a aderirem à sua causa:

“As idéias que predominavam na infância de nossa nacionalidade, dando aos nossos antepassados uma falsa econômica foram a causa primordial dos embaraços que nos assoberbam. Incapazes de compreender a agricultura sem o latifúndio, nem o latifúndio sem o braço escravo, a eles devemos os preconceitos que ainda hoje fazem com que muita gente considere o trabalho rural somente bom para o NEGRO”.

“A concorrência deste, rebaixando nos olhos dos homens livres esta esfera de atividade, contribuiu muito pra dar incremento a radiação de grande número de indivíduos, que preferiram a degradação da inatividade à vida laboriosa e honesta do trabalho rural”. Mas longe vão esses tempos (...)

“estas idéias absurdas caem por si mesmas em virtude da lei fatal do progresso”³⁰⁶.

Os editores acreditavam que a organização do trabalho livre corresponderia às expectativas dos trabalhadores, e estes, rapidamente adaptar-se-iam a nova ordem diante da possibilidade de adquirir o bem estar para si e para seus filhos.

“Devemos principalmente ocuparmo-nos da transformação do trabalho, não só promovendo a colonização nacional (resume ultimo artigo, pois já provamos q imigrante parara), como também procurando vincular a terra, pelo estímulo do trabalho remunerador, aqueles que até aqui a ela estavam presos pela obrigação inerente a sua triste condição: falamos dos LIBERTOS. Estabelecendo-os seja em pequenos núcleos coloniais, ou admitindo-os como trabalhadores nas fazendas, os lavradores criarão por este modo verdadeiros centros de atração para a grande massa”³⁰⁷.

Por esta senda, os proprietários deveriam agir com sapiência, empregando alguns trabalhadores nacionais. Estes primeiros contratados funcionariam como exemplo para “essa pobre raça, concorrendo ao mesmo tempo para a elevação do nível moral desses deserdados da sorte, que se acham separados da civilização e do progresso pela noite tenebrosa da ignorância”³⁰⁸.

Além de demonstrar um olhar extremamente preconceituoso, o trecho citado revela a visão que os proprietários possuíam dos nacionais, enxergavam-nos como uma

³⁰⁶ Idem, 11 de novembro de 1886.

³⁰⁷ Idem, Ibidem.

³⁰⁸ Idem. Ibidem

massa ignorante e flexível, fácil de ser manipulada e útil apenas para o trabalho pesado das lavouras.

Outras duas importantes questões que preocupavam a elite e os editores da Verdade era a necessidade de educar a população, a fim de formar cidadãos regrados, e de realizar uma reforma criminal para impedir a ociosidade e punir os vadios, vagabundos e turbulentos.

Sobre educação comentavam que:

“O homem ignorante é um inimigo do progresso, porque desconhece os seus úteis benefícios; o homem instruído concorre poderosamente para o desenvolvimento da sociedade, porque sabe inteligentemente lançar mão dos meios apropriados do mecanismo social”³⁰⁹.

Já os riscos da ociosidade se faziam mais presentes, ameaçando a própria cidade de Itajubá, onde “o escândalo das jogatinas na cidade, para o qual são atraídos menores, moços inexperientes e escravos” causava a “depravação dos bons costumes e da moral social” naquele município. Encerrava o artigo pedindo providências austeras das autoridades.

“A ociosidade e a indiferença concorrem igualmente para a anormalidade de nossa situação presente. (...) Nossas autoridades policiais (...) demasiadamente condescendentes com os vagabundos e vadios, razão pela qual ele abusaram e continuam abusando da beneficência daqueles funcionários”³¹⁰.

Para combater tais males cabia ao poder público e a iniciativa particular realizar a recuperação do braço recém liberto e transformá-lo em cidadão através da educação e de punições quando esta se fizesse necessária:

“Proteger o escravo moço, tornando-o livre e apto para a vida civil e vigorosa em que ele pode ser útil a si, a sua família e a pátria (...). Ora, ninguém poderá negar as vantagens resultantes destas transações. São iguais, justas e moralizadoras (...) concorrem eficazmente para a regeneração dos nossos costumes sociais (...) promove o progresso, a civilização, sem as distinções odiosas de raça e condições (...). É tempo de chegarmos ao termo de nossa profícuo luta (...). Empenhemos em prol do bem público, da paz, da ordem e dos direitos sagrados da liberdade”³¹¹.

Todo este discurso de regeneração e aproveitamento do braço nacional estava associado a um contexto de grandes agitações sociais, e o periódico comentava todos os aspectos desta crise. Além de propagandear o trabalho livre do imigrante também

³⁰⁹ Idem, 09 de dezembro de 1886.

³¹⁰ Idem, 11 de maio de 1887.

³¹¹ Idem, 14 de julho de 1887.

discutia o casamento civil, o processo de secularização, a liberdade e o progresso. Todas estas reformas só seriam realidade com o fim do escravismo, que se tornara incompatível com as evoluções sociais que os editores do periódico tinham em vista.

Importante ressaltar que, embora abolicionista, a Verdade jamais criticou a instituição escravista, como alguns periódicos emancipacionistas fizeram em suas folhas, a Verdade apenas elogiava quem não era escravocrata e tão somente. Por outro lado, era extremamente legalista e contrária a Abolição se a mesma fosse feita em desobediência às leis e sofismavam: “São abolicionistas? libertem seus escravos e financiem a propaganda libertadora, mas com sacrifício das leis que não podem favorecer o movimento abolicionista”³¹².

3.2 A Comissão Libertadora

Em meio às transformações que se apresentavam no mundo do trabalho durante a década de 1880, existiu em Itajubá uma comissão disposta a resolver os problemas acarretados pela crise da mão-de-obra através da abolição da escravidão no município. Participaram desta comissão elementos grados da sociedade itajubense e os mesmos conseguiram colocar fim a instituição escravista meses antes da instauração da Lei Áurea. Motivo de regozijo para a elite que participou do processo e que, evidentemente, vangloriou-se do feito nas folhas de seus periódicos, exemplo de A Verdade, que teve seu proprietário e principais editores profundamente envolvidos nos trabalhos da Comissão Libertadora. Vejamos sua curta história e principais conquistas, bem como a participação dos editores do periódico no projeto abolicionista municipal.

Antecedeu a criação da comissão, uma reunião organizada pelo Sr. José Pereira dos Santos, Promotor público, que convocou todos os lavradores e proprietários de escravos do distrito com o objetivo de “tratar da organização do trabalho livre e da emancipação do elemento servil, (...) por prazo e modo mais conveniente a lavoura conforme as aspirações da atualidade”.

A folha “louva(va) o ato patriótico do ilustre concidadão que tomou o nobre ato de promover as medidas exigidas pelas circunstâncias ocorrentes a bem dos interesses da sociedade e especialmente da agricultura”. No entanto, não poderiam antecipar a solução que dependiam de outras vontades que precisavam se conciliar e da resistência que deveriam ser vencidas. Assim, os editores antecipavam que a empreitada não seria

³¹² Idem, 09 de junho de 1887.

fácil e temiam não obter sucesso devido à oposição que enfrentariam, por esse motivo preferiram lançar mão de estratégias de cautela e espera:

“Aguardamos, pois, os acontecimentos, para em tempo nos ocupar deles, sem o perigo de um engano ou de uma desilusão. Convém esperar um pouco, até mesmo para que em breve o canto da vitória seja unanimemente entoado no Império livre e regenerado”³¹³.

Na edição da semana seguinte, de 27 de janeiro de 1888 era vinculada a ata da reunião ocorrida no dia 20. Os proprietários decidiram-se contra as libertações parciais, que até então ocorriam em grande número no município (como pudemos acompanhar com a análise da folha), pois acreditavam que estas desorganizavam os serviços da lavoura e decidiram por um pedido de Abolição imediata ao governo nacional em prazo breve.

A reunião também tratou de questões referentes à organização social e do combate ao ócio e a vadiagem. Os lavradores presentes preocupavam-se em buscar meios para obter a aplicação dos vadios na lavoura, a fim de suprir a falta de braços agrícolas.

A respeito das duas principais decisões tomadas na reunião, pedido de abolição breve e leis de controle da vadiagem, o jornal emitiu suas opiniões: Concordava com a decretação incondicional da massa servil por ato governamental. Mas duvidava da ação do poder público, que “como ninguém ignora, é sempre morosa ou desviada por circunstâncias da ocasião”. Portanto, acreditava que na representação enviada ao governo deveria existir a determinação de um prazo certo.

“Quanto ao receio da desorganização do trabalho (...) nos parece que esse mal não se dará em nossa lavoura onde o trabalho é suave e remunerado suficientemente pelo patrão, que como paga leal e pontualmente seus camaradas fará o mesmo com seus ex-escravos (...) “(pois), a experiência nos convence que os libertos são geralmente mais trabalhadores do que os escravos (...) além disso, são obedientes e respeitadores”³¹⁴.

As qualidades “obedientes e respeitadores” eram tidas como indispensáveis para as boas relações entre “amo e criado”. Também é interessante notar como a folha acreditava na transformação dos indivíduos, apenas alterando sua condição, de “morosos e delinquentes” tornar-se-iam “obedientes e respeitosos”. Com este discurso

³¹³ Idem, 19 de novembro de 1888.

³¹⁴ Idem, 27 de janeiro de 1888.

os editores de A Verdade reduziam o recém liberto à condição de simples “espectador” dos acontecimentos. Cabendo apenas a elite as tomadas de decisões cabíveis quanto às transformações realizadas no mundo do trabalho.

Nos comentários sobre a reunião, os editores também ressaltam que contra a vadiagem não adiantariam leis especiais, estas inclusive já existiam, mas era difícil cumpri-la, pois “é, infelizmente, difícil coagir o vadio a tomar qualquer gênero de ocupação honesta e útil”, ainda ressaltavam ser “impossível obrigar alguém a trabalhar frutuosa e” tal luta seria estéril e inglória. E concluía sobre as deliberações da primeira reunião:

“Só a educação moderna e a reforma dos nossos hábitos e costumes é que poderá dar benéficos resultados (...). Felizmente o mal não é absoluto! Temos homens e famílias pobres que compreendem seus deveres e procuram se localizar no trabalho”.

“Oportunamente virão os imigrantes inteligentes trazer a emulação e o aperfeiçoamento na indústria. E depois... o Brasil será uma das primeiras nações do mundo!”

Em nova reunião, a 11 de março de 1888, no Paço da Câmara Municipal da cidade, em grande assembléia popular convocada pelos senhores Capm. Antônio José Rennó, presidente da Câmara Municipal, e Dr. José Pereira dos Santos, composta principalmente de lavradores e possuidores de escravos do município, foi tomada a decisão “razoável e sensata, que os sagrou beneméritos da pátria e da humanidade”³¹⁵, pois nesta decidiu-se pela instauração da liberdade no município.

“Em seguida foi aprovada a proposta de concederem os senhores liberdade imediata a seus escravizados, com a condição de serviço até dia 7 do próximo mês de setembro, vencendo salários daí em diante até 25 de dezembro com direitos de cultivar o liberto terras na fazenda de seu senhor”.

Muitos proprietários decidiram pela pronta liberdade, dispensado o prazo estabelecido, e como veremos a seguir, até o final do mês de março daquele ano todo município de Itajubá e freguesias estariam completamente livres. “Tudo isso se operou com alegria, paz e ordem (...) iluminados pela luz da JUSTIÇA. Aplausos, música, fogos e cumprimentos completaram a festa da LIBERDADE”.

Foram saudados como principais promotores da alforria os dois citados, Capm. Antônio José Rennó e Dr. José Pereira dos Santos, e além deles o Sr. Francisco Braz Pereira Gomes, todos grandes proprietários que encabeçam a lista de fazendeiros que

³¹⁵ Idem, 15 de março de 1888.

concederam liberdade a seus cativos³¹⁶. Nesta mesma reunião ainda foi nomeada uma comissão que teria o objetivo de efetuar a libertação de toda a comarca e dar parecer sobre a colonização nacional e colocação dos agregados que substituiria o braço escravo nos estabelecimentos rurais.

A Comissão Libertadora era composta pelos senhores Dr. Adolpho Olinto, Dr. Aureliano Magalhães, Dr. Cristiano Brasil, Dr. José Pereira dos Santos, Cel. Pereira Júnior e o cidadão João Carneiro Sobrinho. A presença de dois editores de *A Verdade* na Comissão recém constituída, Dr. Cristiano Brasil e Cel. Pereira Júnior, comprova o ajustamento de idéias e envolvimento da folha que a partir desta data, além de noticiar os avanços da Liberdade no município “conquistada” pela comissão, também irá empreender forte propaganda a favor da causa, a libertação do município e de toda comarca. Também serão comuns referências aos idealizadores do projeto, Antônio José Rennó, Dr. José Pereira dos Santos e Sr. Francisco Braz Pereira Gomes, além dos demais componentes da Comissão.

Desta forma, teria iniciado a batalha pela libertação que, de acordo com *A Verdade*, teria pela frente inúmeras dificuldades e desafios, o primeiro embate é narrado na edição de 15 de março de 1888:

“Aprovamos e louvamos o ato e o procedimento daqueles que em Vargem Grande se esforçam pelo triunfo da causa. No entanto, somos impelidos a censurar e reprovar com indignação o procedimento de alguns indivíduos, que por meio de emissários tem penetrado nas senzalas das fazendas, seduzindo os escravos para abandonarem o trabalho, tornando deste modo perturbadores da ordem e anarquia social (...). Outro tanto pode-se dizer que, na cidade de Paraíso, por meios ilegais e tumultuários, declararam livres os escravos sem prévio acordo com seus legítimos proprietários” (...).
“Levantamos hosannas a liberdade, mas prestamos homenagem primeiro que tudo a ordem”.

A folha denunciava seus adversários que, contrários a libertação, tentavam tumultuar os trabalhos da “digna comissão”.

No entanto, já na semana seguinte, no artigo da primeira página, intitulado *Nova Era*, os editores comemoravam a liberdade total de Itajubá³¹⁷.

³¹⁶ Ver lista em anexo.

³¹⁷ Desde a edição posterior à reunião que estabeleceu a criação da Comissão Libertadora, 11/03/1888, o periódico publicava semanalmente listas nominativas dos proprietários e o número de escravos que cada um libertou, sempre enfatizando a participação da referida comissão no processo de convencer os proprietários menos dispostos. Reproduzimos em anexo a lista dos proprietários que libertaram seus cativos em número igual ou superior a 10.

No mesmo artigo, a folha propagandeava o individualismo e a importância da organização particular sem esperar as definições do Estado. Sobre a libertação desejava que a iniciativa particular representasse a mais viva força na sucessão dos fatos que tendiam a elevar a pátria, pois a escravidão era o maior embaraço ao progresso do país. Portanto, na opinião dos editores da Verdade, cabia aos fazendeiros, principais interessados no processo, solucionar as questões do trabalho em suas terras, sem esperar a lenta ação do Estado. Assim, aplaudia aqueles fazendeiros abolicionistas que incansavelmente “buscam, com toda abnegação, banir do nosso pavilhão auri-verde, essa sombra que lhe obscurece o fulgor!”³¹⁸, curiosamente os elogios feitos eram direcionados aos próprios editores da folha e seus aliados.

A libertação sem conflitos consistia em um exemplo do Brasil para o mundo, pois enquanto em outros países ocorreram guerras, no Brasil a “*santa cruzada*” em breve chegaria ao fim pacífico. O município de Itajubá se destacava por ter sido a primeira cidade da província mineira a dar “o humanitário exemplo, banindo de seu seio a escravidão”. E destacava, mais uma vez, o envolvimento dos proprietários na solução do problema: “Os nossos fazendeiros, aqueles a que mais de perto interessa essa questão, aí estão, a frente do movimento libertador!”³¹⁹.

Jubilosos com a liberdade de Itajubá e com a importante participação dos proprietários no processo, não deixavam de lembrar as demais reformas ainda necessárias, que não haviam chegado ao fim com a abolição e exigiam novos trabalhos:

“O abolicionismo (...) que luta heróica, teve de vencer barreiras enormes, de profligar injustiças, de desmandar calúnias e de denunciar crimes infames. Venceu tudo! E hoje seria impossível, insensata e absurda a tentativa de fazer parar a carreira vertiginosa da onda sagrada da emancipação dos escravos (...). Felizmente já esta cidade está lavada da grande mancha”³²⁰.

“Diante das transformações que vai passar a lavoura, que tem sido em todos os tempos a maior fonte de riquezas deste país, torna-se necessário que todos nós, principalmente os senhores fazendeiros, empregemos os nossos esforços a fim de que seja desmentida e errônea a crença (...) de que sem o braço escravo não podemos viver”.

“A bandeira da abolição vai sendo desfraldada em todo país em meio de aplausos (...). Da cordialidade das relações que se estabelecerem entre antigos senhores e ex-escravizados e da perfeita compreensão de seus mútuos deveres é que auferiremos a maior soma de bens que sem dúvida há de produzir o movimento vivificador ultimamente operado”³²¹.

³¹⁸Idem, 22 de março de 1888.

³¹⁹Idem, Ibidem

³²⁰Idem, 29 de março de 1888.

³²¹Idem, 22 de março de 1888.

Diante da crise, ainda não totalmente solucionada, a principal estratégia a ser utilizada pelos fazendeiros era conceder a liberdade para manter o braço trabalhador em suas terras, por meio de relações cordiais. Os fazendeiros, e no trecho a cima a folha se revela pertencente à mesma classe ao se referir “que todos nós, principalmente os senhores fazendeiros”, eram os principais interessados, já que em seu discurso os trabalhadores permaneceriam nas fazendas, realizando o mesmo trabalho, da mesma forma, sem prejuízos para a elite.

Na primeira edição de abril de 1888 foi vinculado um artigo enaltecendo os trabalhos da Comissão Libertadora, enfatizando seu desinteresse político e o seu bom trabalho realizado até então.

“A Comissão Libertadora dos escravos do nosso município não tem poupado tempo e esforços para desempenhar-se do honroso encargo que lhe foi confiado”.

“Todos os dias ela consegue a liberdade de diversos cativos, obtendo gratuitamente, dos possuidores esse ato de justiça reparadora”³²².

No mesmo artigo é descrita a maneira de agir da referida comissão, onde a mesma “trabalha, explica e convence licitamente, de modo que os interessados ficam satisfeitos em praticar a humanitária obra de regeneração social”. Neste momento vangloriavam-se de ser o primeiro município de Minas a não ter mais escravos na cidade e anunciavam que começariam a lutar pela liberdade de toda comarca.

O principal argumento da Comissão Libertadora é o de “justiça social” e “regeneração social”, pois acreditava estar recuperando o braço escravo da injustiça, da privação da liberdade e concedendo-lhe a cidadania. Embora por trás deste discurso exista o evidente interesse de manter a mão-de-obra controlada e evitar os riscos da vadiagem. O temor da vadiagem foi tema dos mais corriqueiros no periódico e seus editores procuravam transmitir tranqüilidade com a situação, mesmo diante da libertação total que se aproximava:

“Também não receamos a desorganização do trabalho (...) porque, em geral, os libertos não são vadios e contratam os seus serviços com seus ex-senhores”.

“Mas, se nos enganarmos, se houver alguém que tente anarquiar as relações entre amo e criado, patrão e agregado, proprietário e inquilino, unamo-nos todos contra o insensato, que por ventura perturbe a ordem e a paz dos cidadãos honestos e laboriosos” (...) “Não dissimilamos que vamos passa por sensíveis transformações em nossos hábitos e costumes. Preparamos nos preparar para as mudanças e reformas que se vão operar, estudando os meios de conjurar eficazmente as crises que naturalmente se apropinquam”.

³²² Idem, 05 de abril de 1888.

“Os tempos se mudarão e nos temos forçosamente de acompanhar a evolução dos tempos”³²³.

Interessante perceber que neste momento a folha passa a se referir a Comissão Libertadora na primeira pessoa do plural, reafirmando a profunda ligação entre as duas, tornando-se uma só.

Em 19 de abril de 1888 é informada que a Comissão Libertadora se reuniria dia 21 dando por encerrada sua missão. Os possuidores de poucos escravos por libertar convencer-se-iam da necessidade de fazê-lo, pois a sua relutância produziria a desorganização dos serviços da lavoura. Os fazendeiros que não aderiram à libertação proposta pela comissão realmente foram poucos, ou melhor, apenas um, o proprietário Carneiro Santiago Júnior, que não libertou seus 33 escravos por ser adversário político de alguns componentes da festejada Comissão Libertadora.

A 26 de abril de 1888 um balanço parcial é apresentado e dos 1.750 escravos matriculados na coletoria da cidade no ano anterior, apenas 182 ainda restavam cativos. Os editores ressaltam que muitos senhores já haviam dado alforria antes da ação da Comissão Libertadora, principalmente na visita dos engenheiros da EF Sapucaí, demonstrando que a população escrava de Itajubá já fora muito maior nos últimos anos.

Mas a partir de 19 de abril de 1888, com a libertação total do município, a mesma comissão iria ocupar-se da organização do trabalho livre, estabelecendo as bases convenientes a adotar-se em benefício comum, para tanto se dividiu do seguinte modo:

- Para dar parecer sobre os direitos e deveres recíprocos dos amos e criados:
Cel. Francisco Pereira Júnior e Dr. Cristiano Brasil;

- Sobre os deveres e direitos e obrigações entre fazendeiros e seus agregados:
Dr. Adolpho Olinto e João Carneiro Santiago Sobrinho;

- Quanto às relações e contratos dos libertos com seus ex-escravos: Aureliano Moreira Magalhães e José Pereira dos Santos.

Acreditavam que o fim do escravismo no município levaria a lavoura a uma nova fase de desenvolvimento e de futuro engrandecimento. Principal fator benéfico seria o trabalho livre, superior em excelência sobre o trabalho escravo. Proprietários que já libertaram seus escravos, “franca e sinceramente”, diziam que o serviço em suas terras havia aumentado, “está mais bem feito, e os novos libertos trabalham com

³²³ Idem, 05 de abril de 1888.

vontade e alegria”, os livres se tornavam melhores do que eram, devido à ambição pelo futuro e pelo estímulo pelo trabalho. Assinalavam o efeito útil da evolução emancipadora “favoráveis não só aos ex-escravos, mas principalmente ao lavrador” que “não sofreu a desorganização de sua lavoura por falta de trabalhadores”³²⁴, enquanto o primeiro foi protegido. O trecho revela nova argumentação, a existência de proprietários de escravos que já haviam concedido a liberdade a seus cativos e afiançavam que o trabalho continuava sendo feito em suas fazendas e com uma produção ainda maior, não existindo motivos para temor.

Quanto à ocorrência de fugas informava que as mesmas não ocorriam no município, e interpretavam este fato como indicativo de que os libertos estavam satisfeitos e dispostos a trabalhar para desempenhar a cláusula que lhes fora imposta, a fim de adquirirem a sua liberdade completa. A libertação do município foi posta em prática sob ameaça de multa e prisão aos cativos que não cumprissem com a sua parte, que era a de servir seus senhores até o final do ano com recebimento de salários. Desta forma, o periódico demonstrava a necessidade de fixar o cativo na propriedade, com a seguinte preocupação: “Libertar o cativo hoje é o mesmo que lutar pelo progresso e próspero porvir da nação brasileira (...). Esperar pelo governo é atualmente já uma imprudência e falta de previdência”³²⁵.

Por outro lado, os proprietários que resistissem ao processo seriam os maiores prejudicados, pois sofreriam pelo seu atraso e se tornariam “vítima de seu espírito retardatário”.

Embora a emancipação já estivesse concluída em Itajubá desde março de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, muitas comemorações aconteceram na cidade e freguesias. Nesta data apenas os 33 cativos do Sr. João Carneiro Santiago Júnior se encontravam escravizados.

O periódico relevava sua participação, “sem vaidade, mas com satisfação” de “havermos concorrido na imprensa para consecução de uma medida justa de reparação”. Assim, enaltecia a liberdade antecipada do município e os benefícios que todos obtiveram com a ação da Comissão Libertadora.

Nas edições subseqüentes ao 13 de maio foram reproduzidos artigos descrevendo as festas organizadas no município e freguesias, em todas elas não faltaram

³²⁴ Idem, 26 de abril de 1888.

³²⁵ Idem, Ibidem.

Missas cantadas, marchas cívicas, edifícios públicos enfeitados com bandeiras e flores, e a presença e fala de autoridades e grandes fazendeiros.

No município de Itajubá a festa foi organizada pelo Sr. Rennó, discursou o vereador Cel Francisco Pereira Jr, seguido de desfile com bandeira nacional pela cidade. Também oraram Adolfo Olinto, Juiz de direito da Comarca; José P. Santos, Promotor público; João Ramos de Lima, negociante e agente do collector; Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Juiz Municipal do Termo; Antônio José Pinto da Silva, assistente do correio; Antônio José Leite, Curador Geral. Pela folha falaram os editores Cristiano Brasil e Frutuoso Ramos de Lima, enfim, todos os membros da Comissão Libertadora.

Nas descrições das comemorações se repetiam nomes da alta sociedade que tomaram parte dos festejos cerimoniais e com a assertiva a seguir resumiram os acontecimentos: **“É esta a história do Abolicionismo entre nós, como perpetuam e autenticam os fatos cronologicamente registrados pela imprensa local” (Grifo nosso)**. Desta forma, os editores do periódico acreditavam não só serem os principais responsáveis pela abolição no município, como portadores da verdade, registrada e levada a posteridade nas folhas do seu periódico.

Nos números seguintes a folha publicaria os elogios que recebeu de periódicos de outros municípios vizinhos, conferindo-lhe o mérito de terem sido pioneiros no combate a escravidão e de tudo que fizeram em prol da causa da redenção dos cativos. Também descreveu as festas nas freguesias de Itajubá, onde se repetiram o mesmo regozijo da elite e suas comemorações suntuosas, sem a participação dos libertos. Foram realizados bailes em grandes casarões e jantares em residências centrais, com a participação da mais alta sociedade do município e freguesias. Em São Sebastião do Paraíso, por exemplo, esteve uma festa imponente e além de missa cantada, passeio pela cidade e fala de autoridades, ainda houve um baile na Câmara Municipal³²⁶.

Em todos os artigos que descrevem as comemorações da libertação são registradas festas suntuosas, com a participação da elite, mas sem qualquer referência aos recém libertos.

A afamada Comissão Libertadora reuniu-se em 20 de maio e depois de deliberarem decidiram por dissolver a mesma, cuja existência não tinha mais razão de ser em vista da lei que extinguiu o elemento servil.

³²⁶ Idem, 31 de maio de 1888.

Encerrado o período festivo o periódico passou a publicar uma série de artigos que refletiam sobre a organização do trabalho, o risco da população recém liberta entregar-se aos vícios e a vadiagem, embora constantemente ressalte que a situação em Itajubá fosse muito mais amena em comparação ao restante do país devido à ação da Comissão Libertadora e a adiantada liberdade do município. Com estas preocupações sobre a organização do trabalho, as primeiras medidas sugeridas por “A Verdade” foi a divisão de terras:

“com abolição “é forçoso e urgente (...) que o governo (...) decrete e promova a divisão de terrenos em pequenos lotes, que sejam vendidos a dinheiro ou a prazo para famílias nacionais e estrangeiras, que não queiram ou não encontrem colocação nas grandes fazendas”. (...).
“Porque é em geral é acanhado e de pequena política só pensa em impelir a massa enorme de trabalhadores livres e libertos para o trabalho assalariado, é, além disso, perigosíssimo conservar, sem fixar ao solo, milhões de homens, sem coisa alguma de seu além de uma trouxa, o seu esplêndido de nosso país e a água de nossos rios”³²⁷.

Outra preocupação dos redatores de “A Verdade” era com a organização social e com o pagamento de salários:

“Não nos iludamos, o trabalho assalariado só será remunerado para o empresário e para o trabalhador quando o primeiro dispuser francamente de capital circulante e conhecer os progressos da ciência ou mesmo da arte agrícola (...) e quando o segundo encontrar no salário o indispensável para as suas necessidades, o que só terá lugar com o aperfeiçoamento das culturas (...) Procurar artificialmente obter trabalhadores baratos, tão baratos que o salário fique abaixo do indispensável, é querer a anarquia no país, a vagabundagem natural confundida com a miséria social”³²⁸.

Afirmavam que a quantidade de braços do Brasil possibilitaria uma produção quatro ou cinco vezes maior que a contemporânea, temiam o grande número de homens livres na sociedade brasileira: “Assim como temos francamente combatido o Socialismo de cima, assim procuramos evitar (...) o Socialismo que pode vir de baixo”.

Em artigo de novembro de 1888 os editores chamavam a atenção das autoridades para o grande número de libertos que afluíram para Itajubá e se entregaram a vagabundagem, prostituição (ex-domesticas) e embriaguez. Circunstância que poderia “trazer graves conseqüências, e é uma ameaça a moralidade e tranqüilidade pública”. Feita a denuncia exigia maior energia por parte das autoridades policiais.

³²⁷ Idem. Ibidem

³²⁸ Idem. Ibidem.

A partir de 21 de junho de 1888 o periódico fazia um balanço da Abolição e suas características, nestes comentários ficou evidente o medo de ainda acontecerem perturbações da ordem, principalmente devido à falta de ação do Estado em apressar a organização do trabalho com leis mais específicas que o regulassem e a necessidade de implementar uma reforma criminal.

“Cabe ao governo salvar a lavoura do abismo que irá cair sem amparo e proteção”. Os editores exigiam do poder público a criação de bancos agrícolas, favorecimentos à imigração, e aconselhava aos grandes proprietários o retalhamento de suas terras “aos colonos estrangeiros e principalmente ao nacional”. Inaugurando a era da regeneração no município.

Neste balanço esperava que pelo uso útil da Liberdade, os recém libertos se mostrassem dignos da condição de cidadãos e lembrava que a liberdade impunha deveres.

Posteriormente, com o arrefecimento dos primeiros abalos da Abolição, a folha continuava a publicar artigos que pensavam as transformações no mundo do trabalho. Nestas oportunidades considerava que a propaganda abolicionista fora tão forte que o adiamento da libertação ficou insustentável e mesmo que tivesse sido um “inevitável golpe” para toda nação, que ainda estava abalada, o mesmo foi “um remédio amargoroso, porém, o único aplicável para a debeliação do mal maior iminente”, o ato teria regenerado a nação brasileira e a elevado perante as nações civilizadas. Este artigo, em verdade, era um combate aos “retrógrados” que queriam revogar a liberdade alegando que a Lei Áurea fora atentatória, ou seja, se opunham aos liberais emancipacionistas desejosos de receberem indenização.

Nesta contenda os editores de “A Verdade” lançaram mão de um novo argumento bastante revelador, pois passaram a se referir ao período anterior a Lei Áurea como momento em que “reinava a anarquia e a desordem”, em oposição ao momento de civilidade que sucedeu a Abolição. Esta colocação se opõe ao discurso da elite meses antes do 13 de maio, em que uma lei libertadora causaria a anarquia e a desordem. Portanto, revelador do processo de mudança na mentalidade da própria elite, que se dividia no processo de adaptação ao novo regime de trabalho pautado na liberdade dos trabalhadores. Se temeram um futuro de anarquia pela libertação dos escravos, agora se convenciam que a anarquia existiu no país antes da libertação dos cativos, com um regime de trabalho covarde e desumano. Tal oposição de idéias nos mostra como o

discurso e a argumentação da elite eram construídos e reconstruídos cotidianamente, de acordo com as novas preocupações e interesses.

Mas, em geral, a situação estava sob controle e a produção agrícola do Sul de Minas continuava seu desenvolvimento, agora realizada pelo braço livre e nacional, sem motivos para pânico entre os proprietários:

“Está acabando o susto e temor da lavoura pelos efeitos da lei redentora e tudo retomou o seu antigo aspecto, com a diferença, porém, que o trabalho de hoje é feito por homens livres que conhecem o seu sagrado direito de liberdade e que sentem as sua própria individualidade e autonomia nas diversas manifestações da atividade humana”.

“O trabalho agrícola tem ocorrido perfeitamente entre nós. As colheitas foram feitas sem interrupção, com toda a regularidade”³²⁹.

Ainda neste mesmo artigo é informado que alguns proprietários do município até colheram mais. Apontando para uma das causas da necessidade da elite itajubense apressar a abolição no município, estavam preocupados com a nova colheita e queriam garantir a mão-de-obra para a mesma, e assim, negociaram com seus escravos uma liberdade associada ao condicionamento de prestarem serviço por alguns meses, medida que garantiu a colheita do ano e não desorganizou o trabalho na fazenda, como muitos proprietários temeram por todo o país.

³²⁹ Idem, 06 de setembro de 1888.

3.3 “Matei e não me arrependo”: a libertação em Itajubá pelo soslaio cativo.

Se o periódico a Verdade proclamava ser “esta a história do Abolicionismo entre nós, como perpetuam e autenticam os fatos cronologicamente registrados pela imprensa local”, se referindo à ação da elite no processo de libertação da escravatura, neste tópico tentaremos escovar a contrapelo a mesma história e demonstrar a participação dos cativos num cotidiano de constantes negociações entre proprietários e escravos.

Como pudemos perceber nos itens anteriores, o periódico *A Verdade* enalteceu a participação de alguns membros da elite e de alguns de seus editores no processo que culminou na emancipação antecipada dos cativos de Itajubá. Embora este não seja um evento singular na história do país e tenha se repetido largamente por outros municípios e províncias, aqui tivemos a oportunidade de acompanhar o discurso da elite envolvida no processo, ressaltando suas preocupações com a adaptação de idéias e debates internos até a instauração da esperada abolição.

No entanto, a história contada por estes personagens privilegia apenas os seus atos e não esclarece a participação dos cativos no processo, estes são vistos como simples objetos da ação da elite, se beneficiam do processo, mas não participam do mesmo. Por outro lado, das poucas vezes que se manifestam são vistos com um olhar preconceituoso e tachados de ignorantes ou bárbaros³³⁰.

Aqui nos reportamos à proposta de Carlo Ginzbug, que sugere a adoção de um método interpretativo centrado sobre resíduos e dados marginais, que pode levar o pesquisador a informações reveladoras. “Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano”³³¹. Pois, se nos extensos artigos publicados quase semanalmente nas primeiras páginas do periódico, os editores conferiam aos escravos a condição de pacientes e pacíficos, nos pequenos artigos publicados esporadicamente e localizados sem nenhum destaque nos mesmo periódicos, podemos perceber que os cativos não eram tão pacientes assim, e desempenhavam, na medida do possível, seu papel de agente histórico.

³³⁰ Em que pese toda consolidada historiografia nacional a respeito do tema da resistência e negociação presente no cotidiano dos escravos, aqui nos referimos, tão somente, a visão da elite, em seu discurso, objeto deste trabalho, o escravo era visto, como ficou demonstrado, como indivíduo que apenas aguardava pacificamente as decisões da elite. Por mais equivocada que seja esta visão é ela que está presente no discurso da elite, principal objeto aqui em estudo.

³³¹ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. PP. 149-150.

Neste último item, abordaremos alguns artigos publicados na própria folha, A Verdade, que diferentemente do que diziam seus editores, demonstram a intensa participação dos cativos no processo de conquista da liberdade, ou, ao menos, desvendam aspectos do cotidiano de constante negociação que os mesmos estabeleceram com seus senhores. São atos de revolta, fugas, assassinatos, mas também de negociação, casamentos e de busca de vantagens econômicas, indo de encontro com uma historiografia já consolidada que demonstra a clara participação dos cativos nos ganhos auferidos com a liberdade e a sua condição de agente históricos, negociadores e jamais simples “coisas”. Ao abordarmos este tema, teremos mais perguntas do que respostas, pois os artigos aqui analisados, em geral acanhados e encobertos, não têm a intenção de esclarecer o cotidiano dos escravos, ou tampouco conceder aos mesmos condições de escolherem e participarem do processo em desenvolvimento, na opinião do periódico o poder decisório estava nas mãos apenas dos proprietários, enquanto aos cativos cabia a sujeição e o contentamento.

Um dos artigos que nos chamou a atenção quanto a este mote, e que infelizmente mereceu pouco cuidado dos editores da folha, foi uma notícia que informava a fuga do escravo Miguel da fazenda de seu proprietário, José Rodrigues dos Santos. Com efeito, era constante a vinculação desse tipo de notícia nos periódicos do século XIX, mas em folhas abolicionistas, como a Verdade, seus editores e proprietários não divulgavam tais anúncios de procura. De fato, ao longo dos onze anos analisados desta folha, embora apenas três deles no período escravista, jamais foi vinculado qualquer notícia sobre a fuga de escravos, constituindo o caso do escravo Miguel a única exceção.

O artigo nada se diferencia aos demais encontrados em quase todas as folhas do período, informa o nome do proprietário, a recompensa oferecida e as condições da fuga, como data e demais características que poderiam colaborar para a localização do escravo fugido. Mas as semelhanças terminam por aí, o que desperta atenção na fuga de Miguel, além do fato de ser a única denunciada no periódico em análise, é o fato de ele ter levado consigo sua esposa, de nome Lúcia e mais cinco filhos ingênuos! Mais informações não são reveladas no curto artigo de “Procura-se”, mas a fuga de sete pessoas, constituindo uma família, foi condição definitiva para quebrar o silêncio de “A Verdade” quanto à fuga de escravos e colaborar no seu encontro. Cabem questionamentos quanto às intenções do periódico, o que mais estaria por trás do acontecido? São perguntas que ficam sem respostas, mas revelam o cotidiano do cativo, onde existiam famílias e fugas, que levaram uma folha abolicionista a romper

com a os “escrúpulos” apontados por Gilberto Freyre³³² e denunciar a fuga da família, mesmo com intenções desconhecidas, que poderiam mesmo ser com o objetivo de ajudar o escravo, e não o senhor³³³.

De acordo com Silvia Lara³³⁴, a violência marcava a vida no cativo, com efeito, entre os meses de abril de 1886 a janeiro de 1887, A Verdade noticiou três crimes de assassinatos diferentes cometidos por escravos contra seus senhores. Em oposição a outros periódicos, não anunciou a emersão de uma onda negra, mas enfatizou a grave crise e a necessidade de solucionar o problema da transição da mão-de-obra o mais rápido possível.

O primeiro crime, noticiado em 22 de abril de 1886, ocorreu em Campinas, no dia 12 do mesmo mês. Neste crime o Sr. Carlos Augusto de Camargo, administrador da fazenda do Sr. Antônio Américo de Camargo, e genro do mesmo senhor, saiu no domingo pelas 9 horas da manhã em procura de três negros que fugiram. Não reaparecendo em casa até a noite, deram-se as providências a fim de encontrá-lo. “Efetivamente foi encontrado hoje, no mato, em um estado horroroso já sem vida e barbaramente esfaqueado e mutilado”. Do estado horrível que o cadáver fora encontrado concluiu-se que a vítima fora morta a facadas, tiros e pancadas.

O delegado de polícia, o escrivão e mais 23 praças seguiram para a dita fazenda, denominada das Sete Quedas, onde já encontraram os escravos presos, sendo apresentado à autoridade pelo Sr. Antônio Camargo o escravo José, feitor, como suspeito de haver praticado o crime. O grande número de praças que acompanhou o delegado até a fazenda de Sete Quedas demonstra a séria preocupação com as repercussões que um assassinato como este poderia proporcionar, principalmente envolvendo cativos e proprietários.

Outro crime narrado pela folha ocorreu na freguesia do município de Itajubá, em Soledade, a 15 de julho de 1886. Neste caso:

“No dia 7 do corrente, às 7 horas da noite na fazenda da Queimada, freguesia da Soledade, deste município, o escravo Amaro, pertencente ao Sr. José Bertolino Ribeiro, em ato de desobediência e luta com o seu Sr., ofendeu a este com uma faca em ambos os braços, e na mesma ocasião também feriu mortalmente, na região bipogástrica, a sua jovem senhora, D. Ana Balbina da

³³² FREIRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. P.16. e acordo com este autor os jornais do final do Império que aderiram ao movimento emancipador, por escrúpulos, recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente e, sobretudo, de fuga ou de desaparecimento de escravos.

³³³ A Verdade, 13 de maio de 1886.

³³⁴ LARA, S. H. op.cit.

Fonseca, que veio em auxílio do seu marido (...).O assassino, que se apresentou nesta cidade como fugido, foi preso e recolhido a cadeia”.

Este crime também é bastante complexo e revelador do cotidiano vivido nas senzalas, pois no restante do artigo é informado ao leitor o motivo da luta entre senhor e escravo: “Estamos informados de que a causa do delito foi o reprovado comportamento da preta forra Felisarda, mãe do facínora, que morando com seu filho, praticou alguns furtos pelos quais foi advertida e despedida”. Ou seja, a advertência seguida de demissão da mãe de um cativo, mulher já livre, levou ao desentendimento entre senhor e escravo que culminou na morte da esposa do proprietário. Num cotidiano em que a condição da experiência do cativo e a proximidade de um passado ou antepassado escravo eram definidores da condição e de preconceitos³³⁵, os trabalhadores livres não admitiam a advertência e a comparação com o cativo, pois a mesma diminuía sua principal diferenciação conquistada naquela sociedade rigidamente hierarquizada, a conquista da liberdade³³⁶.

Por último, outro caso ocorrido no interior paulista é relatado na folha de Itajubá, e neste terceiro caso algumas tendências da folha são reveladas ao leitor mais atento. Em Batatais uma escrava assassinou seu senhor, o proprietário Sr. Eloy Pompílio Franco, moço de 25 anos, filho de fazendeiro João Francisco de M. Octavio. No entanto, o artigo informa que o senhor Ely era muito severo e “deu em resultado o ter sido ele assassinado (...) por uma preta” com dois golpes de machado sobre a frente. Ou seja, há uma justificativa pelo crime da acusada, que sofria com o comportamento cruel do proprietário e mais ainda, dessa vez a visão da escrava é conhecida e esclarecida, justificando, cabalmente, o seu ato:

“A escrava confessa o delito, dizendo: matei meu senhor para livrar meus filhos e marido dos castigos bárbaros que sofriam. Matei e não me arrependo!”

Informa ainda que o marido da preta assassina foi encontrado na fazenda “amarrado como Cristo, posição essa em que achava-se há mais de oito dias!”³³⁷.

Neste evento nos é revelado às motivações dos escravos, seu ponto de vista e o que mais os movia, este exemplo de artigo constitui uma exceção no tipo de fonte que privilegiamos neste trabalho, os periódicos locais, e só foi revelado por se tratar de uma

³³⁵ Ver: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³³⁶ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³³⁷ A Verdade, 21 de janeiro de 1887.

folha abolicionista, que apostou na justificativa do crime para inocentar a negra envolvida no mesmo e demonstrar a injustiça do cativo e do regime que queriam ver extinto do país.

3.3.1 Negociação, diferenciação, adaptação e resistência nos cativos do sul de Minas: Onde andar Clemente?

Os escravos não apareciam nas folhas da Verdade apenas como praticantes de crimes, por vezes também eram vítimas, embora nestes casos a repercussão fosse muito menor, caso do crime narrado em 12 de agosto de 1886, quando dois escravos foram mortos em Paraíba do Sul quando condenados ao açoite.

Outras notícias revelam apontamentos curiosos, como o caso de um jovem advogado de Campinas que “foi convidado a retirar-se daquela cidade, contendo o convite grande número de assinaturas. O motivo do fato é haver o dito advogado patrocinado abertamente causas da liberdade”³³⁸. Embora cidades do interior paulista sempre tenham aparecido na folha como exemplos adiantados de emancipação esta notícia contrariava o paradigma, informado a existência de um forte grupo escravocrata em Campinas, com poderes suficientes para expulsar um advogado abolicionista do município.

Outros dois acontecimentos noticiados por “A Verdade” merecem destaque neste item. O primeiro deles, a invasão da delegacia de Penna do Rio de Peixe, também no interior de São Paulo, seguida pelo assassinato do delegado por “um grupo numeroso de homens armados”, entre eles alguns escravos. A folha sintetizou a questão do assassinato em Penna do Rio como “**fatal desenlace da questão social que se tem agitado no Império**”³³⁹ (Grifo nosso). Para os editores da folha toda a questão social da transição da mão-de-obra se resumia nesta bárbara invasão de uma delegacia e no assassinato da autoridade. “O lutuoso acontecimento (...) magrou todo país, principalmente a província de S. Paulo, onde se trata de extinguir rapidamente o elemento servil”.

Na opinião da folha, o ato destoava da índole generosa e dócil do brasileiro, e apresentavam a verdadeira causa do crime, que fora as incitações e seduções de dois estrangeiros (norte-americanos). “Nem podia ser outra a causa do assombroso crime, por quanto já passou a época da resistência” (...) “todos sabem que é impossível impedir

³³⁸ Idem, 27 de janeiro de 1887.

³³⁹ Idem, 01 de março de 1888.

a solução da crise pela próxima eliminação da escravidão entre nós.” Ou seja, o periódico via o apelo à violência como algo estranho a índole dos nacionais, que só agiram daquela forma excitados por estrangeiros. De acordo com a Verdade, o próprio contexto nacional não era propício a execução de tais crimes, pois a situação caminhava para uma solução harmoniosa. Desta forma os editores da Verdade acalmavam a população e não apostavam na emersão de uma onda negra, como tais crimes sugeriram para outras facções, ao contrário, buscavam disseminar a idéia de harmonia e breve encaminhamento das questões para uma solução satisfatória e pacífica.

Para os editores do periódico o “Monstruoso crime” ocorrido no interior paulista era reflexo da condição do trabalho no país, que exigia pronta solução. Crimes de tais montas eram utilizados, magistralmente, para corroborar com a argumentação e ideologia da folha, sempre favoráveis a libertação.

Mais um caso de violência noticiado em “A Verdade”, este com mais detalhes, ocorreu em Itajubá e revela de maneira cabal a participação dos escravos no dia-a-dia e suas estratégias para melhorar de vida, inclusive enfrentando seus senhores na justiça quando necessário.

Trata-se de uma longa carta do proprietário Cândido Ribeiro da Costa, em defesa de seu genro, Manoel Custódio Santos, por acusações de ter causado muitos ferimentos em um seu escravo, Clemente. Cândido Ribeiro da Costa afirma que seu genro vinha sendo tripudiado por outra folha e em sua defesa publicava esta carta na Verdade com detalhes do processo crime instaurado em juízo no município de Itajubá. Além de alegar inocência do genro, que estava preso, descreve, sem ser sua intenção primordial, o cotidiano e as estratégias de alguns escravos. Constituindo importante fonte para o pesquisador:

(...)“Contra meu genro, pelos ferimento que *se diz*, por ele praticado na pessoa do escravo Clemente – de sua propriedade. E nesse artigo é o mesmo tratado como um homem que não merece benevolência e por conseqüência um *monstro, besta-fera*, etc. Não posso deixar de protestar semelhantes insinuações infundadas, pois da inquirição de testemunhas no inquérito policial, somente dois menores – Pedro e Manoel – um, ingênuo e o outro escravo do mesmo informaram *ter visto* se praticar o fato criminoso e isto mesmo em contradição no seus depoimentos”.

“O ingênuo Pedro em seu depoimento (...) diz que viu o fato criminoso, estando ele no terreno da casa da fazenda, e que também viu a preta Justina e o escravo Manoel presenciarem o crime, olhando ambos pela fresta da porta que da sala dá comunicação para o interior da casa, Justina sendo inquerida disse que não viu nada, que não estava neste lugar e que nada sabe, e Manoel em seu depoimento disse que não estava na referida porta com Justina, mas sim com Pedro...”

“É de notar, e isto é uma base principal de nenhum valor do depoimento de Pedro – que do terreiro da casa da fazenda não se pode ver o que se passa na sala (...). Outro fato que consta no processo e também é de bastante peso, é o seguinte: lemente diz em seu interrogatório que a última vez que fugiu estava com uma pega no pé, e com os ferimentos descritos no auto do corpo de delito, ora, Clemente fugiu ultimamente na noite de 13 para 14 de fevereiro próximo passado e foi visto neste último dia nos subúrbios desta cidade, por uns trabalhadores de roça que estavam a beira da estrada, e tendo-lhes Clemente perguntado por uma preta da fazenda que tinha pouco antes passado e que também achava-se fugida, eles lhe disseram que a preta tinha passado há pouco e o referido Clemente seguiu logo pelo mesmo caminho, e com ligeireza”.

“Dirigindo-se pois Clemente para esta cidade e estando já perto, aonde esteve ele até o dia primeiro de março? Dia este que se apresentou com ferimento tão grave? (...) Quinze dias que esteve gravemente ferido, sem procurar recursos, sem queixar-se (...) é uma coisa inacreditável!!!” (*Grifos originais*³⁴⁰).

Ainda nesta extensa carta, Cândido Ribeiro da Costa, trazia outras argumentações em defesa do genro, como a recordação de um fato ocorrido em Itajubá tempos atrás, quando uma escrava se matou afogada e o seu marido feriu o cadáver em local mortal para atribuir o crime ao senhor, deixando claro que o mérito da questão era a disputa com o escravo, que acusava injustamente seu genro utilizando táticas das mais vis.

Além disso, afirmava a docilidade do seu genro, que já libertara um outro escravo fugido, Thomé, pacificamente, mesmo depois de perder dinheiro com a recaptura do mesmo. Enumera as boas ações de seu genro, que ajudava órfãos, portanto não era nenhuma “besta-fera”, cita nomes conhecidos da sociedade que conviviam e tinham amizade com o genro e ressalta o fato do mesmo já ter sido sub-delegado do município.

Por último, põe em questão a sua própria honestidade e prestígio ao dar sua palavra pela inocência do genro, pois afirma que mora próximo ao local do suposto crime e assevera que não ouviu gritos, ficou sabendo das acusações por ouvir dizer e pela folha “Itajubá”. Sua esposa e filhos também nada sabiam, afirma que gritos não passariam despercebidos, ainda mais quando foram arrancados “os dentes com torques”. A intenção clara da carta é defender o acusado, mas revela aspectos daquela realidade dividida por senhores e escravos num mundo em avassaladora transformação.

Mas, a violência no final do século XIX não estava apenas na relação Senhor - escravo. Neste complexo contexto de mudança do braço trabalhador, diferentes relações eram estabelecidas nas fazendas e a presença de nacionalidades diferentes e o

³⁴⁰ Idem, 21 de abril de 1887.

preconceito contra o trabalho manual agravavam os desentendimentos entre elite e trabalhadores.

No dia dez de novembro de 1887, A Verdade noticiava um fato que corrobora com o exposto acima e demonstra o quão complexo eram as relações de trabalho no final do Império, em uma sociedade rigidamente hierarquizada e em franca transformação. Informa, que em Campinas, na fazenda do Sr. Carlos Olympio Leite Penteado, este senhor chamou a atenção do pedreiro português, José Joaquim da Silveira, criticando a obra que o mesmo realizava em sua propriedade.

O Pedreiro português retrucou que a mesma ainda não estava pronta e para o senhor não questioná-lo antes que o trabalho estivesse concluído. Consta que o Sr. Penteado, irritado com a resposta do português, gritou exasperado. Ao que este último respondeu não ser escravo de ninguém!

Enfurecido, Sr. Penteado partiu para agressão e “deu com cacete (...) uma forte pancada em José Joaquim (...)abrindo-lhe na cabeça uma grande brecha”. Neste evento, se o pedreiro respondeu irritado não ser escravo de ninguém, o proprietário ficou ainda mais zangado com a “insubmissão” e partiu para a agressão contra o trabalhador português.

O trabalhador português, José Silveira, reagiu desferindo uma pedrada no Sr. Carlos Olympio, ferindo-o também na cabeça, ao que o Senhor avançou sobre o pedreiro, este se armou com um martelo e ameaçou Carlos Olympio. Sob a ameaça, o proprietário se retirou, mas em seguida mandou um grupo de escravos de sua propriedade cercar o trabalhador português, “esses escravos deram muitas pancadas, parando somente quando interveio o feitor Fabiano”. José Silveira ainda foi metido no tronco, por ordem do senhor e liberado apenas duas horas depois, quando prometeu não intentar processo algum contra a fazenda. Assim que saiu quebrou a promessa forçosa e fez exame de corpo de delito e queixou-se as autoridades.

O envolvimento de escravos e de um trabalhador estrangeiro braçal que não admitia “ser escravo de ninguém!” e tão pouco ser tratado como tal, deixaria a elite perplexa, pois a mesma se considerava senhora de tudo e todos e também precisava se adaptar a nova ordem em constituição. Demonstrando que o problema da transição da mão-de-obra não era apenas adaptar o trabalhador nacional recém libertado ao afazeres da grande lavoura para não constituírem maltas de vadios, a questão se apresentava mais complexa, pois a elite também precisava se adaptar, convencendo-se que lidava com

homens livres, que valorizavam imensamente sua dignidade advinda da liberdade recém adquirida.

Embora afirmasse o periódico a Verdade e sua Comissão Libertadora que: “É esta a história do Abolicionismo entre nós, como perpetuam e autenticam os fatos cronologicamente registrados pela imprensa local”³⁴¹, a análise das relações entre diferentes grupos demonstra o quão confuso e complexo eram as relações naquela sociedade.

3.3.2 Festas populares

Como foi apresentado no tópico II, sobre a constituição e trabalhos da Comissão Libertadora, grandes manifestações comemorativas ocorreram em todos os pontos da freguesia de Itajubá com o fim da Escravidão. No entanto, as festas foram realizadas em grandes casarões luxuosos e entre os membros da elite, aquele que realmente tinha motivo para comemorar a liberdade recém conquistada, como evidentemente deve ter comemorado, não mereceu o destaque da imprensa do período. Sobre as festas populares, uma nota tímida é encontrada na terceira página da Verdade do dia 25 de maio de 1888. Nos artigos que descreviam estas festas populares os editores dos periódicos faziam questão de ressaltar a harmonia e o respeito à ordem por parte dos libertos, para não por em dúvida quem ainda estava no comando, pois até a libertação fora descrita como dádiva da elite e jamais como uma conquista dos cativos. Ao liberto cabia apenas a permanência no trabalho, agradecido pela oblata oferecida pela elite benevolente.

Se os festejos populares não foram preservados propositadamente pelos periódicos da elite, outras evidências de que grandes mudanças ocorreram naquela sociedade com a promulgação da Lei Áurea ainda podem ser percebidas nestas mesmas folhas. Em duas notícias analisadas a seguir comprovamos esta assertiva:

No dia 09 de agosto de 1888 a Verdade vinculou um artigo que noticiando, se não um problema, ao menos uma dúvida, o que fazer com o dinheiro economizado por escravos para comprar sua liberdade, o chamado pecúlio? Deveria ser devolvido aos cativos? Em Itajubá os ex-escravos achavam que sim, e foram procurar o Coletor municipal e o Juiz de Órfão para receber o dinheiro economizado de volta. Importante neste evento é demonstrar a ação do recém liberto, um sujeito ciente de seus direitos,

³⁴¹ Idem, 23 de maio de 1888.

diferentemente daquele escravo descrito pelo próprio periódico como um mísero e paciente .

“Havendo, em tempo, alguns escravizados depositando na coletoria desta cidade quantias como pecúlio a favor de sua liberdade, e querendo agora retirá-las, o sr. Coletor negou-se a fazer entrega desses dinheiros sem que fossem realizadas essas retiradas por meio de requisitórias expedidas pelo juiz de órfãos.”

Tendo-se julgado, porem, incompetente o referido juiz para levantar e entregar aquelas somas, que foram recolhidas a repartição fiscal independente de interferência judicial, e sendo continuas as reclamações a tal respeito, o sr. Coletor dirigiu consulta à Tesouraria de Fazenda da qual recebeu a seguinte resposta: (publica carta).

“O pecúlio (...) só pode ser entregue ao liberto em favor de quem tivesse sido feito depósito, precedendo para isso requisito legal do juiz de órfãos, na qual se declare não só a data do depósito, como a da libertação do escravo, a fim de se poder fazer o cálculo dos respectivos juros” (Júlio César da Silveira)³⁴².

O fato de ter conseguido ou não receber o seu dinheiro de volta não é o fundamental, ressaltamos que neste evento o liberto pressionou e protestou, demonstrando sua condição de sujeito histórico.

O Último artigo para o qual chamamos a atenção foi publicado no dia 02 de agosto de 1888 e intitula-se “Casamento a granel”:

“Estamos sobre a influência d’uma epidemia casamenteira que é um Deus nos acuda! Já se casam às dúzias, e no domingo foram apregoados nada menos de 30!”

“Mas, pergunta-se: Não se tem casado menores sem licença da autoridade competente? Os pretos e pardos, ex-escravos e ingênuos, são todos maiores de 21 anos?”

“Só para os menores pobres que nasceram livres é que é necessário licença?”

“Responda quem souber” Ass.: O Coadjutor³⁴³.

Embora a preocupação do responsável pela publicação do artigo seja outra, a necessidade de licença de menores para se casarem ou não, o artigo comprova que após a abolição uma verdadeira mudança ocorreu na vida da sociedade daquela época, os ex-escravos, enfim, tiveram a coragem de casar, demonstrando sua segurança de um futuro melhor. A libertação provocou radical alteração na sociedade e os ex-cativos tiveram condições de mudar suas estratégias e modificar seu modo de vida.

³⁴² Idem, 09 de agosto de 1888.

³⁴³ Idem, 02 de agosto de 1888.

3.4 Conclusão

Os eventos considerados neste último tópico suscitam maiores questões do que oferecem respostas. No entanto, tal análise contribuiu com nosso escopo ao longo deste capítulo, pois demonstraram a complexidade das relações entre senhores e escravos e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a extinção da escravidão no mundo do trabalho.

A descrição de crimes e assassinatos convinha para amedrontar a elite e pressionar a mesma para encaminhar o fim do escravismo. Por outro lado, o crime contra escravos demonstra que esses eram as maiores vítimas do regime bárbaro, e por último, um universo de negociações nos é revelado com a leitura do ponto de vista dos cativos.

Embora nos periódicos os editores se preocupassem em ressaltar a sua participação, também é possível recuperar o ponto de vista dos cativos e demais trabalhadores no complexo período da transição da mão-de-obra no país.

Conclusão

No complexo quadro de transição da mão-de-obra encontramos dois “espectros” a espreitar a elite em seu próprio discurso. O primeiro era um “fantasma camarada”, o imigrante europeu, que solucionaria todos os problemas da lavoura e ainda multiplicaria suas riquezas, com sua civilização e superioridade étnica. Por outro lado, existia um “fantasma lúgubre”, representado pelo nacional, este traria a subversão da ordem e a anarquia social com o final do escravismo. No entanto, como a imigração não se desenvolveu largamente em Minas Gerais, a elite precisou adaptar o seu discurso, regenerando o trabalhador nacional e recuperando-o do estigma da indolência e da barbárie.

Ao longo deste trabalho nos preocupamos em discutir as diferentes soluções aventadas pela elite política e econômica de determinada região, o Sul de Minas, sobre a forma como impetrar a transição da mão-de-obra em suas propriedades no contexto de mudança da mão-de-obra escrava para livre.

Devido à proximidade geográfica, as influências culturais, políticas e às relações econômicas que a região mantinha com a província paulista, a postura do estado vizinho diante da questão foi largamente debatida pelos periódicos locais e chegou a servir de paradigma no discurso da elite local para a atração da mão-de-obra imigrante. No entanto, este paradigma se restringiu ao discurso da elite nos periódicos, pois na prática, a transição da mão-de-obra se deu de maneira bem diversa nas duas províncias. Em que pese o paradigma paulista, naquela província a transição foi feita, na maioria das propriedades, com a troca de indivíduos, o escravo deixou as fazendas e seu posto foi ocupado pelo braço estrangeiro, que os proprietários importaram da Europa para levar adiante a produção cafeeira. Com efeito, tratava-se de um processo complicado, pois tal mudança implicava na adaptação dos novos trabalhadores às condições de vida no Brasil e, por outro lado, dos fazendeiros, acostumados com o trabalho cativo, precisaram se acostumar com o trabalhador livre e de etnia européia.

No entanto, em Minas, o processo se deu de forma diferente, pois a principal alteração foi na condição do trabalhador. Na maioria das fazendas os mesmos indivíduos continuaram a realizar o trabalho diário das lavouras, acreditamos que esta característica tornou o caso mineiro particularmente complexo. Pois, aquele trabalhador escravizado, que até o dia 13 de maio de 1888, o proprietário poderia mandar ser

surrado no pau-de-arara, era o mesmo que continuaria trabalhando nas lavouras, mas agora, sem o proprietário ter a mesma prerrogativa. Como se deu esta transformação?

Tanto para quem trabalhava, como para quem mandava, a mudança de condição desestruturou toda a organização social a qual os indivíduos envolvidos nestas relações estavam acostumados, quais as leis que vigorariam a partir de então? O trabalhador liberto tinha direito a tudo? Os proprietários souberam lidar com, e principalmente, entender e respeitar a liberdade de suas ex-posses?

As relações que se estabeleceram a partir da Lei Áurea, sem sombra de dúvidas, foram diferentes daquelas existentes no período escravista, transformações significativas ocorreram no modo de vida de parcela considerável da população brasileira, tanto na base social, composta pelo grande número de trabalhadores, como no topo da mesma, forçando os proprietários a se adaptarem as novas condições de trabalho e organização social.

Quando decidimos centrar a pesquisa em periódicos locais, foi na tentativa de compor um panorama da transição da mão-de-obra na ótica de diferentes proprietários, com diferentes visões políticas e, conseqüentemente, diferentes soluções para a crise. Com isso, procuramos fugir dos registros oficiais e de uma bibliografia de cunho tradicional. Portanto, elegemos uma peça discursiva, isto é, folhas do sul de Minas, que nos permitiram uma leitura alternativa, aquela que a historiografia tradicional não menciona. Nos periódicos podemos encontrar o discurso da elite e perceber suas estratégias para realizar a transição da mão-de-obra com o menor abalo político e social possível. Ao mesmo tempo, nos foram desvelados aqueles elementos que permeavam a história da transição da mão-de-obra, mas que estavam escondidos nas notas e pequenos artigos.

Esta opção nos conduziu a duas questões, primeiramente foi possível conhecer o posicionamento político da elite proprietária diante do tema da transição da mão-de-obra, perceber a força de seu discurso e seus instrumentos de argumentação utilizados para convencer os demais proprietários a segui-los ideológica e politicamente. Desta forma, ora os editores dos periódicos lançavam mão do paradigma paulista, quando este ia de encontro aos seus interesses, ora manejavam o medo de uma revolução social e da emersão de uma onda negra, pressagiando uma grave crise econômica, que adviria com o fim do trabalho escravo e conseqüente abandono das plantações.

Por outro lado, embora não tenhamos encontrado farto material sobre a participação dos cativos e recém libertos nos periódicos, sobre seus vestígios pudemos

descortinar, sob um novo olhar, algumas discussões sobre este tema. A par de uma consolidada historiografia, pudemos averiguar como se deu na região diversos processos, como o avanço abolicionista e os preconceitos quanto à condição dos indivíduos, demonstrando a conformação social do período.

Diante da crise da mão-de-obra a elite proprietária se viu diante da urgente necessidade de encontrar novos trabalhadores que realizassem o trabalho na lavoura. Entre amedrontada e ansiosa com o porvir, a elite imaginou um trabalhador perfeito, branco, civilizado e audacioso, que vindo da Europa colocaria fim a modorra e a rotina nas fazendas da região e do país. No entanto, tal utopia não se concretizou e a mesma elite se viu obrigada a adotar a mão-de-obra ex-cativa, daqueles que, de acordo com o discurso da época, iriam espalhar-se em maltas de vadios e difundir pânico e confusão pela sociedade. Esses delinquentes eram os únicos disponíveis para levar adiante o trabalho da lavoura e a elite precisou convencê-los, e também convencer a si mesma, das vantagens na utilização desta mão-de-obra.

Para tanto, iniciou-se uma profunda campanha a favor do braço nacional nos periódicos, o mesmo elemento passou a ser engrandecido e coberto de predicados, enfatizando a idéia de que o nacional, até então, sempre fora mal visto e mal aproveitado no país, vítima de graves injustiças e de preconceitos, tornando-se merecedor de uma oportunidade para demonstrar o seu valor. O nacional ressurgiu no discurso da elite, como elemento probo e trabalhador, incansável e honesto, surgiam daí as sementes de uma construção de identidade nacional para o povo brasileiro que é constantemente reconstruída até os dias de hoje.

Por último, acreditamos que a análise do discurso da elite proprietária nos periódicos do Sul de Minas, possibilitou o entendimento dos diferentes processos de transição da mão-de-obra em São Paulo e em Minas Gerais. E, por este prisma, assinalamos diferenças marcantes entre os trabalhos que viram o movimento imigratório para Minas como fracassado. Em verdade, o que houve, foi a tomada de posturas diversas, para atender a demandas também diversas das produções de cada estado.

Anexo

Anexos 2º Capítulo: Lista dos proprietários com maior número de escravos libertados (acima de dez) presentes na reunião de 19 de abril de 1888 no município de São Gonçalo do Sapucaí:

José Procópio de Azevedo; 60 escravos.

José Carlos Ribeiro, 35 escravos.

João Francisco Rodrigues; 30 escravos.

Ten. Cel. Francisco Machado de Resende Alvim; 28 escravos.

Valeriano Manso da C. Reis; 25 escravos.

Cap. Joaquim Servuto de Souza Meirelles; 19 escravos.

José Procópio de Azevedo Junqueira; 17 escravos.

João Antônio de Lemos Horta; 16 escravos.

Cap. José Cândido de Rezende; 15 escravos.

Tem.Cel. Joaquim Gonçalves de Siqueira; 13 escravos.

Vigilato José Nogueira; 12 escravos.

Evaristo de Azevedo Junqueira; 11 escravos.

Joaquim Andrade Villela; 11 escravos.

José Antônio de Lemos Carvalho; 11 escravos.

Pedro Machado de Azevedo; 11 escravos.

Francisco J. de Barros; 10 escravos.

Maximiano Jose Mendes; 10 escravos.

Tabela de Quantidade, Idade e Valor dos cativos de São Gonçalo do Sapucaí em outubro de 1887:

Quantidade	Idade	Valor(fixado pela tabela em vigor)
1.143	Menores de 30	898:425\$000
592	De 30 a 40	409:000\$000
356	De 40 a 50	199:950\$000
126	De 50 a 55	17:000\$000
55	De 55 a 60	8:950\$000
-	Soma	1.554:325\$000

Fonte: Gazeta Sul-Mineira, 16 de outubro de 1887. "Estatísticas".

Condição, Profissão e Domicílio dos cativos de São Gonçalo do Sapucaí em outubro de 1887:

Condição		Profissão		Domicílio	
Solteiros	1.498	Agrícola	2.167		
Casados	621	Artistas	86	Urbano	108
Viúvos	135	Jornaleiro	1	Rural	2.146
Total	2.254	Total	2.254	Total	2.254

Fonte: Gazeta Sul-Mineira, 16 de outubro de 1887. “Estatísticas”.

Anexos 3º Capítulo: Lista dos fazendeiros que concederam liberdade aos seus cativos, publicadas semanalmente no periódico A Verdade (reproduzimos apenas o nome daqueles proprietários que libertaram número igual ou superior a dez escravos):

Freguesia da cidade (22/03/1888)

Capm. Antônio José Rennó, 78.
Dr. José Pereira dos Santos, 10.
Joaquim J. Pereira dos Santos, 18.
João da Costa Manso, 13.
Manoel Francisco Pires da Cruz, 31.
João Caetano da Silva Vieira, 14.
João Carneiro Santiago Sobrinho, 22.
José Francisco de Faria, 23.
Cândido Pereira dos Santos, 11.
Luiz J. de Souza Vianna, 20.
João Rodrigues dos Santos, 19.
João Ribeiro da Paiva e Luz, 27.
José Rodrigues dos Santos, 20.
Manoel Maria Álvares, 10.
Soma dos proprietários aqui relacionados: 317.
Soma total (incluindo os proprietários que libertaram número inferior a 10 cativos): 586

Vargem-Grande (22/03/1888)

José Martins Tosta, 57.
Antônio Pereira da Silva Rosa, 21.
Bibiano Pereira da Rosa, 14.
D. Maria A. Pereira, 12.
João Antônio Dias Pereira, 16.
Marcelino Borges, 13.
D. Feliciano Maria da Silva, 16.
José Maria Pereira da Rosa, 14.
Francisco Manoel da Palma, 25.
D. Maria Freire de Palma, 25.
Capm. Jeronymo José de Souza, 29.
Soma :242.
Soma total: 358

29/03/1888:

Major Antônio Ribeiro da Luz, 21.
Soma total: 1072

Vargem Grande mais 69 (pequenos proprietários)

Soma: 1.141

05/04/1888

Francisco D. Pereira, 11.

Manoel C. dos Santos, 14.
Manoel W. R. de Carvalho, 14.
D. Francisca Maria Ribeiro, 10.
Soma dos relacionados: 49.
Soma total 1.338.

12/04/1888
Tente. João Martins P. Sobrinho, 28.
D. Marianna Ribeiro de Souza, 19
Minha: 47.
Total 1389

26/04/1888: Antônio Rodrigues Ferreira, 20.
Total 1.770.

Bibliografia

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento**: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.
- ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina**. Tese de Doutorado. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS. 1998.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: MONTEIRO, Norma de Góes. **V Seminário de Estudos Mineiros**: A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- BLOCH, M. **Introdução à história**. Publicações Europa-América. 4ª edição.S.d.
- BOBBIO, Norberto et Alii. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.
- BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1974.
- BRÜGGER, Silvia M. Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto. 1988.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia das Letras. 1996.
- _____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- _____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- COSTA, Emilia Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, Maria Lúcia Prado. **A Fábrica de Tecidos de Machado (1871-1917)**. FUNDAMAR, Paraguaçu, 1989.
- _____ **A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho - 1887-1910**, FUNDAMAR, Paraguaçu. 1996.
- _____ **A transição da mão-de-obra escrava para a livre no Sul de Minas**. FUNDAMAR, Paraguaçu, s/d.
- _____ **Fazenda São Diogo**, uma saga dos escravos libertos no Sul de Minas. FUNDAMAR, Paraguaçu. 1990.
- _____ **Fontes para a História Social do Sul de Minas**. FUNDAMAR, Paraguaçu. 2002.
- CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos**: estrutura produtiva, hierarquização social e posse de cativos em freguesia sul-mineira (1780-1850). Dissertação de Mestrado. UFJF.
- DELFINO, Leonara Lacerda. **Entre “Muros” e “Mosaicos”**: trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre, MG, 1845-1869). Dissertação de Mestrado. UFJF.
- DOIN Et ali, José Evaldo. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do CEMUMC. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 27, nº 563, PP. 91-122. 2007.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- FILLETO, Ferdinando e ALENCAR, Edgar. “Introdução e expansão do café na região Sul de Minas”. **Revista de administração da UFLA**, v.3.n.I, jan.-jun. 2001.
- FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e viça-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: MONTEIRO, Norma de G. (org.) **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, J. e MARTINS, M. Fernanda. Grandes negociantes e elites políticas nas últimas décadas da escravidão (1850-1880). IN.: FLORENTINO, M. e MACHADO, C. **Ensaio sobre a escravidão.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Cia das Letras, 1989. PP. 149-150.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabina (MG) no início do século XX. In.: ARAÚJO, José Carlos de Souza e GATTI Jr., Décio (orgs). **Novos temas em história da educação no Brasil. Instituições escolares e educação na imprensa.** Uberlândia: EDUFU; Campinas: autores associados, 2002.
- GRAÇA FILHO, A. de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais.** São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.
- GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. In.: **LPH: Revista de História.** Vol.3, n. 1, 1992. PP. 245-266.
- _____. **A escravidão reabilitada.** São Paulo. Ática, 1991.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 17 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1984.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: editora brasiliense. 1987.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX.** Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2007.

- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho:** a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.
- LARA, Silvia H. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. In.: **LPH: Revista de História.** Vol.3, n. 1, 1992. PP. 215-244.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVINE, Robert. **A Velha Usina:** Pernambuco na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense. 1988.
- LIMA, Vasco de Castro. **A Estrada de Ferro Sul de Minas.** 1884-1932. São Paulo: Copas. 1934.
- LOVE, Joseph. **A Locomotiva:** São Paulo na Federação Brasileira. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil:** um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: editora da UNESP. 1999.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar:** um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, I. **Tempo saquarema:** a formação do estado imperial, 2ed, São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo:** gêneros no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. p. 25.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade:** protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj.1997.
- MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas,** 1889-1930. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 1994.

- MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e política:** Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842). Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. 2006.
- NEEDELL, Jeffrey D., **Belle Époque tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História:** Novos problemas. Tradução: Theó Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995. p. 181.
- OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- OLIVEIRA, Mônica R. Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870. IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar, 2000.
- _____. Formação de núcleos agro-exportadores cafeeiros: os modelos paulista, fluminense e mineiro. In: **IV Congresso de História da Economia e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas.** São Paulo: ABPHE, 2001.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.
- PALHA, Cássia Louro. **Mídia e participação política:** a pedagogia da desmobilização popular. Niterói: dissertação de mestrado, 2000.
- PETRONE, Maria T. S. Imigração. IN: FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano:** Sociedade e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.
- PIMENTA, Dermeval José, ELEUTÉRIO, Arysbure Batista e CARAMURU, Hugo. **As Ferrovias em Minas Gerais.** Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.
- PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Cia das Letras. 2003.
- REMOND, Renè. Por que a História Política? In.: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Jan-Jun. 1994, n. 13. p. 7-19.
- RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

- SANTOS, W. São João del Rei e a Estrada de Ferro Oeste de Minas. IN.: **Anais do 1º Seminário de pós-graduandos CEO/PRONEX**. Unirio, Rio de Janeiro. 2007.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo**. Campinas: Editora da Unicamp. 1991.
- SEVCENKO, Nicolau, **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP. 1992.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In.: MONTEIRO, Norma de Góes. **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
- STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. IN.: **Revista de História**, Campinas: Unicamp, 1991.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século 19**. Bauru: EDUSP. 2004.
- VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus: revista de História**, 1997, v 3, n 1.
- _____. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 89-99.
- _____. Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, PP. 39-56.
- _____. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.
- _____. **O teatro das oligarquias**, uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes

Periódicos:

- Acervo do Museu Regional do Sul de Minas, em Campanha:

- A Gazeta Sul-Mineira, de agosto de 1885 a junho de 1888;
- O Despertador, de maio de 1886 a maio de 1887.

- Coleção de Microfilmes da Universidade Federal de São João del Rei, UFSJ:

- A Gazeta da Campanha, 26 de setembro de 1891;
- Correio do Povo, 02 de agosto de 1891;
- Gazeta de Lavras, 2 de março de 1888;
- O Baependiano, de julho de 1877 a novembro de 1889;
- O Mineiro, de novembro de 1873 a julho de 1875.

- Coleção de Periódicos do Arquivo Público Mineiro – SIA APM:

- A Verdade, 04 de março de 1886 a 09 de maio de 1896.

- Relatórios (disponíveis no endereço eletrônico: uchicago.edu):

- Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1870 a 1918.
- Relatório de Presidente de Província Estado de 1870 a 1918.